20° CURSO DO NPC

20 ANOS na defesa da comunicação alternativa



Comunicação dos Trabalhadores e Hegemonia



Programação

DIA 5, QUARTA COMUNICAÇÃO,CULTURA E DISPUTA DE HEGEMONIA

15h - Comunicação e cultura das classes populares

- ADEMAR BOGO ESCRITOR E DIRIGENTE DO MST
- ADELAIDE GONÇALVES HISTORIADORA E PROFESSORA DA UFCE
- Anápuáka Muniz Tupinambá Hã-hã-hãe fundador da Rede de Cultura Digital Indígena
- Adenilde pedrina Comunicadora Popular e Militante do Movimento Negro, acompanhada pelo Coletivo Vozes da Rua e capoeiristas de Juiz de Fora

17h30 às 21h - Comunicação, trabalhadores e hegemonia

- Breno Altman Jornalista Opera Mundi e Samuel
- MILTON TEMER- JORNALISTA E EX-DEPUTADO FEDERAL
- MILTON PINHEIRO PROFESSOR UNIV. EST. BAHIA
- Miro Borges Jornalista Centro Barão de Itararé
- Valério Arcary Professor do Inst. Federal São Paulo

DIA 6, QUINTA POLÍTICA ECOMUNICAÇÃO DOS TRABALHADORES

9h - A construção social das ideias

- José Arbex Jr. Jornalista
- LADISLAU DOWBOR PROFESSOR PUC-SP
- RODRIGO CASTELO PROFESSOR UNIRIO

11h30 às 13h30 - Cumplicidade da imprensa e dos empresários com a ditadura

- ALOYSIO CASTELO DE CARVALHO PROFESSOR DA UFF
- BEATRIZ KUSHNIR AUTORA DO LIVRO "NOVOS CÃES DE GUARDA"
- SEBASTIÃO NETO GT TRABALHADORES COMISSÃO DA VERDADE SP

14h30 ÀS 18H30 - 20 anos de Comunicação Sindical

- CIÇA GOMES JORNALISTA QUÍMICOS UNIFICADOS
- CLAUDIA COSTA ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO DA CONLUTAS
- CLAUDIA SANTIAGO JORNALISTA NPC
- Jair Rosa Jornalista Sindicato dos Bancários de São Paulo

- Luís Momesso Professor da UFPE
- ROZINALDO MIANI PROFESSOR DA UEL

DIA 7, SEXTA MÍDIA ALTERNATIVA E DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO

10h às 13h30 - IMPASSES NA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO NO BRASIL

- BIA BARBOSA JORNALISTA INTERVOZES
- MARCOS DANTAS PROFESSOR UFRJ
- VENÍCIO LIMA CIENTISTA POLÍTICO

14h30 às 18h30 - RÁDIO E TV DOS TRABALHADORES: UMA UTOPIA A SER REALIZADA

- ARTHUR WILLIAM JORNALISTA MULTIMÍDIA NPC
- LAURINDO LEAL (LALO) PROFESSOR USP
- JOEL ZITO JORNALISTA
- VALTER SANCHES TVT

DIA 8, SÁBADO A COMUNICAÇÃO DOS TRABALHADORES, HOJE

9h às 13h - DESAFIOS IMEDIATOS E HISTÓRICOS DA COMUNICAÇÃO DOS TRABALHADORES

- BETO ALMEIDA JORNALISTA TELESUL
- LEONARDO SEVERO JORNALISTA
- Renato Rovai Jornalista Revista Fórum
- VITO GIANNOTTI ESCRITOR E COORDENADOR DO NPC

Oficinas

14h30 às 17h

OFICINA 1 BLOGOOSFERO

(SÉRGIO BERTONI - TIE-BRASIL)

OFICINA 2 FOTOGRAFIA E IMPRENSA POPULAR

(Naldinho Lourenço - Fotógrafo Popular)

OFICINA 3 LINGUAGEM: A ETERNA MURALHA

(VITO GIANNOTTI - ESCRITOR)

OFICINA 4 TRANSMISSÃO AO VIVO (RADIO E TV NA INTERNET)

(ARTHUR WILLIAM - JORNALISTA MULTIMÍDIA - NPC)

OFICINA 5 APLICAÇÕES DAS MÍDIAS DIGITAIS NA COMUNICAÇÃO SINDICAL

OMUNICAÇÃO SINDICAL

(Gustavo Barreto - Jornalista multimídia - NPC)

Sumário

Comunicação e cultura das classes populares	
ADEMAR BOGO - ADELAIDE GONÇALVES -	
Anápuáka Muniz Tupinambá Hã-hã-hãe - Adenilde pedrina -	12
Comunicação, trabalhadores e hegemonia • Breno Altman -	17
MILTON TEMER - MIRO BORGES -	18
A construção social das ideias • Ladislau Dowbor - Professor PUC-SP	23
Cumplicidade da imprensa e dos empresários com a ditadura	
 ALUYZIO CASTELO DE CARVALHO - PROFESSO DA UFF - BEATRIZ KUSHNIR - AUTORA DO LIVRO "NOVOS CÃES DE GUARDA" - 	
20 anos de Comunicação Sindical	2-
• Ciça Gomes - Jornalista - Químicos Unificados	
Luís Momesso - Professor da UFPE Rozinaldo Miani - Professor da UEL	41
Impasses na democratização da comunicação no brasil	
• Bia Barbosa - Jornalista - Intervozes	
• Marcos Dantas - Professor - UFRJ • Venício Lima - Cientista Político	
Rádio e tv dos trabalhadores: uma utopia a ser realizada • Laurindo Leal (Lalo) - Professor - USP.	63
Desafios imediatos e históricos da comunicação dos trabalhadores	
Beto Almeida - Vito Giannotti -	65 71
Oficinas	
BLOGOSFERO - SÉRGIO BERTONI	
ARIHOR CACÉES DAS MÍDIAS DICITAIS NA COMUNICAÇÃO SINDICAL - GUSTAVO BARBETO - TORNALISTA MULTIMÍDIA - NPC	

Comunicação e cultura das classespopulares

- ADEMAR BOGO ESCRITOR E DIRIGENTE DO MST
- Adelaide Gonçalves Historiadora e Professora da UFCE
- Anápuáka Muniz Tupinambá Hã-hã-hãe fundador da Rede de Cultura Digital Indígena
- Adenilde Pedrina Comunicadora Popular e Militante do Movimento Negro, acompanhada pelo Coletivo Vozes da Rua e capoeiristas de Juiz de Fora



A Educação e a Disputa de Projetos em nossa agricultura

[• ADEMAR BOGO - ESCRITOR E DIRIGENTE DO MST] - Vamos iniciar com uma poesia² que retrata bem a situação em que vivemos com a educação no campo:

Existe um velho ditado
Entenda como quiser Que:
"por trás de um grande homem
Sempre existe uma mulher".
Isto pode ser invertido
No caminho construído
Sem estas leis repressoras
A verdade nos consola
Que trás de uma boa escola
Existe uma educadora.

Seja lá na capital
Ou na escola do interior
Os filhos vão estudar
Os pais querem ter um doutor.
Não existe um poderoso
Um camponês caprichoso
Que na escola não passou.
Nem que seja poucos anos
Aprendeu o que é ser humano
Na escolinha em que estudou.

Se pratica é outra coisa Os valores que aprendeu Não foi por falta de esforço Que a professora empreendeu.

A convivência social Ensina a ser desleal Para o mais forte vencer. Agora, a bem da verdade nas escolas da cidade Já não se pode aprender.

De um certo tempo pra cá As coisas mudaram tudo Quem quiser se preparar Tem quem comprar os estudos.

Como se fosse um produto Nas mãos de um senhor astuto Só leva quem tem dinheiro. É de cortar o coração Ver quem não tem condição Sendo empilhados em poleiros.

Os governantes modernos Da alta sociedade Venderam as escolas todas Pra que tanta crueldade?

Será que estamos errados Criticar <u>esses</u> malvados Que já deixam aprender?

Será que perderam o norte Não sabem que um país forte Se faz se o povo saber?

Da roça já nem se fala É demais a crueldade Ao invés de fazer escolas Levam os jovens pra cidade.

Dizem que é mais barato Levar as crianças do mato Isto é de sul a norte. Eles não estão falando Mas com isto estão criando A indústria do transporte.

Um <u>carro</u> é do prefeito O outro é de seu cunhado E assim aumenta a frota Até chegar no senado

Isto é administrar? É o povo governar? Ou é uma insensatez?

Eles não querem falar Mas fazer um prédio escolar Só dá dinheiro uma vez. E assim se faz o destino De uma nação dominada Os ricos ficam com tudo Os pobres ficam sem nada.

E os nossos educadores Perdem também os valores A coragem e a alegria. Passam o dia sem sossego Porque alguns têm três <u>empregos</u> Pra sustentar a família.

Tantas técnicas inventaram Dizendo ser diferente Como se os aparelhos Entrassem dentro da gente.

Ensino é conteúdo! Por isso se chama estudo Pra fazer a gente feliz!

Sem querer voltar atrás Mas se aprendia muito mais Com o velho quadro e o giz.

Somente será possível De reverter estes fatos Se o povo se organizar E controlar este aparato.

Aí sim vai se dar jeito Porque não será o prefeito A controlar a educação.

E poderemos voltar Ao tempo que pra ensinar Se pegava pela mão.

Nossas belas educadoras Tem o reconhecimento São as grandes arquitetas Erguendo este monumento. Pois se nossa juventude
Possuir uma virtude
É fruto desta elegância
Que tem determinação
De fazer a revolução
E acabar com a ignorância.
Homenagear é muito pouco
Estas figuras lendárias

Sem dúvida são a consciência De nossa reforma agrária. Lá sim a escola é de fato Mesmo com varas de mato E com luz de candeeiro Seguem firmes e sorridentes Plantando novas sementes Em nosso campo brasileiro.

Companheiros e companheiras, vamos tratar do tema "O campo da educação do campo" dentro da disputa de projetos que temos hoje para agricultura e para a sociedade.

Existe um pensamento na filosofia que diz: "Uma coisa quanto mais é, tanto mais é", isto porque, se trata de uma relação íntima entre o sujeito e o valor.

"Quanto mais é", já antecipa o futuro e então fica "Tanto mais é". "Quanto mais é" uma área de reforma agrária, uma comunidade, uma escola no assentamento

etc. "tanto mais é" pois nelas acrescentamos os desejos do que queremos que sejam.

É neste sentido que entendemos a educação como uma mudança de condição. Passa para outro "reino" como disse Marx: "da necessidade para a liberdade". Então muda a condição da cultura e da consciência. Desta forma não estudamos apenas por que sentimos necessidade, mas porque queremos ser livres.

Vamos falar da educação na agricultura, este "campo da educação do campo" tomando três aspectos como referência.

Primeiro:

O campo da educação é cultivar o ser humano em todas as suas relações

Um ser humano se assemelha às plantas da lavoura, precisa ser cultivado para produzir frutos. Este cultivo é muitas vezes difícil e penoso. Se tomarmos como referência as raízes das palavras veremos que agricultura: agri = Acru, árduo, e cultura = cultivo, formamos então a definição de que a agricultura é uma atividade onde o "cultivo é árduo".

Mas para relacionar isto com o "cultivo humano" precisamos ir além e desvendar o significado da palavra "educação". Educere = tirar de dentro. Logo temos a chave do cultivo. Educar na agricultura é tirar de dentro através do cultivo árduo. Educar é um trabalho árduo.

Mas falta uma pergunta para percebermos a diferença de projetos: De onde e com que "tiramos de dentro"?

Tiramos de dentro da terra, ela sabe o que nos pode dar. Do trabalho; é através dele que nos formamos e nos fazemos gente. Da convivência; pois é aí que inicia a formação da consciência. Da cultura; de onde extraímos as heranças organizadas em hábitos, e do indivíduo. O campo também sou eu. Não é apenas a geografia a extensão de terra, as lavouras etc. o campo também é o ser humano é todas as demais espécies.

Então a educação tem um lugar, tem ideologia. Aqueles que dizem que "a educação não tem ideologia" é porque sabem que isto já é a ideologia.

Com que tiramos de dentro? Com as mãos. Aqui é onde se dá característica ao projeto de cada classe. Sem as mãos não se faz agricultura e sem elas também não se faz educação, porque elas são o meio que temos para "tirar de dentro" e por tanto revelar a cultura.

Quando as pessoas perdem o trabalho, as mãos ficam desocupadas e seus "proprietários" as levam para longe da agricultura; já não servem mais para cultivar.

Logo, o modelo que cultiva com as mãos é substituído pelo modelo que quer produzir com máquinas, herbicidas, agrotóxicos e sementes modificadas. Este modelo faz o campo ficar vazio, deixa de reproduzir cultura, porque muda a forma de fazer a agricultura, transforma o campo em agronegócio.

Se não pode haver educação sem gente, também não pode haver agricultura sem gente.

Deixem-me dar um exemplo para reforçar o que estamos dizendo e ver como é triste o campo sem agricultores.

Estivemos recentemente em Portugal, para, em nome de nosso Movimento, participar de um encontro mundial de filosofia, onde discutimos os "Dilemas da Humanidade". Então aproveitamos para conhecer o que é o "campo" de um país da Europa. Como eles sabem que priorizamos a educação, tinham curiosidade em saber como fazemos. Mas em certo momento, percebemos que a conversa ficou incompatível, pois em uma comunidade só havia uma criança na sala de aula. Então, diante da surpresa, perguntamos onde estavam as outras crianças? E a resposta foi de que "aqui não há crianças". Concluímos então que as famílias haviam se dedicado a produzir produtos agrícolas de boa qualidade, mas deixaram de produzir gente, e o campo foi ficando vazio, porque nele não nasceram mais crianças.

Embora não seja o nosso caso, mas precisamos nos preocupar com isto, pois, com a investida do modelo agrícola empresarial centrado no agronegócio, o ser humano deixa de ser importante e a tecnologia empurrará cada vez mais os trabalhadores da agricultura camponesa para as periferias das cidades e da história. E, daqui a cinquenta ou mais anos, teremos um campo vazio de gente, de cultura e de valores.

Segundo:

O campo da educação é desenvolver e cultivar hábitos

O capitalismo inverteu esta relação filosófica e para ele "Quanto mais é, tanto menos é". Isto porque, separa o ser dos valores.

Aristóteles, um dos grandes filósofos gregos, defendia que os hábitos deviam ser aprendidos na infância e por isso aconselhava que os jovens não deviam participar da visa política, pois antes precisavam aprender os hábitos com os mais velhos.

O capitalismo é um destruidor e um criador de hábitos. É neste sentido que a escola precisa estar integrada à vida e á cultura do meio em que atua. Ela precisa dedicar-se a preservar e a desenvolver os hábitos Temos um exemplo muito ilustrativo, extraído por Carlos Brandão da história dos índios norte-americanos. Quando, por ocasião do tratado de paz com os brancos, os índios tiveram os seus territórios demarcados, mas os governantes decidiram continuar a guerra de destruição com outras "armas" e ofereceram vagas nas universidades para os jovens das aldeias.

As autoridades indígenas agradeceram a oferta e responderam através de uma carta que aqui destacamos apenas um fragmento. Eis o que diz ela: "... Muitos de nossos bravos guerreiros foram formados nas escolas do Norte e aprenderam toda vossa ciência. Mas, quando voltaram para nós, eles eram maus corredores, ignorantes da vida da floresta e incapazes de suportarem o frio e a fome. Não sabiam como caçar um veado, matar o inimigo e construir uma cabana, falavam a nossa língua muito mal. Eles eram, portanto, totalmente inúteis. Não serviam como guerreiros, como caçadores ou como conselheiros"

Eis, portanto a importância de preservar a cultura. A escola não pode se prestar a este serviço para auxiliar as empresas e o império na destruição dos hábitos e da eliminação das heranças camponesas.

Terceiro:

O campo da educação é projetar-se dentro do projeto

Há uma íntima relação entre educação e política. A política é a arte de tomar decisões então podemos fazer opções e realizar as coisas de uma forma ou de outra.

O campo deve ser um projeto de vida. As pessoas precisam estar envolvidas nesta construção. Ao mesmo tempo em que fazemos o projeto nos fazemos a nós mesmos.

Isto nos leva a pensar que o amanhã será diferente do hoje porque já iniciamos a sua construção. Mas é uma construção consciente, por isto é possível prever que resultado terá esta nossa intervenção.

Neste sentido, o projeto precisa estabelecer algumas referências que a prática da educação deve reforçar. Para facilitar a compreensão e melhor ordenar este exercício, destacaremos cinco aspectos a serem levados em conta:

1° - Preservar os objetos para preservar as palavras

Sem palavras não há projeto. As palavras existem e são usadas enquanto permanecerem os objetos. O nome está ligado ao objeto. Não há nome sem objeto.

Há um profundo desrespeito por parte das empresas do agronegócio que dão continuidade ao extermínio das espécies deixando os nomes sem os objetos impossibilitando que as futuras gerações os conheçam. "Jabuticaba" é uma palavra brasileira que existirá enquanto existir a jabuticabeira. Se a espécie está ameaçada de extinção a palavra também está porque deixa de ser falada.

Já vimos em paredes de salas de aula, onde, os professores, na ansiedade de facilitarem o aprendizado pregam na parede embalagens de tempero, porque já não se produzem as ervas e os vegetais para se fazer os temperos.

Há pesquisas que indicam que até o início da industrialização capitalista, a humanidade se alimentava com cerca de mil e trezentos tipos de vegetais. Estes foram diminuindo e chegamos agora a ter apenas trinta, destes, apenas cinco são mais usados: trigo, milho, arroz, feijão e soja.

2º - Tornar a identidade parte da consciência

A identidade é formada pela experiência que adquirimos e pelas perspectivas que temos para o futuro. Antecipamos no comportamento sinais daquilo que queremos ser.

Mas a identidade pode ser composta também por vícios, não somente por virtudes e qualidades boas.

De acordo com aquilo que consumimos ou pretendemos consumir, vamos ocupando nosso tempo reflexivo, imaginando este encontro com o produto.

3º - Estabelecer uma ética do conflito

Há diferentes éticas. Mas ela não pode simplesmente tratar do certo e do errado. O que é certo para as empresas não pode ser certo para os camponeses. Se aquilo que é certo para os camponeses é também para as empresas, então já não é mais certo.

A educação tem que ser conflitiva. Ela não pode ser indiferente. Precisa atacar os erros. Precisa ser de briga. A nossa ética tem que ser de ação.

4º - Motivar a organização e a participação

Organizar e participar para combater o individualismo. Não deixar que a tendência ao isolamento se transforme em cultura. A participação é o maior patrimônio coletivo que um grupo social pode ter.

A participação deve estar voltada para a defesa e a construção de uma causa.

5º - Resgatar o direito à utopia

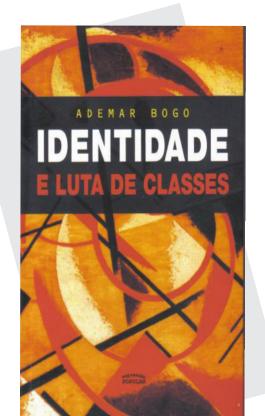
Os camponeses precisam alimentar a utopia das mudanças. Não podemos viver apenas de coisas imediatas. O horizonte tem que ser um objetivo possível e deve ser buscado através das ações.

A força da utopia deve mover os passos para que possamos caminhar em direção de dias melhores, onde a liberdade e a solidariedade não sejam apenas palavras, mas um exercício de vida permanente.

Notas

1 Palestra proferida no I Encontro do PRONERA na Região Sudeste em Vitória/ES no dia 30 de setembro de 2004.

2 Poesia: *Relíquias da Educação* da autoria de Ademar Bogo





As lutas sociais produziram suas formas próprias de comunicação e engendraram formas de combate à cultura hegemônica

• ENTREVSITA DE **ADELAIDE GONÇALVES** - HISTORIADORA E PROFESSORA DA UFCE A BRUNO ZORNITA - [12.02.2007]

delaide Gonçalves, é militante da esquerda social, historiadora, com interesses de pesquisa e trabalhos publicados na área de História So cial, em conexão com História So cial das Idéias. Participou do painel "Cultura a serviço de um projeto de sociedade", no 12º Curso Anual do NPC. Aos jornalistas que se empenham em construir uma outra comunicação, voltada para os trabalhadores, Adelaide propõe: "Vamos estudar mais, ler mais o mundo à nossa volta. Vamos aprender fazendo a luta social. Vamos ajudar a recuperar o melhor do vocabulário dos precursores socialistas libertários: solidariedade, apoio mútuo. E, como estamos próximos do 8 de março, nos inspiremos na escrita afiada, na memória de nossas Louise Michel, Mary Wolstonecraft, Flora Tristan, Rosa Luxemburgo, Emma Goldmann e no exemplo das mulheres da Via Campesina que arrancaram as mudas da morte para semear a vida.

BoletimNPC- Quando se diz que alguém é "culto", para o senso comum, há uma referência à cultura dominante. No entanto, existe uma outra cultura, a cultura popular. Qual a importância desta cultura para a transformação social?

Adelaide Gonçalves - Há um rico e vasto repositório de registros da cultura das classes trabalhadoras desde o seu momento de formação. As pesquisas e estudos históricos que vêm se debruçando sobre este campo comprovam esta afirmação. As lutas sociais, de modo geral, produziram suas formas próprias de comunicação e engendraram formas de combate à cultura hege-mônica. Para tomar o caso do Brasil, basta que se atente para o rico capítulo da imprensa dos trabalhadores; nascida em meio às transformações que experimentava o século XIX, capitaneadas pela intensa difusão de "idéias novas", e por aperfeiçoamentos técnicos que encurtavam de forma vertiginosa as distâncias entre as pessoas, a imprensa dos trabalhadores é uma das mais notáveis expressões da vida dos homens e mulheres que tiveram o seu dia-a-dia marcado pelas vicissitudes do mundo do trabalho. Cumpre destacar nesta imprensa suas dimensões de formação, mobilização, educação e combate. No jornal operário, em perspectiva histórica e apropriado em sua dimensão de documento-fonte-memória – é possível recuperar um largo painel do mundo dos trabalhadores e de sua cultura.

É de se notar que as práticas do associativismo estiveram desde logo combinadas aos mecanismos de auto-esclarecimento: escolas, ateneus, conferências, teatro social, formação de bibliotecas populares, cinema, hinos, estandartes, poesia social, salas de leitura, traduções, bandas de música, - um vasto índice da resistência criativa e da experiência da classe construindo uma contracultura da resistência, da criação cultural como exercício da crítica anticapitalista.

Pouco a pouco, o mosaico das pesquisas vai compondo um largo inventário dessas práticas sociais , inclusive para além dos locais de trabalho, pois é certo que outros espaços de convívio e troca de idéias vão se fazendo. Sinais desta construção no campo da cultura estão presentes nas livrarias, sebos e tertúlias literárias, na aula noturna, na conversa nos cafés, nas discussões em volta da mesa do botequim, nos balcões das bodegas e mercearias, na ida ao mercado e às feiras, na conversa trocada, atrás do balcão, com um ou outro caixeiro mais letrado, nas quermesses.

São lugares/momentos, em que a camaradagem vai sendo forjada nos bancos de praça, em volta do coreto, no passeio público, na ida dominical à missa e na visita aos parentes, quando se atualizam as conversas.

Na procissão no dia do santo da devoção, nos comícios, nos meetings, nas demonstrações do primeiro de maio, nos festivais operários, na ida ao cinema, nas representações dos grupos amadores de teatro, na formação dos times de futebol. Enfim, são lugares/momentos, repito, de socialização, congraçamento, construção de identidades, afirmação de diferenças e, eventualmente, de (in)for-mação sobre o mundo que existe além do que a vista alcança.

BoletimNPC- E a cultura de massa, você acredita que ela serve hoje como instrumento de dominação? Seria correto afirmar que o Brasil é um país ocupado culturalmente, que existe um imperialismo cultural?

Adelaide - Basta que se analise em perspectiva de longa duração a história trágica da dominação européia desde o século XVI neste vasto continente. Bem vistas as coisas, terá sido a imposição, a rapina, a destruição, o roubo, o desmanche, o transplante de signos culturais Mais avança o capitalismo em suas formas de mundialização, mais se aprofundam seus mecanismos de dominação, mais sofisticada e diversa sua operação de moldar corações e mentes.

É preciso situar com propriedade esta longa história da dominação, para que não se olvide a construção da história "desde abaixo", para usar a certeira expressão de Edward Thompson; os conflitos, os embates, as resistências criativas, as lutas dos que se opõem ao reino da sujeição conformista. É preciso voltar sempre mais aos estudos seminais do pensamento critico, para compreender a natureza e o grau da dominação imperialista em nosso tempo, inclusive no campo dos valores, da arte, da cultura.

Trata-se também de observar as contradições e tensões fundamentais no sistema dominante, em acúmulo e progressiva visibilidade. É de fácil constatação o crescimento da miséria absoluta da maioria da população mundial, em aberto contraste com a riqueza ostensiva e predatória de uma minoria; a crescente marginalização de jovens, desempregados e velhos nos países do centro capitalista, enfim um quadro amplo a demonstrar a impossibilidade de soluções no marco da ordem do capital.

BoletimNPC- Como você avalia o papel da grande mídia na formação cultural dos brasileiros?

Adelaide - Não creio que a chamada grande mídia, por sua natureza, tenha compromissos ou um programa neste sentido. Basta que se veja a grade das TVs comerciais, a cobertura jornalística. Afinal qual é o lugar do teatro, das artes, da literatura, da crítica literária, da música, na "grande mídia"? E isto para não falar dos limites do mercado editorial, da história do livro no Brasil, da literatura inacessível às camadas populares, da ausência de programas públicos de acesso ao livro e do gosto pela leitura, como imprescindíveis bens do espírito.

Isto incide na agregação de outro aporte de interesse em nossa reflexão: o descenso da coesão e intervenção social dos trabalhadores, com a perda das identidades construídas desde o século XIX. A sociedade de consumo, as tecnologias de massificação, são algumas das razões fundamentais para compreender os contornos desta realidade onde o espaço de construção coletiva cede lugar à realidade midiática.

Se nas realidades das primeiras décadas do século XX, anarquistas, socialistas e comunistas conseguiram se apropriar da tecnologia da imprensa e a partir dela, no caso dos anarquistas, construíram uma rica experiência no campo da cultura operária e libertária, igual processo não se deu relativo ao rádio, à televisão, ao vídeo e agora em relação à informática. Estes últimos, usados largamente no jogo de manipulação, de padronização e anexação ideológica e cultural, de destruição das diferenças, das diversidades. Essa estratégia tem ainda outro efeito diminuidor da densidade das lutas sociais: a fragmentação dos espaços coletivos cotidianos das classes dominadas, posto que as induções tecnológicas retiram-nos do espaço da rua, da vivência coletiva, para a redução da vida no espaço individual e privado. Adite-se a isto problema de proporções ainda mais graves: a ausência de uma esfera pública democrática, campo de expressão plural e possibilidade de experimentação da criação, do desejo.

A reconstrução desses espaços de sociabilidade, de comunicação e de cultura dos "de baixo", a reocupação dos espaços públicos, é possivelmente o maior desafio posto a um projeto transformador em nossa sociedade.

BoletimNPC- Em sua palestra no 12º Curso Anual do NPC, você afirmou que "precisamos, em nossa militância, recuperar o primado da política". Como fazer isso diante da atual conjuntura de individualismo e despolitização?

Adelaide - Entendo que é possível e necessário recuperar desde a tradição socialista a recriação política. Nesse sentido, o desafio que é posto ao nosso tempo, numa América Latina em processo de rebelião é afastar o ecletismo teórico e a corrosão do discurso midiático, do eleitoralismo, para encontrar o legado do espírito revolucionário do socialismo. Neste passo, é preciso aprender a ler o sentido mais profundo das lutas animadas, durante quase dois séculos, pelos militantes anarquistas, libertários, ecologistas, feministas, comunistas, mundo afora. As idéias retoras que devemos abraçar, obrigam-nos, para permanecermos à altura

do desafio que é posto, a refletir sobre o primado da política.

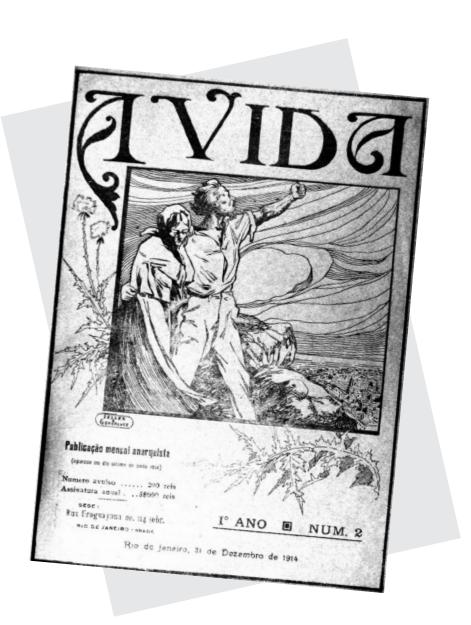
Entendam: não da pequena política eleitoreira, dos jogos medíocres da realpolitik, das pequenas e corrosivas disputas por espaços nos aparelhos de poder.

Referimo-nos àquele sentido da Grécia clássica, aristotélico, da política como o cerne da natureza dos homens e mulheres que trabalham, vivem, amam e sonham. Ou, por outra, no sentido renascentista de política como ato de construção da nova sociedade republicana e - completaríamos nós - socialista e democrática. Como fazê-lo? Dito de outro modo: como materializar, aqui e agora, com a urgência do tempo e sob o olhar esperançoso dos que acreditam na ousadia, no marco do capitalismo, o primado da política?

Um projeto desta magnitude e natureza é, desde sempre, uma construção. Construção coletiva, mas coletiva não no sentido da retórica vazia que um certo discurso de esquerda proclama, mas não pratica. Construção coletiva autêntica, no sentido de ter a audácia e a beleza de animar, seduzir, mobilizar estruturas de sensibilidades e razões de pertencimento dos muitos desvalidos, humilhados, ofendidos e silenciados. Seduzir pela palavra, pelo gesto, pela ação de reconhecimento do outro, para a luta cotidiana de transformação, para "tornar possível o impossível".

BoletimNPC- Que recado você deixaria para os jornalistas que se empenham em construir uma outra comunicação, voltada para os trabalhadores?

Adelaide - Vamos estudar mais, ler mais o mundo à nossa volta. Vamos aprender fazendo a luta social. Vamos ajudar a recuperar o melhor do vocabulário dos precursores socialistas libertários: solidariedade, apoio mútuo. E, como estamos próximos do 8 de março, nos inspiremos na escrita afiada, na memória de nossas Louise Michel, Mary Wolstonecraft, Flora Tristan, Rosa Luxemburgo, Emma Goldmann e no exemplo das mulheres da Via Campesina que arrancaram as mudas da morte para semear a vida.





Líder indígena faz a ponte entre a cultura tradicional e a digital

• Anápuáka Muniz Tupinambá Hã hã hãe é índigena e é conectado. De etnia Tupinambá e Pataxó Hã hã hãe, saiu da Aldeia Água Vermelha (Bahia) quando tinha 13 anos. Veio para o Rio de Janeiro, morar e estudar. Formou-se em Gestão em Marketing e Jornalismo de Políticas Públicas Sociais. Iniciou sua carreira profissional trabalhando com rádio, jornais, revista e livros – fazendo da pauta ao projeto gráfico. Hoje, Anápuáka Tupinambá é um importante líder e faz a ponte entre a cultura tradicional indígena e a cultura digital.

EM QUE MOMENTO DA SUA VIDA VOCÊ CONHE-CEU A INTERNET? E COMO SURGIU O GOSTO PELA CULTURA DIGITAL?

Anápuáka Muniz Tupinambá Hã hã hãe -

Conheci a internet em 1996, com um cd de <u>acesso</u> à internet da UOL que era vendido nas bancas de jornais do Rio de Janeiro por R\$ 1,00. O fato me deixou empolgado para instalar no meu PC Pentium 100 com OS Windows 3.11, na época top de linha com um modem discado com a velocidade de 14.4 kbit/s.

Mas a cultura digital começa em 1988, no bairro de Santa Cruz, zona oeste da cidade do Rio, em um curso de informática onde estudei programação Basic e digitação em um computador TK 2000 com gravador de fita cassete. Vivia a esperança de ter um emprego na área do Polo Petroquímico de Itaguaí, porque foi uma proposta do então governador do estado do Rio de Janeiro, Moreira Franco, para ajudar na recuperação econômica do estado.

Previa-se o projeto com um potencial para gerar 30 mil empregos, mas que nunca aconteceu. Na época, ter um computador era fora de minha realidade pois era caro demais. Eu brincava com computadores de amigos de vários modelos e marcas, como TK90x, Amiga, Gradiente e Sharp MSX Expert. Em 1996 a minha ex-falecida esposa, a jornalista Helen Marcy, financiou um pc Pentium 100 e uma impressora HP, onde o total somava R\$ 3.000,00 e na primeira semana eu "dei pau" na máquina, corrompendo o sistema operacional.

Tivemos que gastar uma baita grana com técnico para reinstalar tudo. Neste dia vi o prejuízo, mas fiquei encantado. Aprendi muito lendo revistas, como *Infomática Exame* (hoje Info Exame). Depois passei por muitas experiências, uma delas foi no *Jornal Black News*, um jornal de mídia alternativa, onde aprendi o que fazer e não fazer.

Lá emplacamos novas formas de editorar, técnicas e <u>softwares</u>, capas com design e conteúdos além do tempo do sistema de mídia alternativa. Apesar do dono não apoiar sempre, tínhamos um jeitinho de fazer cada edição algo <u>novo</u> e polêmico, até matérias indígenas rolou. Daí por diante passei por algumas rádios e fui

somando experiências em comunicação, tecnologia e cultura digital. No dia 19 de abril de 2001 ou 2004, não lembro, Helen Marcy disse que tinha uma surpresa para mim: o PC estava conectado em um site chamado de Índios Online.

NA ONG THYDÊWÁ VOCÊ PARTICIPOU COMO COLABORADOR EM DESIGN GRÁFICO DA SÉRIE DE LIVROS ÍNDIOS NA VISÃO DOS ÍNDIOS. CONTE COMO SURGIU ESTE CONVITE.

Anápuáka Muniz Tupinambá Hã hã hãe - o presidente da ONG, Sebastián Gerlic (Sebas) me perguntou se eu sabia fazer editoração e eu disse que sim, mas em Corel Draw, coisa que me arrependo de ter usando! Para fazer o "Índios na Visão dos Índios – Pataxó Hã hã hãe" tínhamos um tempo muito curto e usando o Corel tinha colocado para salvar o arquivo a cada 5 minutos. Para um livro de 68 páginas, foi uma experiência louca e horrível.

Mas gosto muito desta série "Índios na Visão dos Índios", os que eu editorei chamo de meus filhotes, e hoje estão disponíveis para download de graça sob licença Creative Commons no site da Ong. Veja o Pataxó Hã hã hãe em http://www.thydewa.org/downloads/hahahae.pdf.

FALE MAIS SOBRE O SEU TRABALHO NA WEB BRASIL INDÍGENA.

Anápuáka Muniz Tupinambá Hã hã e - A Web Brasil Indígena nasceu de uma feliz junção entre duas mentes inquietas e de áreas totalmente diferentes, mas com objetos semelhantes. Eu e Rosane Faria, professora de artes visuais, paisagista e gestora cultural. A *Web Brasil Indígena* é um projeto de conceito em etnomídia, para construção de uma rede social colaborativa que gera conteúdo tecnológico, de conhecimento, cultural, informativo e de compar-tilhamento com os povos indígenas ou não.

VOCÊ É UM ENTUSIASTA DE SOFTWARE LIVRE, PRINCIPALMENTE OS DE EDIÇÃO DE VÍDEO E ÁU-DIO. QUAIS VOCÊ UTILIZA E COM QUE FINALIDADE?

- Anápuáka Muniz Tupinambá Hã hã hã e Não só de software livre, mas também de licenças e códigos abertos e livres. Sempre rola esta pergunta porque existe um certo desprezo ao software livre como se fosse inferior ao software proprietário. Software livre é de graça? Sim e tem muita gente atualizando diariamente e corrigindo bugs, o que não ocorre com aplicativos proprietários com tanta frequência. Além disso, posso usar o dinheiro das licenças comerciais em investimento pessoal de formação.
- O Cinelerra eu uso para audiovisual em geral, como documentários e webclipe. Uso o Audacity para editar áudio em geral como podcasts, notícias para rádio web, trilhas musicais indígenas, gravar reuniões e documentação de áudio de rituais.

EM 2011 VOCÊ RECEBEU O PRÊMIO MOZILLA FIREFOX LIBERTADORES DA WEB. CONTE SOBRE ESTE RECONHECIMENTO.

Anápuáka Muniz Tupinambá Hã hã hãe - A premiação da Mozilla Firefox, para 10 personalidades brasileiras que contribuíram para a liberdade na internet, foi uma novidade para mim. Uma forma que encontraram de engajar ainda mais algumas pessoas que fazem parte da história da open web no Brasil. Aconteceu durante o Festival de Cultura Digital no Rio de Janeiro. Fico pensando sobre este reconhecimento... olhando links, lembrando das palestras, bate papos, construção individuais e coletivas, parcerias em projetos e que levou a esta premiação.

VOCÊ JÁ ESTEVE ENVOLVIDO COM UM PROJETO DE RPG DE TEMÁTICA INDÍGENA. COMO SURGIU ESTA IDEIA?

Anápuáka Muniz Tupinambá Hã hã hãe - Sim estive, surgiu com o desejo de socializar culturas étnicas indígenas por meio de jogos, já que temos uma massa muito grande de gamers. É um meio de levar informação e cultura sem ser chato. Mas pena que não vingou... faltou dinheiro e não consegui passar em nenhum edital de game. Mas a ideia não tá morta e topo recuperá-la, caso tenha alguém com disposição para ajudar e investir.

EM 2012 VOCÊ FUNDOU O "RAÍZES HISTÓRICAS INDÍGENAS"? O QUE É E QUALA FINALIDADE DESTE PROJETO?

Anápuáka Muniz Tupinambá Hã hã e - É um grupo/ coletivo, composto por indígenas de diferentes etnias, que se juntou representar, reivindicar, apoiar, debater, desenvolver, organizar, defender e lutar pelos direitos do índio. É uma entidade nacional e internacional, sem fins econômicos.

FALE SOBRE A RÁDIO ONLINE YANDÊ. Anápuáka Muniz Tupinambá Hã hã e - Yandê significa "você" e todos "nós", como diz o ditado, tudo que fazemos juntos fica melhor. É com esse conceito que nós do Grupo de Comunicação Yandê trabalhamos.

Temos como objetivo a difusão da cultura indígena através da ótica tradicional, mas agregando a velocidade e o alcance da tecnologia e da internet. Nossa necessidade de incentivar novos "correspondentes indígenas" no Brasil, faz com que possamos construir uma comunicação colaborativa muito mais forte.

Nossa grade de programação possui programas informativos e educativos que trazem para o público um pouco da realidade indígena do Brasil. Desfazendo antigos estereótipos e preconceitos ocasionados pela falta de informação especializada em veículos de comunicação não indígenas.

SABEMOS QUE VOCÊ FREQUENTA A DEEP WEB. DIZ PRA GENTE, O QUE VOCÊ BUSCA POR LÁ?

Anápuáka Muniz Tupinambá Hã hã hãe - A Deep Web é o local onde posso encontrar conhecimento irrestrito e que não é indexado por buscadores como o Google. É nela que consigo aliviar minha sede de conhecimento e compartilhamento. O conteúdo na web atual é muito raso. Imagina um bloco de gelo no mar... se olhar no fundo das águas, verá que a parte submersa do iceberg é bem longa e profunda. Não busco ideias rasas, pensamentos construídos.

Na Deep Web a coisa é mais intensa e dinâmica, não é pré-pronto para deixar todos satisfeitos e aliviados da fome de conhecimento básico. O que não se acha nos outros buscadores é porque está na Deep Web e eu estou lá também. Awerê!

- See more at: http://riojob.com.br/conteudo/ entrevistas/anapuaka-muniz-tupinamba-ha-ha--hae-indio-conectado/#sthash.sn7fnYsI.dpuf





- ENTREVISTA COM ADENILDE PEDRINA POR RODRIGO GALDINO
- "Nós temos os nossos intelectuais orgânicos, as pessoas que pensam a nossa realidade, aqui na periferia, mas eles não estão na televisão"

íder comunitária do bairro Santa Cândida (Juiz de Fora/MG) e excoordenadora da extinta <u>rádio comunitária Mega FM</u>, a professora Adenilde Petrina Bispo nos recebeu numa tarde de sexta-feira,

numa das salas do CESU (Centro de Estudos Supletivos), onde dá aulas de Educação de Jovens e Adultos. No bate-papo, Adenilde fala sobre a participação da mídia na disseminação do mito da democracia racial.

Como a senhora tem encarado a relação dos meios de comunicação de massa, principalmente a televisão, e o racismo. A mídia tem aberto espaço para a discussão do racismo ou ainda falta muito para chegarmos num ideal?

Adenilde: Falta muito para chegar-mos num ideal. A mídia é muito racista na maneira como aborda os negros nas novelas, nos programas de humor... A mídia contribui muito para a perpetuação e às vezes até pelo aumento do racismo no Brasil, hoje em dia. A mídia tem muita responsabilidade nisso tudo.

Considerando-se que quem faz a mídia na verdade somos nós, jornalistas, o que a senhora acha que falta para que esse profissional que vai trabalhar na mídia tenha condições de abordar o assunto de uma forma diferenciada? Ou a senhora acha que os proprietários da mídia tem responsa-bilidade maior?

Adenilde: As duas coisas. Os proprietários dos meios de comu-nicação ainda estão na "casa grande". Eles perderam o poder e estão tentando tudo quanto é tipo de artificio para recuperá-lo. A mídia está perdendo cada vez mais o poder que ela tinha. A questão da visão do negro, na mídia, parte da formação racista que a elite tem; uma elite retrógrada, conservadora, preconceituosa, que discrimina. Eles ainda não saíram da "casa grande" e acreditam que nós todos, negros, pobres, ainda estamos na senzala. E também porque a maioria dos donos da mídia fazem parte de um Estado patrimonial que eles julgam ser patrimônio deles e

quando eles fazem alguma concessão, algum personagem em novela, por exemplo, é como se fosse esmola, como se fosse uma migalha que eles nos dão.

[...] Acredito também que falta aos profissionais, aos jornalistas, um certo conhecimento de História, um conhecimento da questão racial no Brasil, porque a sociedade brasileira não se assume como racista, inclusive têm livros como o do Ali Khamel que é responsável pelo jornalismo da Globo... Ele diz que o povo brasileiro não é um povo racista, mas como justificar essa diferença entre a população negra e a minoria branca. Como justificar, por exemplo, essa briga que existe... inclusive a USP está rejeitando as cotas. Então, se o Brasil fosse uma democracia racial, nós não estaríamos reclamando...

O mito da democracia persiste, né?

Adenilde: Claro, nós sabemos,

Muito embalado pela nossa mídia...

Adenilde: É, a mídia é a responsável por isso.

A senhora trabalhou muito tempo com jornalismo comunitário. A rádio infelizmente está parada, né?

Adenilde: Está parada.

Como militante do jornalismo comunitário, a senhora encara esse jornalismo como uma possibilidade de fazer frente a essa "grande mídia" que passa essa idéia do mito da democracia?

Adenilde: Sim, os blogs da internet fortalecem muito. A maioria das pessoas que eu conheço estão deixando de assistir televisão, telejornais, porque não confiam mais. Houve um tempo em que o Jornal Nacional era a Voz do Brasil - o pessoal sentava na frente [da TV] e encarava como verdadeiro tudo o que eles falavam. Hoje em dia, para nós não passa de um pastiche, de uma mentirada danada. Então o que a gente confia é a mídia comunitária, são os blogs da internet, e quando a gente quer ter uma

informação segura, confiável, a gente consulta a internet. Na sua comunidade, o Santa Cândida, tem aflorado essas iniciativas: blogs, sites?

Adenilde: Sim, a maioria do pessoal que militava na rádio comunitária agora recorre às notícias dos blogs, e isso vai passando porque nem todo mundo tem internet. Então aqueles que têm passam para aqueles que não têm; corrige a informação que porventura alguém sai falando que viu na TV, que viu no jornalismo televisivo, então a gente fala: "Não acredita não que é mentira!".

Jornalões com a *Folha de S. Paulo*, *Estadão*, *O Globo*, cada vez mais a gente prefere ignorar pois eles não refletem os nossos interesses, não refletem a nossa ideologia, as nossas necessidades. Para nós, eles são jornais da "casa grande", que a senzala não tem obrigação de seguir.

Nos últimos tempos a senhora citaria alguma situação específica de uma abordagem racista ou pouco democrática da mídia, seja em novela... Eu me lembro de uma fala da senhora na Semana da Conciência negra do ano passado, quando a senhora dizia que tem evitado assistir televisão, já conhecendo essa situação... Cita algum exemplo específico?

Adenilde: O programa de humor que está na boca do povo, né, aquele personagem do *Zorra Total*; muita gente critica pois vê naquilo ali uma abordagem racista. Aquele programa da Regina Casé, o *Esquenta*, para mim que vi uma vez de tanto as pessoas falarem, eu vi; e então parece que [o discurso] é assim: vocês não querem aparecer na televisão, vocês não querem um horário? Então vocês vão aparecer na hora do almoço, mas o programa é uma bagunça, é uma mistureba, nós não somos assim, a gente é organizado! Quando a gente faz as nossas coisas, nós temos alegria, nas festas, mas não somos bagunçados daquele jeito. Então passa a ideia daquela mistureba danada e que a gente não tem raciocínio lógico para poder organizar as coisas.

Para finalizar: diante desse cenário a senhora vê perspectiva de melhora? Desde que a senhora começou a sua luta [no jornalismo comunitário, na militância], as coisas vêm melhorando ou estão estagnadas?

Adenilde: Estagnadas. É preciso fazer a regulamentação da mídia, fazer o marco regulatório, tudo o que nós pe-

dimos na Conferência de Comunicação e que o governo não implantou, imagino que seja por pressão da mídia, né? Então a nossa luta agora é essa, regulamentar a mída. E outra coisa, é preciso deixar claro que a mídia corporativa fala que nós estamos querendo censurar a mídia, acabar com a liberdade de expressão...

É sempre esse discurso, né?

Adenilde: É, mas quem acaba com a liberdade de expressão são eles. A voz das pessoas comuns não está na televisão. É igual lá em cima, no morro, onde a gente tem lido bastante, o pessoal tem aprendido, é muito comum o pessoal falar: nós temos os nossos intelectuais orgânicos, nós temos as pessoas que pensam a nossa realidade, aqui dentro da periferia, mas eles não estão na televisão! E nem a gente quer falar, pois a gente não quer "colar" com a casa grande. Então eu acho que a gente ainda tem uma longa estrada. A gente sabe que é longa a nossa história, a nossa caminhada, por uma mídia mais democrática, e ela só vai vir junto com a democratização da sociedade. Na medida que a casa grande afrouxar e ver que ela está perdendo espaço, que ela não está mandando tanto como ela imagina que manda.

Comunicação, trabalhadores e hegemonia

- Breno Altman Jornalista Opera Mundi e Revista Samuel
- MILTON TEMER- JORNALISTA E EX-DEPUTADO FEDERAL
- Miro Borges Jornalista Centro Barão de Itararé





Por que a ultra-esquerda brasileira é residual?

• Breno Altman - Jornalista - Opera Mundi e Samuel

ificilmente chegará a 2% o total de votos dos candidatos a presidente do PSol, PSTU, PCB e PCO. Mas não é apenas a influência eleitoral desses partidos que é pífia. Também são forças de pouca envergadura no movimento sindical, estudantil e camponês. Não passam de franjas isoladas na intelectualidade. Apesar detentarem se integrar às manifestações de junho do ano passado, não tiveram papel de relevo e tampouco se constituíram em referência para as massas juvenis que ocuparam as ruas.

Diversos motivos poderiam ser identificados para desempenho tão marginal. Há interpretações sociológicas e políticas de diversas matizes para ajudar a compreender essa fragilidade. Mas creio que existe, ao menos entre seus militantes de boa fé, uma razão de fundo para tamanho isolamento: a política de todas essas correntes é baseada na ideia de hipotética traição do PT ao programa de esquerda e aos interesses do proletariado.

"Traição do PT"

De acordo com esta interpretação, teria ocorrido fenômeno semelhante ao que se passou com a social-democracia europeia. O partido de Lula teria assumido o mesmo programa neoliberal do capital financeiro, transitado de armas e bagagens para o campo da burguesia rentista e renunciado à construção de um projeto independente dos trabalhadores. Segundo esse raciocínio, ainda que haja diferenças táticas, o PT e os demais partidos burgueses seriam farinha do mesmo saco.

Esta posição empurra facilmente setores da ultra-esquerda para assumir o discurso falsamente moralista da direita contra o PT e até se alinhar com o conservadorismo quando se trata de fazer oposição ao governo petista.

- A absoluta falta de audiência popular à sua narrativa poderia levar estas correntes a refletir sobre a justeza ou não de sua política, mas não o fazem. Prevalecem o dogmatismo, o rancor de ex-petistas e a origem de classe: afinal, a maioria esmagadora de seus quadros tem origem nas camadas médias, onde viceja ambiente generalizado de ódio e desconfianca contra o PT.
- O erro fundamental de sua análise consiste em não compreender que a natureza petista e seu papel concreto nada tem a ver com a social-democracia dos dias atuais. Ainda que se possa criticar os governos de Lula e Dilma pela eventual opção por um reformismo fraco, no dizer de André Singer, o fato é que se constituíram

em ferramentas de resistência ao neoliberalismo em todos os terrenos.

Anos recentes

Estes últimos doze anos foram marcados pela expansão dos gastos públicos, pela adoção de políticas distributivas, pela ampliação de direitos sociais, pelo aumento do emprego e da renda dos trabalhadores. O Estado está sendo paulatinamente reconstruído como epicentro de um modelo econômico que associa desenvolvimento e criação de um mercado interno de massas, através de mecanismos para a inclusão social. No mais, o País impulsiona política internacional contra-hegemônica e de apoio à integração de blocos que se separam do campo de gravidade do imperialismo norte-americano.

Como se pode ver, pela realidade dos fatos, um caminho absolutamente distinto da social-democracia europeia. Não apenas por questões programáticas, mas também pela posição na luta de classes: não é à toa o esforço beligerante do núcleo dirigente da burguesia para derrotar o PT a qualquer preço, aceitando até o risco de inflar uma candidatura de oportunidade como a de Marina Silva.

Há espaço, à esquerda do PT, para forças que pressionem pelo aprofundamento e a aceleração de reformas, buscando forjar um bloco histórico que mude a qualidade do processo de mudanças. Mas essa orientação é impossível para quem vê no PT o inimigo principal ou como integrante do campo político e classista da burguesia. Essa postura visceralmente antipetista não provoca apenas isolamento dentro da esquerda, mas também tornam inacessíveis os ouvidos das dezenas de milhões de trabalhadores, de pobres do campo e da cidade, cuja vida melhorou admiravelmente desde a posse de Lula em 2003.

Sectarismo

Por fim, a insistência nessa política sectária faz da ultraesquerda um aliado objetivo das forças reacionárias nos momentos de grande polarização e disputa. O caso mais emblemático foi o processo do chamado "mensalão", mas muitos foram os episódios políticos e eleitorais nos quais essa lógica se reproduziu. Afinal, se o governo é do PT e esse partido passou para o outro lado, transformado em instrumento da dominação burguesa, contra essa administração deve ser a direção do golpe principal.

Trata-se da fórmula perfeita para a irrelevância e a residualidade.



Democratização ou submissão?

• MILTON TEMER - JORNALISTA

Ou conseguimos implementar a democratização dos meios de comunicação, ou nos acomodamos à entrega da hegemonia absoluta de formação de consciências à mídia conservadora, absolutamente hegemônica nos jornais, rádios e TVs brasileiras.

Trata-se, portanto, de batalha fundamental, principalmente para quem acredita na luta de classes como uma guerra de posições; de conquista crescente de corações e mentes para uma concepçãoo de sociedade fundada em valores prometidos, e até hoje não cumpridos, universalmente, pela heroica Revolução Francesa – Liberdade, Igualdade, Fraternidade, conceitos inalcançáveis na lógica predatória e anti-humana do regime capitalista. Batalha fundamental, também, para os que viram em Salvador Allende e na chegada da Unidade Popular ao poder no Chile como caminho a ser recuperado na luta pelo objetivo da sociedade socialista e libertária.

E o que queremos dizer com democratização dos meios de comunicação? Instalação da censura, como pretendem os defensores do status quo? Nem pensar. Aliás, a simples apresentação de tal argumento já é uma forma falaciosa de eludir o debate sobre essa questão essencial.

O que se pretende de fato é levar a termos aquilo que nunca foi cumprido a partir do capítulo da Comunicação Social da Constituição Brasileira em vigor: o controle social por meio de um Conselho realmente democrático nos critérios de sua composição. Um Conselho que nada interferirá na produção de jornais, revistas e livros. Porque esses são produtos da área privada. Que o leitor compra se quiser, e por sua iniciativa, de acordo com sua visão de cultura e de sociedade.

Mas não é esse o contexto em que operam as concessões do poder público: Rádio e TV. Esses não podem ter posição partidária e ideológica, assumindo clara discriminação contra aqueles que com eles não se alinhem.

A *Rede Globo*, hegemônica na formação de um senso comum imbecilizado por conta de uma constante manipulação e distorção do noticiário, é uma empresa produtora, proprietária do Projac, e dos prédios onde abriga suas redações de telejornais. Não é proprietária dos canais por onde essa produção é distribuída. Esses canais são propriedade do conjunto da Nação, e sobre o uso privado que deles se faz, é obrigatório haver um controle. Um controle que denuncie e interrompa as ilegalidades e agressões aos preceitos de nossa Constituição.

Os caminhos para esse objetivo, vamos debatê-los nesse debate de hoje. E como aporte ao que me proponho, encaminho alguns exemplos concretos dessas ilegalidades a combater, por meio de exemplos produzidos a quente, na minha linha do tempo do Facebook e no Twitter.

Ao grão, sem correção dos textos escritos a quente.

1- GLOBO ATROPELA DE NOVO (23.10.2014)

Qual o peso de uma ONG num comício de 30 mil pessoas? Inexpressivo; no máximo 1% dos militantes presentes.

TCU (via, sempre. conselheiro José Jorge, um dos deputados da tropa de choque privatista do governo FHC) e CVM, entidade controlada pelos maganos da especulação financeira. Ambos, entidade e personagem, com "isenção" sempre sob suspeita para quem os conhece mais de perto. Esse conjunto de "agentes" se transforma no destaque, interno e na primeira página, como prova de mais um escandaloso capítulo da desonestidade editorial do Globo, em sua campanha por Aécio.

Na Folha, ou no Estadão, que também apoiam o tucano, difícil encontrar como matéria, muito mais como manchetes de página. Já sobre Aécio, louvores e nvoso apoios...

É por essas e por outras que, a despeito de todas as ressalvas às limitações e omissões do governo neoPT em relação às propostas programáticas do saudoso PT,

não hesito em afirmar meu voto em Dilma. O apoio do Globo, do Clube Militar, da Marina, do Lobão; as referências a "mar de lama", todos são marcas indeléveis da afinidade de Aécio com os nostálgicos dos golpes contra Getúlio e Jango. Com os nostálgicos de um autoritarismo que pretendíamos varrido de nosso horizonte existencial.

Que sirva de lição aos controladores de verbas estatais de publicidade num possível governo Dilma. Nenhuma discriminação. Mas nenhum privilégio a mais, como até agora tem sido dado, nas verbas destinadas à Rede Globo. Que a SIP e a OEA - tão preocupadas com a "liberdade de imprensa ameaçada" nos países bolivarianos e em Cuba, ou com a democrática Ley de Medios, na Argentina-, passem a bancar seu braço mediático no Brasil. Aécio Never!! Voto Dilma!!

2- GLOBO, MÍDIA INFORMATIVA OU PANFLETO PRÓ-AÉCIO?

Afirmo de pronto que nada tenho a condenar se a segunda opção for a real. Jornal, distintamente de rádio e TV é propriedade privada. Quem quiser compra, quem não quiser cancela assinatura.

Mas o Rio de Janeiro está condenado a um monopólio, após a extinção de *JB* e *Correio da Manhã* (para não chegarmos à *Ultima Hora* pré-64, a de Samuel Wainer). Logo, alguns princípios minimamente éticos têm que ser contemplados. E um deles é afirmação concreta e transparente de estar, ou não, apoiando um determinado candidato. Porque jornal não é fábrica de sabonetes, onde valha tudo para vender o produto; até propaganda enganosa.

O condenável é se propor "isento" e "objetivo" para ocultar a adesão explícita na ideologização do noticiário, como mostra a capa da edição de hoje, sobre o debate no SBT. "Aécio reage" Mas espera aí...não foi Aécio, na resposta à primeira pergunta sobre a razão de ser candidato quem partiu para uma tática agressiva, personalizada, como se tentasse recuperar a derrota no debate da Band??

Pior ainda, é incorporar em todas as suas matérias, a premissa de que se há baixo nível de discussão ele se deve fundamentalmente à atitude nefasta da "candidatar do PT", como destaca o panfleteiro-mór, Merval Pereira. Recorrer a categorias como "leviana" para eludir a falta de argumentos não é também nefasto?

Vamos com calma, editores do Globo.

Vocês devem ter razão histórica para apoiar incondicionalmente Aécio, principalmente quando ele ressuscita o nefasto "mar de lama" projetado pelo udenismo escroto de Lacerda, na campanha que levou Vargas ao suicídio, com o apoio incondicional desse vetusto jornalão. Mas Aécio precisa ter um pouco de compostura, lembrando que, quando o "mar de lama" foi utilizado lá atrás, seu avô, o moderado e digno Tancredo Neves estava do outro lado.

Ao lado de Vargas, contra a UDN hoje, reincarnada na sua campanha e nos apoios que recebe. Não invoque, portanto, o respeitado nome de seu avô em vão. Não cometa blasfêmias.

É por essas e outras que a esquerda combativa, com todas as ressalvas aos recuos ideológicos dos períodos Lula e Dilma, não pode vacilar. Vetar Aécio é a forma de impedir o retorno da direita golpista. Voto em Dilma, é a garantia da possibilidade de uma oposição de esquerda, num ambiente republicano. Luta que segue!!

3- GLOBONEWS reincide na distorção deliberada (22.10.2014)

A *GloboNews* não cansa de atropelar a vida real, transformado noticiário em panfleto de campanha Aécio, Cristiane sei-lá-o-quê explica que o eleitorado se guia pela economia. Que, avalia, ela "vai muito mal", mas como "não há aumento de desemprego e a inflação não se agrava", o eleitorado não percebe que sua vida está ruim, e decide votar no governo. E conclui, depois de análise" tão surrealista: "Mas nada está definido…o debate na Globo pode mudar tudo".

Ou seja; com a cumplicidade da Leilane Neuóbvia, não comenta as pesquisas. Torce pelo candidato que assumiu em nome da linha editorial da empresa. Reproduz, enfim, na TV, o que Merval Pereira estabeleceu como linha de ataque em sua coluna diária. Assessora a marquetagem de Aécio No jornal, repito, é aético, mas não é ilegal. Na TV, concessão de direito público, para além de aético, é ilegal. Crime eleitoral. Bandalha que segue...

4- Acesso bizarro da Globonews aos depoimentos "secretos" (09.10.2014)

Nunca tive simpatia pela corrente do antigo PT que abrigava figuras estranhas - tais como okamoto, vaccari, delubiois et caterva -. Divergência política total, para além de desacordos com os métodos de condução pouco transparentes das despesas partidária.

Mas isso não me impede de manifestar uma imensa perplexidade com a forma como "vazam" - a partir do Juidiciário? Da PF? - uma série de depoimentos de figuras abjetas, indicadas pelo PP malufista ao qual Lula se rendeu e se aliou até para eleger prefeito de S.Paulo.

O depoimento desses dois salafrários - o ex-diretor da Petrobras e o doceiro amigo de André Vargas, parceiro de Vaccarezza - não estaria sob segredo de justiça, inclusive para que se confirmassem as provas das denúncias por ele apresentadas e só então houvesse decisão favorável a uma delação premiada? Então, como é que a *GloboNews* bota no ar a gravação das declarações dadas em segredo, com os nomes sendo lançados sem que uma prova acompanhe a afirmação?

Sei não, mas quando falo em golpe por vias institucionais que hoje a direita operaria através da eleição de Aécio, falo desse tipo de manobras manipuladas; de noticiário ideologizado e partidarizado em beneficio da tucanada abjeta.

FICO POR AQUI, NA EXPECTATIVA DE QUE SE POSSA REPRODUZIR, NO BRASIL, AQUILO QUE UM GOVERNO ELEITO COM EXPECTATIVAS MUITO MENOS AMBICIOSAS CONSEGUU CONTRA O GRUPO DE MÍDIA MAIS IMPORTANTE E RICO DO PAÍS: TODA A MINHA SOLIDARIEDADE A CHRISTINA KIRCHNER EM SUA BATALHA, ENFIM, VITORIOSA PELA IMPLANTAÇÃO DA LEY DE MEDIOS. LUTA QUE SEGUE!!

As derrotas da mídia na América Latina

• Altamiro Borges - Jornalista - Barão de Itararé

m 2013, a América Latina se manteve na vanguarda da luta pela regulação da mídia. A região conhece bem os estragos causados por uma mídia concentrada e manipuladora. Os golpes e ditaduras que infelicitaram o continente foram bancados pelos veículos de impressa. O neoliberalismo que dizimou a região também foi apoiado por este setor. Já os governos progressistas nascidos da luta contra as chagas neoliberais tiveram como principal opositor o "Partido da Imprensa Golpista (PIG)". Nada mais natural, portanto, que a regulação se tornasse uma exigência democrática.

Ley de Medios da Argentina

A derrota mais sentida pelos barões da mídia no ano passado se deu na Argentina. Emoutubro, finalmente a Suprema Corte do país declarou a constitucionalidade de quatro artigos da "Ley de Medios" que eram contestados pelo Grupo Clarín, principal império midiático da nação vizinha. Esta decisão histórica permitiu que o governo de Cristina Kirchner prosseguisse com a aplicação integral da nova legislação, considerada uma das mais avançadas do mundo no processo de desconcentração e democratização dos meios de comunicação.

Pelas regras agora em vigor, os grupos monopolistas tem um <u>prazo</u> definido para vender parte de seus ativos com o objetivo expresso de "evitar a concentração da mídia". O Grupo Clarín, maior holding multimídia do país, terá de ceder, transferir ou vender de 150 a 200 outorgas de rádio e televisão, além dos edifícios e equipamentos onde estão as suas emissoras. A batalha pela constitucionalidade dos quatro artigos durou quatro anos e agitou a sociedade argentina. O Clarín – que fez fortuna durante a ditadura militar – agora não tem mais como apelar.

Aprovada por ampla maioria no Congresso Nacional e sancionada por Cristina Kirchner em outubro de 2009, a nova lei substitui o decreto-lei da ditadura militar. Seu processo de elaboração envolveu vários setores da sociedade – academia, sindicatos, movimentos sociais e empresários. Após a primeira versão, ela recebeu mais de duzentas emendas parlamentares. No processo de debate que agitou a Argentina, milhares de pessoas saíram às ruas para exigir a sua aprovação. A passeata final em Buenos Aires contou com mais de 50 mil participantes.

Mesmo assim, os barões da mídia tentaram sabotá-la, apostando suas fichas na Suprema Corte da Argentina. Isto explica porque a sentença de outubro abalou tanto os impérios midiáticos da região, reunidos na Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP). Num discurso terrorista, eles afirmaram que a nova lei é autoritária. Mas até o Relator Especial sobre Liberdade de Expressão

da Organização das Nações <u>Unidas</u>(ONU), Frank La Rue, reconheceu que a Ley de Medios da Argentina – com seus 166 artigos – é uma das mais avançadas do planeta e visa garantir exatamente a verdadeira liberdade de expressão, que não se confunde com a liberdade dos monopólios midiáticos.

Equador e Uruguai dão exemplo

A Argentina não foi a única a avançar neste debate estratégico na região. <u>Outros</u> dois países deram passos significativos neste sentido em 2013. Em junho, o parlamento do Equador aprovou o projeto do governo de Rafael Correa que cria um órgão de regulação da mídia com poderes para sancionar econômica e administrativamente os veículos da imprensa e que definirá os critérios para as futuras concessões de rádio e televisão no país. O projeto tramitou por quatro anos na Assembleia Nacional e foi aprovado por folgada maioria – 108 a favor e 26 contra.

Além de criar a Superintendência de Informação e Comunicação, que terá o papel de "vigilância, auditoria, intervenção e controle", a lei reserva 33% das futuras frequências de rádio e TV para a mídia estatal, 33% para emissoras privadas e 34% para os grupos indígenas e comunitários. Ela também garante amplo direito de resposta, contrapondo-se ao chamado "linchamento midiático". Caso julgue que pessoa física ou jurídica foi "caluniada e desacreditada" pela mídia, a Superintendência pode obrigar o veículo responsável a divulgar um ou mais pedidos de desculpas.

Para o deputado Mauro Andino, relator do projeto, a nova lei com seus 119 artigos representa significativo avanço na democracia no Equador e na garantia da verdadeira liberdade de expressão. "Como cidadãos, queremos a liberdade de expressão com os limites dados pela Constituição e pelos instrumentos internacionais, além de uma liberdade de informação com responsabilidade... Propusemos uma lei que se constrói a partir de um enfoque de direitos para todos, não para um grupo de privilegiados". Vale lembrar que a mídia equatoriana é controlada por banqueiros!

Para irritar ainda mais os barões da mídia do continente, em dezembro último a Câmara dos Deputados do Uruguai aprovou a Lei dos Serviços de Comunicação Audiovisual, proposta pelo governo de José Pepe Mujica. Com 183 artigos, a nova "Ley de Meios" encara os meios de comunicação como um direito humano e define que "é dever do Estado assegurar o acesso universal aos mesmos, contribuindo desta forma com liberdade de informação, inclusão social, não-discriminação, promoção da diversidade cultural, educação e entretenimento".

Em seu enunciado, a nova lei enfatiza que os monopólios dos meios de comunicação "conspiram contra a democracia ao restringir a pluralidade e a diversidade que asseguram o pleno exercício do direito à informação". Visando corrigir esta distorção, o texto propõe "plena transparência no processo de concessão de autorizações e licenças para exerce a titularidade" nas emissoras de rádio e televisão. Ela também prevê a criação de um Conselho de Comunicação Audiovisual, com o intento de "implementar, monitorar e fiscalizar o cumprimento das políticas".

A nova lei uruguaia ainda estabelece cotas mínimas de produção audiovisual nacional, institui o horário eleitoral gratuito nos canais e determina que as empresas telefônicas não poderão explorar concessões de rádio ou tevê. Ela também contempla a proteção à criança e ao adolescente, já que regula a veiculação de imagens com "violência excessiva". Das 6h às 22h, esse tipo de conteúdo é proibido, com a exceção para "programas informativos, quando se tratar de situação de notório interesse público" e somente com aviso prévio explícito sobre a exposição dos menores.

A reação da máfia midiática da SIP

As recentes mudanças legais na Argentina, Equador e Uruguai se somam as que já estavam em vigor na Venezuela – o primeiro país da região a encarar este tema estratégico –, Bolívia e Nicarágua. Não é para menos que o rebelde continente latino-americano é hoje o maior entrave ao poder dos monopólios da mídia. Em outubro passado, durante a 69ª Assembleia-Geral da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), os poderosos empresários do setor confessaram que estão perdendo a batalha de ideias na América Latina e decidiram reforçar sua postura oposicionista.

Na maior caradura, o presidente da SIP, Jaime Mantilla, disse que "os governos latino-americanos têm se dedicado a semear o ódio e o medo" contra os meios de comunicação. O objetivo da entidade, sediada em Miami, com famosos vínculos com a CIA e que sempre apoiou os golpes e as ditaduras, é evitar que as novas legislações sejam aplicadas em sua plenitude e que contagiem outros países da região. O Brasil inclusive foi citado como preocupação maior dos mafiosos da mídia do continente. Se depender da presidente Dilma Rousseff, porém, eles podem dormir tranquilamente.

A construção social das ideias

Ladislau Dowbor - Professor PUC-SP



A construção social das ideias

Ladislau Dowbor*

stamos todos examinando um fenômeno novo de profunda transformação econômica, social e cultural. Isto sem falar dapolítica que ainda está por assimilar o fato de eleições serem decididas em mídias sociais, e governos serem derrubados praticamente online. É importante esta postura modesta frente a um processo que está em plena transformação tecnológica, com diversas formas e ritmos de assimilação e reverberação nas dinâmicas da sociedade. A única certeza aqui, é a mudança.

Uma característica importante desta mudança é a disritmia: as tecnologias avançam de maneira avassaladora, particularmente porque nesta área da comunicação não se trata mais de ferramentas para as mãos, mas para a cabeça, ou seja, para a própria capacidade de renovação. E com isto ficam defasadas as mudanças culturais, muito mais lentas; as mudanças organizacionais, que acumulam a morosidade cultural com a rigidez das estruturas; as instituições e o marco jurídico, que reagem com um atraso de décadas. Ainda julgamos o repasse online de uma música como o furto de um bem físico, desacerto cronológico entre uma economia digital e uma justiça mal chegando ao analógico. A nova realidade ainda está dando os primeiros passos na criação das regras do jogo correspondentes. Estamos no século XXI em termos eletrônicos, enquanto um terço da humanidade ainda cozinha com lenha e pessoas diplomadas matam mulheres a pedradas por suspeita de adultério.

Em termos históricos, o processo é vertiginoso: entre a máquina de Turing e a ideia de automatizar relações lógicas e já não apenas números a multiplicar ou somar nos anos 1940, os sistemas eletrônicos de estocagem em gigantescos volumes a partir do microprocessador, até a colocação dos computadores em rede onde os conhecimentos passam a navegar, com sistemas de identificação das máquinas e das unidades de informação como documentos ou imagens para formar um "pool" de bens comuns, chegando à desmaterialização do conhecimento que passa

a banhar o planeta nas ondas eletromagnéticas sem suporte material a estocar ou trancar, todo e qualquer conhecimento ficando instantaneamente disponível em qualquer parte do planeta graças às infraestruturas de retransmissão por cabo ou satélite, são saltos impressionantes. Não menos importante, foi criado o marco institucional do livre acesso e circulação graças ao www, e graças ao algoritmo temos sistemas inteligentes de busca que nos fazem literalmente encontrar em segundos o que é uma agulha num palheiro, em poucas décadas. Está nascendo a sociedade do conhecimento.

A máquina das ideias gerou um processo criativo planetário que tornou a mudança um processo permanente. Não é a passagem de uma situação para outra, e sim uma dinâmica interativa de transformações. Sem a máquina das ideias não haveria nanotecnologia, nem análise do DNA, nem viagens espaciais. Um celular tem um valor essencialmente determinado pelas pesquisas e design incorporados, ou seja, por um fator de produção imaterial. A enorme diferença relativamente ao século fabril, do bem físico, é que matéria prima e trabalho físico são bens finitos e que se esgotam, enquanto o conhecimento é um fator de produção cujo uso não reduz o estoque. A humanidade passa a dispor de um fator de produção ilimitado. Todo o fundamento da análise econômica herdada, centrada na otimização da alocação de recursos escassos, se desloca. Entramos assim na economia do conhecimento, em que o saber acumulado e renovado passa a ditar as regras: a máquina gera uma enorme capacidade de tratamento de informações e de desenvolvimento de inovações, enquanto a conectividade planetária faz com que todos tenham acesso aos avanços de todos, ninguém precisa reinventar a roda. Todos passamos a trabalhar na ponta, capitalizando uns os conhecimentos desenvolvidos por outros. Criamos um processo social cumulativo de avanços cognitivos.

Entre as oportunidades que se abrem, e os interesses herdados, o meio de campo não é simples. Na realidade, enfrentamos um gigantesco esforço de travamento dos avanços, ou quando isto não é possível, de sua apropriação. O conhecimento tornou-se precioso, é um fator de produção, e dispensa suporte material, o que o torna fluido e livre como o ar. Abre-se assim uma ofensiva por parte de quem quer colocar pedágio no seu acesso. E como em tantas áreas, quando se trata de defender interesses econômicos, tende-se a adotar um elevado tom de dignidade ética ofendida. "Seja ético, é tão simples assim", nos repetem na mídia os representantes dos diversos oligopólios que antes vendiam o suporte material, e hoje querem cobrar quando o suporte já é dispensável.

Ideologias a parte, a verdade é que o conhecimento compartilhado não se esgota, pelo contrário, se multiplica. Na linha do "remix", vai ser assimilado, adaptado e transformado segundo as diversas utilidades e diversos usuários. Isto leva a que o conceito de propriedade, na área da economia criativa, tem outra função: não é um direito natural, como por exemplo a propriedade do meu relógio ou qualquer outro bem semelhante. Tanto assim que as diversas formas jurídicas nesta área se chamam patentes, ou copyrights, e geram direitos limitados no tempo: forma instituídos para estimular a criatividade ao conferir uma vantagem temporária a quem criou (objetivo), e não porque quem criou tenha naturalmente direito à sua ideia (causa). O fato de que teremos livre acesso aos trabalhos de Paulo Freire, por exemplo, apenas a partir de 2050, aparece como particularmente absurdo, ele que sempre lutou pela democratização do acesso ao conhecimento.

O bom senso ajuda. Por exemplo, não pagamos para andar na rua, ainda que construir, manter e iluminar a rua represente custos elevados. Na realidade, pagamos, mas através de um sistema público, que permite que a rua não seja um bem particular, mas um bem público (commons). Sai mais barato e mais prático para todos. Em compensação, esta gratuidade é que justamente permite que as pessoas possam instalar uma farmácia, ou outra atividade, que esta sim fornecerá serviços pagos. Da mesma forma, a circulação e acesso ao conhecimento deverão ser gratuitos, mas se possibilitarem que este acesso gere atividades econômicas, estas sim poderão ser cobradas. Em outros termos, e ideologias a parte, trata-se de novas regras do jogo. O fato de um Carlos Slim alternar com Bill Gates como as maiores fortunas do planeta mostra a que ponto um pedágio pode ser lucrativo.

A guerra, naturalmente, é intensa. Foi uma guerra conseguir aprovar no Brasil uma lei, o marco regulatório da internet, que travou as tentativas dos grandes grupos de provedores de segmentar e encurralar o livre acesso à internet. É uma luta dura travada nos Estados Unidos e na Europa. Como se trata de um serviço, o direito à comunicação, que se tiver de pagar pedágio será imensamente lucrativo, mantê-lo na área pública, livre e gratuita, será uma batalha.

Uma boa forma de abordar a questão nos vem dos trabalhos de Elinor Ostrom, que ganhou o "Nobel" de economia por seus trabalhos sobre os bens públicos, os chamados commons. A palavra inglesa, diretamente ligada aos espaços comuns de pastagem que existiam na Inglaterra, não se traduz bem: fique claro aqui, que ao falarmos de bens públicos, não falamos de bens que pertençam ao Estado, e sim ao conjunto de bens que por natureza não são de propriedade privada. Os oceanos, por exemplo, com seus imensos recursos pesqueiros, representam um bem público neste sentido. Mas também a água, o ar que respiramos, as florestas, a natureza em geral e assim por diante.

É um debate já antigo, mas que na área do conhecimento adquire uma atualidade renovada: já aceitamos cada vez mais que temos de resistir ao sobre-uso ou contaminação da água, mesmos que seja retirada de um poço de uma fazenda, pois os impactos são sistêmicos. Surgem assim as soluções institucionais inovadoras, como os comités de bacias hidrográficas, ou os conselhos intermunicipais de gestão participativa como no caso da Califórnia. Elinor nos traz inúmeros exemplos destas novas arquiteturas organizacionais, e novos arranjos institucionais.

Mas no caso do conhecimento, o argumento é muito mais forte, pois se a água se esgota, e portanto se compreende a batalha pela sua apropriação, no caso do conhecimento o uso por um não restringe o uso por outros. Isto nos leva diretamente ao paradigma que deve presidir a esta esfera de construção social das ideias: na ausência de situações excepcionais que por uma razão específica exijam restrições, como por exemplo no caso de respeito à privacidade, o conhecimento de ser de livre acesso público e gratuito. A Unesco, inclusive, traz no seu *World Information Report* um argumento de peso: as pessoas que não têm acesso ao conhecimento terminam não tendo acesso a outros direitos básicos, por não os conhecer ou por não saber como deles se apropriar.

Isso nos leva diretamente a uma nova compreensão da organização social da produção, distribuição e acesso ao conhecimento. Numa visita a convite da Globo, sem nenhuma provocação, mas trazendo a minha convicção sincera, admirei as instalações, e comentei que tinham atingido o ápice de uma sistema ultrapassado. Porque com a conectividade planetária, e o fato que daqui até o fim da década haverá poucas pessoas ou lugares no mundo que não estarão conectados, a visão da pirâmide de produção de conhecimento e de ideologias, de cima para baixo, empurrando diversões padronizadas e visões ideológicas correspondendo aos interesses de alguns grandes grupos corporativos deixará de fazer sentido. Não que isto garanta um caminho de democratização, como constatamos hoje com a máquina de controle ideológico e de manipulação política de que dispõem magnatas como Murdoch e seus emuladores nacionais.

Mas a grande diferença é que hoje multiplicam-se por toda parte reportagens online de pessoas que simplesmente presenciaram um fato, inúmeros grupos produzem música sem precisar esperar a benção de um Selo com os jabá correspondente, pessoas que nunca escreveram um livro encontram formas de se auto-editar online, inclusive nas grandes redes comerciais, enfim, surgem formas de manifestação descentralizada de opiniões, cujo denominador comum é que se são interessantes e pertinentes, serão repassadas a inúmeros usuários, enquanto as bobagens simplesmente tendem a morrer na praia. De certa forma, não é mais pelo poder da oferta que as informações circulam, e sim em função do interesse da demanda. Isto, em termos de comunicação, significa indiscutivelmente mais democracia. Uma publicação gratuita online como Carta Maior atinge diretamente mais um milhão de pessoas, sem contar o que é repassado no sistema viral.

Na área acadêmica, nos centros de produção de pesquisa e conhecimento, a onda está se levantando com força. Com o OCW no MIT, o EDX em Harvard e outras instituições, o CORE (China Open Resources for Education) na China, o próprio REA (Recursos Educacionais Abertos) no Brasil, inúmeras iniciativas como o MOOC (Mass Online Open Courses), o movimento hoje de mais de 15 mil cientistas americanos que se recusam a publicar em revistas indexadas.

São novas regras do jogo em construção. Ou melhor, as dinâmicas culturais, as formas de socialização do conhecimento, a construção dos referenciais sociais, e as tecnologias evoluem com enorme rapidez, e sim estamos correndo atrás tentando adaptar as regras do jogo a uma realidade que sempre nos escapa. A filosofia a adotar? Não fechar a visão em algum impasse ideológico, mas assegurar sempre o máximo de democracia e de opções abertas para o futuro. O diabo esta solto. Tentar colocá-lo de novo na caixa, voltar ao sistema fechado da propriedade privada, tentar impedir as pessoas de aproveitar os potenciais que o livre acesso ao conhecimento oferece, não está nas opções.

Leituras

Ladislau Dowbor – *O professor frente à propriedade intelectual* – 2011 - http://dowbor.org/2011/08/o-professor-frente-a-propriedade-intelectual-7.html/

Ladislau Dowbor – *Da propriedade intelectual*à economia do conhecimento – 2009 - http://dowbor.org/2009/11/da-propriedade-intelectual-a-economia-do-conhecimento-outubro.html/

Charlotte Hess and Elinor Ostrom (Orgs.) – *Understanding Knowledge as a Commons* – MIT Press, Cambridge, 2007

Ladislau Dowbor, economista, é professor titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e consultor de várias agências da ONU. Seus textos estão disponíveis em *Creative Commons* no site http://dowbor.org

Cumplicidade da imprensa e dos empresários com a Ditadura

- ALOYSIO CASTELO DE CARVALHO PROFESSOR DA UFF
- BEATRIZ KUSHNIR AUTORA DO LIVRO "NOVOS CÃES DE GUARDA"



Os jornais cariocas da Rede da democracia na queda do governo Goulart[*1]

ALOYSIO CASTELO DE CARVALHO[*2]

riada no Rio de Janeiro em outubro de 1963, a Rede da Democracia era um programa comandado pelas rádios cariocas *Tupi*, *Globo* e *Jornal do Brasil*. Ia ao ar quase todos os dias e repercutia pelo país através de outras centenas de emissoras afiliadas. Os pronunciamentos difundidos pelas emissoras eram posteriormente publicados nos jornais *O Jornal*, *O Globo e Jornal do Brasil*. A Rede da Democracia foi idealizada por João Calmon, deputado do Partido Social Democrático (PSD) e vice-presidente dos Diários Associados, a maior organização na área das comunicações de massa, reunindo jornais, revistas, rádios e emissoras de televisão.

A Rede da Democracia simboliza no campo da imprensa a busca de novas formas de atuação, em face dos desafios colocados pela crise política que envolveu o governo Goulart. Seu surgimento é uma forte evidência de que os representantes da imprensa liberal se colocaram como atores políticos no governo Goulart. Criada logo após o presidente solicitar ao Congresso o Estado de Sítio e denunciar que estava em andamento uma conspiração golpista, esse amplo sistema de comunicação nacional deu voz aos representantes políticos, militares, empresários, jornalistas, professores, intelectuais, sindicalistas e estudantes, possibilitando a articulação no campo discursivo dessas emissoras e jornais do Rio de Janeiro com partidos e grupos de oposição ao governo, principalmente com a UDN, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que financiava as campanhas eleitorais dos candidatos anticomunistas. A rede era uma versão conservadora da Voz da Legalidade, criada por Brizola em 1961, cujas emissoras haviam mobilizado a opinião pública pela posse de Goulart na crise após a renúncia de Jânio Quadros e, em seguida, passaram a pregar a antecipação do plebiscito com a volta do presidencialismo. Programa radiofônico que criticava as concepções nacionalistas e reformistas, bem como as decisões do governo Goulart, a Rede da Democracia reagiu às forças que incentivavam a maior participação popular na vida política e, sobretudo, amadureceu mudanças que deveriam ser efetivadas na natureza do regime democrático. Com base no diagnóstico de que estava em andamento a subversão das estruturas da sociedade brasileira, os representantes da imprensa carioca construíram propósitos comuns com relação aos temas políticos que precederam o golpe de 1964.

A criação da Rede da Democracia significou, portanto, uma aproximação entre as linhas editoriais de O Jornal, O Globo e Jornal do Brasil, voltados para a articulação de uma comunicação oposicionista que conferia funções políticas à imprensa, num ambiente em que os militares estavam sendo chamados a intervir no Estado. Os discursos apresentados pelos seus proprietários e representantes no dia da inauguração, em 25 de outubro, deixam claro que o eixo central se deu em torno do combate ao comunismo, considerado uma ideologia totalitária que visava à desestruturação do regime representativo, com o fim dos mecanismos jurídicos que garantiam os direitos individuais, em especial os relacionados à liberdade e à propriedade. O termo comunismo apareceu associado à revolução, em contraposição à ideia reformista aceita pelos jornais, que percebiam no governo omissão no combate a essa ideologia, colocando-se, desse modo, em confronto com a legalidade constitucional e com os tradicionais valores de liberdade da sociedade brasileira. De fato, Nascimento Brito prognosticou que forças políticas tentariam obter "o consentimento popular para fazerem do Brasil a

experiência infeliz que o nazismo, o fascismo e o comunismo impuseram a outros povos."[*3] Nessa linha discursiva também se expressou Roberto Marinho, para quem os brasileiros estavam sendo "vítimas de uma deformação, intencional por parte de uma minoria de demagogos e de comunistas empenhados em envenenar as nossas relações com os países do mundo ocidental."[*4] E João Calmon, representando Assis Chateaubriand dos Diários Associados, viu no rádio o instrumento político contra o comunismo para ganhar "a batalha da propaganda, que é o episódio mais importante da Guerra Fria."[*5]

Os representantes da imprensa do Rio de Janeiro haviam perdido a convicção no regime representativo, com seus diversos instrumentos constitucionais de limitação dos poderes, sobretudo após o plebiscito ter decidido pelo retorno ao presidencialismo em janeiro de 1963. A partir daí, uma coalizão de forças, envolvendo trabalhistas e comunistas, passou a apostar na mobilização sindical com greves, manifestações de rua e ações políticas extrainstitucionais a fim de pressionar o Congresso a aprovar as reformas de base, em particular a reforma agrária. Predominava a percepção de que a ativação política das massas estava articulada ao projeto intervencionista do governo e de que este estimulava o confronto com as tradicionais instituições representativas, colocando na ordem do dia a construção de um tipo de democracia plebiscitária inspirada em Rousseau, como forma de aferição da vontade das grandes maiorias.

Diante desse quadro, surgiram impulsos para se repensarem os rumos do Estado, cujas estruturas administrativas estariam sendo apropriadas pelas forças partidárias de apoio ao governo, assim como se exercia controle sobre a máquina sindical com fins políticos considerados antidemocráticos. Apelos para intervenção militar tornaram-se constantes e foram acompanhados de um questionamento sobre os canais de representação da sociedade, num movimento de valorização da própria imprensa. Portanto, nesse momento de crise política, encontram-se os elementos de uma nova forma de regime que então começava a nascer na consciência liberal.

Com a criação da Rede da Democracia, alguns dos representantes da imprensa no Rio de Janeiro assumiram mais abertamente a postura de atores políticos. As lideranças mais expressivas do campo jornalístico carioca criaram um amplo sistema de comunicação para articular no campo discursivo os diversos setores sociais e o conjunto dos representantes da imprensa em todo o país como oposição ao governo, ao mesmo tempo em que fecharam ideologicamente seus discursos, pedindo a intervenção do Exército para conter a influência comunista no país. A Rede da Democracia não adquiriu um caráter de debate ou de confronto de opiniões para o esclarecimento da opinião pública. A missão de informar o público foi substituída pela propaganda política. Foi o próprio João Calmon, deputado pelo PSD e idealizador da Rede da Democracia, que justificou o uso do rádio como instrumento de propaganda política anticomunista, num pronunciamento para a Rede da Democracia, gravado quando se encontrava na República Federal da Alemanha, como integrante da delegação da Comissão de Relações Exteriores da Câmara Federal[*6]:

Não esqueçamos que Hitler ascendeu ao poder graças a utilização eficiente deste fabuloso instrumento que é o rádio. E chego à conclusão que devemos empenhar-nos cada vez mais na batalha da propaganda para combater os totalitários de direita ou de esquerda que manipulam tal arma com maior dinamismo e eficiência [...].

Estamos convencidos de que a criação da Rede da Democracia em outubro de 1963 sofreu influência das ideias da escritora francesa Suzanne Labin, desenvolvidas no livro Em cima da Hora, lançado no Brasil[*7] no mesmo ano e com repercussão na imprensa, sobretudo em O Jornal, do qual João Calmon era diretor. O Jornal noticiou a palestra de Suzanne Labin na Escola Superior de Guerra (ESG), sobre as estratégias de ação comunista, proferida em agosto de 1963. Posteriormente, trechos de livros da autora foram lidos em vários programas da Rede da Democracia pelo deputado Raul Brunini, da UDN,[*8] popularizado através de suas atividades no rádio e reconhecido como o primeiro profissional de comunicação a transmitir discursos parlamentares através do programa Parlamento em Ação, levado ao ar pela Rádio Globo do Rio de Janeiro entre 1950 e 1958.[*9] Uma das propostas de Suzanne Labin para combater a infiltração e propaganda comunista envolvia o que ela denominou de recuperação da imprensa. Consistia na "formação de uma rede de imprensa diária e periódica de tiragem suficiente ampla, expressamente dedicada à desintoxicação dos espíritos". A rede ou liga, tal como propunha Labin, "não deve limitar-se à imprensa", mas deve "utilizar todos os outros meios de expressão desde logo as revistas, panfletos e livros". Por fim, na luta contra o totalitarismo soviético, a liga ou rede deveria ser o catalisador de uma união suprapartidária e supranacional, de modo a "empolgar" todos os "adeptos da livre-iniciativa e os adeptos do socialismo, conservadores e inovadores, ateus e cristãos, amarelos, brancos e negros – porque todos homens livres".[*10] Nessa linha de argumentação, seguem as palavras de Roberto Marinho sobre o caráter da *Rede da Democracia*, por ocasião de sua inauguração:

A Rede da Democracia, que vai ao ar pela primeira vez, não terá colorido político-partidário e inspira-se nos mais puros sentimentos de patriotismo e na preocupação com os destinos nacionais em tão grave momento da vida brasileira. Dará guarida a todos aqueles que, comungando dos mesmos sentimentos e propósitos, queiram participar da cruzada cívica em defesa da lei e da ordem.[*11]

Um dos temas mais divulgados pela Rede da Democracia, que revela registros de intensa atividade até meados de março de 1964, foi o da reforma agrária, compreendida em diversos pronunciamentos como um pretexto para se alterar a Constituição e o direito de propriedade, considerado a base do regime representativo. A oposição ao projeto de reforma agrária do governo, sobretudo nos meses que antecederam o golpe, apareceu vinculada à ameaça comunista, ideia que esteve presente na grande maioria das matérias publicadas e nos pronunciamentos[*12] veiculados pela Rede da Democracia.[*13] A luta anticomunista foi transformada numa questão de segurança nacional a partir do argumento de que uma guerra revolucionária se espalhava pelo país. Isso explica a prioridade dada no campo discursivo às alianças com os militares e o apelo para que as Forças Armadas interviessem no Estado. De fato, no âmbito das homenagens aos militares mortos na Intentona Comunista de 1935, o jornalista Roberto Marinho apelou, através da Rede da Democracia, no final de 1963, para que "as comemorações se transformassem numa demonstração de civismo, em que civis unidos aos militares ameaçados, agora também ou mais do que há 28 anos pela traição vermelha, afirmem a sua devoção à pátria em perigo". O jornalista terminou o pronunciamento pedindo que o "povo brasileiro" "comparecesse às romarias e manifestações" em favor da liberdade e da democracia.[*14] Além de Roberto Marinho, podemos avaliar a importância da Rede da Democracia por meio de outros personagens que se pronunciaram pela cadeia de rádios e tiveram seus discursos publicados nos jornais: Ruy Gomes de Almeida, Bilac Pinto, João Calmon, Mem de Sá, Armando Falcão, Virgílio Távora, Nascimento Brito, Daniel Krieger, Milton Campos, Fillinto Müller, Pedro Aleixo, Ildo Meneghetti, Raimundo Padilha, Júlio de Mesquita, Austregésilo de Athayde, Aureliano Chaves, Eurico Gaspar Dutra, Amaury Kruel, Eduardo Gomes, Cordeiro de Farias, Josué Montelo, João Mendes, Magalhães Pinto, Pery Constant Bevilacqua, Herbert Levy, Daniel Krieger, Sandra Cavalcanti, Raul Brunini, Aliomar Baleeiro e Plínio Salgado.

No âmbito da interpretação em que os representantes cariocas da imprensa liberal pretendiam ser reconhecidos como a principal expressão legítima da opinião pública, porque mais comprometidos não só com a preservação das vigentes estruturas econômico-sociais capitalistas mas com a adoção de um modelo de desenvolvimento sem restrições à entrada dos investimentos do capital estrangeiro e favorável a um alinhamento internacional liderado pelos Estados Unidos, encontra-se a explicação para o surgimento da Rede da Democracia, cujos esforços se voltaram para articular ideologicamente os setores civis e militares oposicionistas ao governo. A Rede da Democracia colocou a imprensa no centro das mobilizações para a reorganização do poder político e pregou uma mentalidade de guerra para combater o comunismo, entendido como uma forma de despotismo típica da contemporaneidade que ameaçava o ideal de liberdade sob o qual se desenvolveu a moderna civilização ocidental. A Rede da Democracia é uma evidência de que os representantes da imprensa liberal assumiram formas de ação direta no cenário político. Vasto sistema de comunicação organizado por todo o país e comprometido com a propaganda política anticomunista, a rede sinalizou no campo discursivo a existência de uma coalizão conservadora disposta a lutar pela preservação da ordem social dominante e conter as investidas do Executivo contra os princípios que regem a propriedade privada. Portanto, os representantes da imprensa carioca não se restringiram às tradicionais funções de intermediação jornalística ao dar publicidade às decisões parlamentares e aos atos do governo. Ao mesmo tempo em que questionaram a credibilidade das instituições representativas e exaltaram a si próprios como representantes da opinião pública, os jornais se organizaram politicamente através da Rede da Democracia e fomentaram a intervenção

das Forças Armadas, quando ideais igualitários estimulavam as camadas populares a reivindicarem sua incorporação no processo decisório do país.

Ao resgatarem a tradição liberal, os jornais acabaram por reproduzir o papel ambíguo desse discurso na cultura política brasileira. Não só vocalizaram demandas por liberdade, mas também apelaram para a intervenção repressiva do Estado. Isso nos leva a aceitar que a imprensa de natureza privada, defensora da economia de mercado, soube articular no momento de crise das instituições representativas os discursos liberal e autoritário. Os representantes da imprensa se apropriaram desses discursos sociais e assim agiram para evocar dois tipos de legitimidade, de modo a responder aos desafios colocados pela crise política. Os jornais defenderam a preservação das instituições representativas liberais, mas evocaram a legitimidade da luta contra o comunismo e a necessidade de ordem interna como condição para a retomada do desenvolvimento econômico. Isso significa que os jornais compartilharam temas abordados pela Doutrina de Segurança Nacional desenvolvida pela Escola Superior de Guerra, que preconizava um papel interventor para os militares na sociedade brasileira.

Referências

CPDOC. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: . Acesso em: maio 2013. DOMENACH, Jean-Marie. La propaganda política. Buenos Aires: Editorial Universitária de Buenos Aires, 1962. FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: ; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. O Brasil republicano, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. LABIN, Suzanne. Em cima da hora. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 1963. MEDEIROS, Jarbas. Ideologia autoritária no Brasil (1930-1945). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1978. O JORNAL. Rio de Janeiro, 26 out. 1963; 10 nov. 1963; 3 dez. 1963; 4 dez. 1963; 4 jan. 1964 SANTOS, Wanderley Guilherme. Décadas de espanto e uma apologia democrática. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

Agrande imprensa apoiou o golpe e a ditadura

• BEATRIZ KUSHNIR *31.3.2014, Carta Capital

Os grandes veículos se passam por adversários da ditadura, mas colaboraram com ela e não tiveram papel relevante para o fim do regime

esde fins da década de 1990, parte a historiografia brasileira sublinha que o (equivocado) processo Anistia cunhou a (errônea) visão de que vivemos envoltos em uma tradição de valores democráticos. A partir das lutas pela Anistia, como sublinha Daniel Aarão Reis, "libera-se" a sociedade brasileira de "repudiar a ditadura, reincorporando sua margem esquerda e reconfortando-se na ideia de que suas opções pela democracia tinham fundas e autênticas raízes históricas". Nesse momento, plasmou-se a imagem de que a sociedade brasileira viveu a ditadura como um hiato, um instante a ser expurgado. Confrontando-nos à tal memória inventada, há no período republicano longosmomentos de exceção - como nos referimos aos regimes ditatoriais.

Se tais premissas correspondessem aos fatos, restaria explicar: por que houve apenas restritos episódios de resistência vinculados igualmente a pequenos grupos? Por que se permitiu aprovar uma Anistia recíproca, que mesmo nestes 50 anos após o golpe civil-militar, ainda é tema espinhoso de revisão?

A luta contra o arbítrio, de forma armada ou não, definitivamente não caiu nas graças do povo deste berço esplêndido. E, certamente, os meios de comunicação de massa – a grande imprensa e posteriormente, a TV – têm um papel preponderante nas *escolhas* sociais implantadas.

São clássicos os editoriais do *Correio da Manhã* nas vésperas do 1º de Abril de 1964, clamando por "Basta" e "Fora" a Jango. Igualmente, é emblemática a noção de que este jornal, ao realizar um "mea-culpa" e se colocar em oposição ao novo regime, foi punido com perseguições que levaram a sua falência. Esquecemse, contudo, os amplos problemas de gerenciamento vividos por Niomar Moniz Sodré.

Ícones de resistência são lembrados, afirmados, expostos e sublinhados maciçamente para ratificar a tradição democrática brasileira, como: a meteorologia para o 14/12/1968, no *Jornal do Brasil*; as receitas de bolo do *Jornal da Tarde*; os poemas de Camões no *Estadão*; os inúmeros jornalistas perseguidos, demitidos, torturados e mortos; etc., que definiriam a grande imprensa brasileira como resistente ao golpe e, posteriormente, ao arbítrio. Mesmo com todo este *esforço*, o processo ditatorial perdurou por mais de duas décadas.

Meio século depois e com inúmeros textos publicados sobre a mais recente ditadura brasileira, poder-seia ressaltar que nunca a grande imprensa brasileira estampou na primeira página dos periódicos um aviso claro afirmando: "Este jornal está sob censura". As estratégias acima apontadas e outras, que frequentemente voltam à tona para reforçar a ação resistente, contavam com a capacidade do público leitor em decifrar pistas.

O jornalista Oliveiros Ferreira, que por décadas trabalhou no Estadão, narrou as ligações recebidas pela redação indagando que a receita de bolo na primeira página do Jornal da Tarde estava errada. O bolo solava. Ou, como definiu Coriolano de Loyola Cabral Fagundes, censor desde 1961 e que atuou no *Estadão*, os poemas de Camões foram ali uma concessão. Certamente a censura federal apostava que o leitor não entenderia o seu porquê, ou se tranquilizaria na (efêmera) ilusão que mesmo no arbítrio lhe eram permitidos lampejos de resistência, os quais, efetivamente nada alteravam. Algo semelhante, contudo, não foi autorizado à (antiga) Veja, que, durante a "distensão" do governo Geisel, substitui as matérias censuradas por imagens de diabinhos, já que não se podiam publicar espaços em branco. Advertida, teve que parar, pois certamente o leitor de Veja à época entenderia o recado. Certamente como compreendeu a mensagem da revista quando da morte de Vlado, numa nota pequena de desculpas por não poder nada mais expressar.

Os inúmeros jornalistas perseguidos, demitidos, torturados e mortos sofreram estas horríveis barbáries enquanto

atuavam como militantes das esquerdas, em ações armadas ou como simpatizantes, como demonstram os processos que arrolam os seus nomes. Da mesma forma, existiram imposições governamentais de expurgos nas redações. Tais *limpezas* ocorreram logo depois do golpe e perduraram até e inclusive no governo Geisel, que impunha a bandeira do fim da censura. Muitos jornalistas/militantes poderiam ser citados como vítimas destas ações, já que, como pontuava lúcida e ferinamente Cláudio Abramo, "nas redações não há lugar para lideranças. Os donos dos jornais não sabem lidar com jornalistas influentes que, muitas vezes, se chocam com as diretrizes do comando. O jornalista tem ali uma função, mas 'ficou forte, eles eliminam'."

Os meios de comunicação são empresas que buscam o lucro, vendendo a visão particular sobre um fato e, como Abramo por vezes demarcou, um "equívoco que a esquerda geralmente comete é o de que, no Brasil, o Estado desempenha papel de controlador maior das informações. Mas não é só o Estado, é uma conjunção de fatores. O Estado não é capaz de exercer o controle, e sim a classe dominante, os donos. O Estado influi pouco, porque é fraco. Até no caso da censura, ela é dos donos e não do Estado. Não é o governo que manda censurar um artigo, e sim o próprio dono do jornal. Como havia censura prévia durante o regime militar, para muitos jornalistas ingênuos ficou a impressão de que eles e o patrão tinham o mesmo interesse em combater a censura".

Existiram pouco mais de 220 censores federais, muitos deles com o diploma de jornalista – sendo que o primeiro concurso público para o cargo ocorreu em 1974, quando Geisel prometia o fim da censura. Estas duas centenas de pessoas atuavam reprimindo: cinema, TV, rádio, teatro, jornais, revistas, etc., entre 1964 e 1988, em todo o território nacional. Para que as expectativas governamentais dessem certo, os donos das empresas de comunicação tinham de colaborar – e não resistir.

Inúmeros arquétipos podem corroborar tal ideia, até porque a autocensura não é desconhecida das redações, e não se iniciou no pós-1964 no Brasil. No *Jornal do Brasil*, por exemplo, editou-se, em 29/12/1969, como me cedeu o seu exemplar o secretário de Redação, José Silveira, uma circular interna de cinco páginas, elaborada pelo diretor do jornal, José Sette Câmara, para o editor chefe, Alberto Dines, denominada "Instruções para o controle de qualidade e problemas políticos", criada com o objetivo de "instituir na equipe um (...) Controle de Qualidade (...) sob o ponto de vista político".

Estabelecida dias antes do Decreto-Lei 1.077, de 26/01/1970, que legalizou a censura prévia, e um ano após o AI-5, a diretriz de Sette Câmara pontuava que

"não se trata de autocensura, de vez que não há normas governamentais que limitem o exercício da liberdade de expressão, ou que tornem proibitiva a publicação de determinados assuntos. Em teoria há plena liberdade de expressão. Mas na prática o exercício dessa liberdade tem que ser pautado pelo bom senso e pela prudência", já que "a posição do JB ao proferir que este não é a favor nem contra, (...) não é jornal de situação, nem de oposição. O JB luta pela restauração da plenitude do regime democrático no Brasil, pelo retorno do estado de direito. (...) Enquanto estiver em vigor o regime de exceção, temos que usar todos os nossos recursos de inteligência para defender a linha democrática sem correr os riscos inúteis do desafio quixotesco ao Governo. (...) O JB teve uma parte importante na Revolução de 1964 e continua fiel ao ideário que então pregou. Se alguém mudou foram os líderes da Revolução. [Nesse sentido, o JB deverá] sempre optar pela suspensão de qualquer notícia que possa representar um risco para o jornal. Para bem cumprirmos o nosso maior dever, que é retratar a verdade, é preciso, antes de mais nada, sobreviver". Sette Câmara termina decretando que, "na dúvida, a decisão deve ser pelo lápis vermelho".

Em meados da década de 1970, foi a vez da Rede Globo – uma concessão pública – formalmente instituir o "Padrão Globo de Qualidade", ao contratar José Leite Ottati – ex-funcionário do Departamento de Polícia Federal – para realizar a censura interna e evitar prejuízos advindos da proibição de telenovelas. Segundo Walter Clark, a primeira interdição da censura na Globo ocorreu em 1976, na novela *Despedida de casado*. Para blindar a emissora, o "Padrão Globo de Qualidade" receberia o auxílio de pesquisas de opinião feitas por Homero Icaza Sanchez – o "Bruxo" –, encarregado de identificar as motivações da audiência.

Definindo toda essa tática, Clark explicou que, "(...) enquanto a Censura agia para subjugar e controlar a arte e a cultura do país, perseguindo a inteligência, nós continuávamos trabalhando na Globo para fazer uma televisão com a melhor qualidade possível." Organizada a autocensura, o "Padrão Globo de Qualidade" teve acrescidos outros ingredientes para o seu sucesso. Em sintonia com a imagem, divulgada pelo governo autoritário, de um "Brasil Grande", formulou-se também uma "assessoria militar" ou uma "assessoria especial" composta por Edgardo Manoel Ericsen e pelo coronel Paiva Chaves. Segundo Clark, "ambos foram contratados com a função de fazer a ponte entre a emissora e o regime. Tinham boas relações e podiam quebrar os galhos, quando surgissem problemas na área de segurança".

Esquema semelhante a este foi adotado pela Editora Abril, exposto em uma correspondência de Waldemar de Souza – funcionário da Abril e conhecido como "professor" –, a Edgardo de Silvio Faria – advogado do grupo e genro do sócio minoritário Gordino Rossi –, na qual comunicava o contato tanto com o chefe do Serviço de Censura em São Paulo – o censor de carreira e jornalista José Vieira Madeira –, como com o diretor do Departamento de Censura de Diversões Públicas – Rogério Nunes – para facilitar a aprovação das revistas e a chegada às bancas sem cortes.

Estes vínculos do "professor" com membros do governo são anteriores a esse período e justificam seu potencial de negociação. Desde novembro de 1971 o relações-públicas do DPF, João Madeira - irmão de José Vieira Madeira -, expediu uma carta ao diretor-geral da Editora Abril na qual ratificava o convite do general Nilo Caneppa, na época diretor do DPF, a Waldemar de Souza para que fosse a Brasília ministrar um curso especial aos censores. Em maio de 1972, o próprio general Caneppa enviou a Vitor Civita, diretor-geral da Abril, uma correspondência de agradecimento pelas palestras sobre censura de filmes, que Waldemar de Souza proferiu na Academia Nacional de Polícia. Para continuar colaborando, no ano seguinte, Souza formulou uma brochura intitulada "Segurança Nacional: o que os cineastas franceses esquerdistas já realizaram em países da América do Sul e pretendem repetir aqui no Brasil". E, em 1974, com o general Antonio Bandeira no comando do DPF, Waldemar de Souza, em caráter confidencial, expôs o porquê de censurar Kung Fu e sua mensagem que "infiltra a revolta na juventude".

Por fim, mas não menos importante, há a atuação do Grupo Folha da Manhã, proprietário da *Folha de S. Paulo* e da *Folha da Tarde*, entre outros, no período. Em dezessete anos, entre 19/10/1967 e 7/5/1984, o país foi dos "anos de chumbo" ao processo das *Diretas Já*, e a *Folha da Tarde* vivenciou uma redação tanto de esquerda engajada – até o assassinato de Marighella –, como, a partir daí, de partidários e colaboradores do autoritarismo.

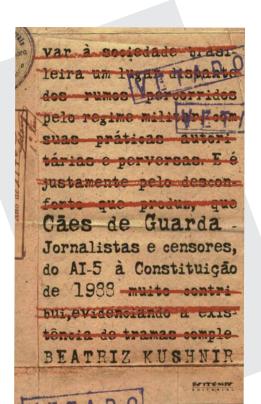
Durante uma década e meia sob o comando de policiais, o jornal adquiriu um apelido: o de "maior tiragem", já que muitos dos jornalistas que ali trabalharam eram igualmente "tiras" e exerciam cargos na Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. A partir deste perfil de funcionários, a *Folha da Tarde* carrega a acusação de "legalizar" mortes decorrentes de tortura, se tornando conhecido como o *Diário Oficial da Oban*.

Isto explica o porquê de os carros do Grupo Folha da Manhã serem incendiados por militantes de esquerda, nos dias 21/9/1971 e 25/10/1971. A ação era uma represália, já que o grupo era acusado de ceder automóveis ao Doi-Codi que, com esse disfarce, montava emboscadas, prendendo ativistas.

Nesse momento de ponderações sobre os 50 anos do golpe, recordo-me que, quando dos 30 anos do AI-5, o jornalista Jânio de Freitas publicou na Folha de S. Paulo uma advertência não cumprida por seus pares, inclusive agora, nas reflexões dos periódicos aos 50 anos do golpe civil-militar de 1964. Corroborando com tudo o que foi exposto aqui, Freitas lembrava em 1998 que "a imprensa, embora uma ou outra discordância eventual, mais do que aceitou o regime: foi uma arma essencial da ditadura. Naqueles tempos, e desde 64, o Jornal do Brasil [...] foi o grande propagandista das políticas do regime, das figuras marcantes do regime, dos êxitos verdadeiros ou falsos do regime. (...) Os arquivos guardam coisas hoje inacreditáveis, pelo teor e pela autoria, já que se tornar herói antiditadura tem dependido só de se passar por tal".

O jornalista ao finalizar, adverte, e peço-lhe licença para me utilizar aqui, de suas conclusões. Trocarei 30 por 50 anos, AI-5 por golpe civil-militar de 1964, e o que estiver entre colchetes é de minha autoria. Assim: precisamos aproveitar os 50 anos do golpe civil-militar de 1964 para mostrar mais como foi o regime que [se instaurou a partir dali], eis uma boa iniciativa. Mas não precisava [como fizeram muitas narrativas recentes] reproduzir também os hábitos de deformação costumeiros naqueles tempos.

* Beatriz Kushnir é historiadora, doutora em História pela Unicamp, autora, entre outros de, Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988 (Boitempo, 2012)



Vinte anos de Comunicação Sindical

- CIÇA GOMES JORNALISTA QUÍMICOS UNIFICADOS
- CLAUDIA COSTA ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO DA CONLUTAS
- CLAUDIA SANTIAGO NPC
- Jair Braz- Assessora do Sindicato dos bancários de SP
- Luís Momesso Professor da UFPE
- ROZINALDO MIANI PROFESSOR DA UEL





A experiência do Sindicato dos Químicos Unificados (SP)

· CECÍLIA GOMES*

O presente texto apresenta as experiências e iniciativas do Sindicato Químicos Unificados na comunicação sindical e propõe também uma reflexão sobre esta prática, construída ao longo de 12 anos.

Unificados reúne os sindicatos dos trabalhadores nas indústrias químicas, farmacêuticas, ceramistas e abrasivos nas cidades de Campinas, Osasco e Vinhedo e regiões. Legal e formalmente, são três sindicatos.

Politicamente, essas três entidades formam o Químicos Unificados, definindo juntas as estratégias de ação, mobilização e luta, o que se reflete também no campo da comunicação.

A comunicação do Unificados produz um jornal de 8 páginas colorido em formato germânico, com tiragem de 27 mil exemplares, distribuído na base pelos dirigentes sindicais das Regionais Campinas, Osasco e Vinhedo.

A proposta do *Jornal Químicos Unificados* é reunir não apenas as notícias relacionadas diretamente à categoria, mas também informações de outros sindicatos, dos movimentos sociais, da política nacional e internacional, com o objetivo de contribuir para que o trabalhador possa formar sua opinião a partir de referências que não sejam apenas as informações veiculadas pelos órgãos de imprensa que defendem os interesses dos patrões.

Assim, a cada edição do *Jornal Químicos Unificados*, trazemos uma página dedicada a política internacional ou lutas de sindicatos em outros países, outra para assuntos relacionados à saúde dos trabalhadores, uma página dedicada à entrevista, outra que contempla as ações voltadas ao lazer/cultura dos sindicalizados e as demais relacionadas ao mundo do trabalho, às lutas travadas nas fábricas. Perseguimos sempre a clareza nos textos e leveza na diagramação, no intuito de facilitar a recepção de nossos materiais

Além deste jornal, eventualmente utilizamos boletins do Unificados quando uma notícia tem a necessidade de chegar rapidamente até a base, antes do período previsto para fechamento do jornal. Essa situação é mais frequente durante o período de campanha salarial, quando as rodadas de negociação ocorrem em um curto intervalo de tempo. Durante as mobilizações de junho/julho e 2013 também lançamos mão de um tabloide especial para tratar das pautas dos trabalhadores neste contexto histórico. A luta contra os projetos de lei para legitimar a terceirização em todos os setores também ganhou um jornal específico e em formato mais breve para as mobilizações das quais o Unificados participou, junto com outras categorias profissionais.

Além do jornal, cada Regional utiliza-se de boletins específicos, produzidos pelos jornalistas de cada Regional para atender a demanda das assembleias e ações nas fábricas. Estes materiais específicos por empresa têm importante papel para a ação sindical de base.

Mundo X umbigo

Se o ditado popular afirma que não é possível abraçar o mundo todo, é certo também que olhar apenas para o próprio umbigo não contribuirá para a construção de uma sociedade justa e igualitária. O bombardeio midiático impõe a cultura do consumo, associada ao individualismo, à competitividade e à cultura do medo. É este o conteúdo que se alastra nos veículos de comunicação hegemônicos e determina que o mundo, o universo está no umbigo de cada indivíduo.

É necessário refletir se os projetos de comunicação sindical também não reproduzem esta lógica ao se fecharem apenas para assuntos relacionados a uma determinada categoria. Se não é possível abraçar o mundo, erguer a cabeça e lançar um olhar para um horizonte mais distante é imprescindível.

É por isso que nosso jornal impresso dedicou espaço para tratar da repressão aos movimentos sociais às vésperas da Copa do Mundo, assim como repercutimos a greve dos metroviários e a luta pelas reintegrações. Este é o espaço que disponibilizamos para a análise, para reflexão sobre fatos frequentemente deturpados pela mídia tradicional.

Na rede social Facebook, conferimos um caráter bem mais amplo na escolha de notícias para divulgação. Compartilhamos as informações publicadas em nosso site (específicas relacionadas aos trabalhadores nas indústrias químicas e farmacêuticas) e de outras páginas, como a do Ministério Público do Trabalho, da central sindical a qual pertencemos, a Intersindical – Central da Classe Trabalhadora, de outros sindicatos, do próprio Núcleo Piratininga de Comunicação e blogs de linha progressista. Nesta rede social ágil, as postagens seguem o ritmo dos fatos.

Site

Já no site, buscamos concentrar as informações diretamente relacionadas à categoria, às assembleias e mobilizações realizadas nas fábricas, às ações institucionais do sindicato. O boletim eletrônico segue a mesma linha, uma vez que reproduz as matérias publicadas lá.

Cartilhas

A comunicação do Unificados também produziu ao longo dos anos cartilhas voltadas à saúde dos trabalhadores (intoxicação no local de trabalho e LER/DORT), bem como materiais específicos como um jornal sobre assédio moral.

Mantemos também uma coluna semanal publicada no Jornal *O Metropolitano* de Campinas, único jornal de esquerda produzido na cidade.

Outros projetos

Além destas iniciativas, o Unificados investe em projetos ousados como a produção de um filme longametragem para contar a luta dos ex-trabalhadores da Shell/Basf contra as multinacionais que contaminaram trabalhadores, ar, solo e água da planta industrial localizada no bairro Recanto dos Pássaros, em Paulínia, SP. Trata-se de uma obra de ficção baseada nos fatos reais com o título "O Lucro Acima da Vida" que está sendo lançado neste ano.

Documentários sobre esta história de luta e sobre o próprio sindicato também integram o leque de produções audiovisuais do Unificados. O sindicato também veicula no site e no Facebook as produções da TV Movimento, uma web TV que pauta as lutas dos movimentos sociais em reportagens e entrevistas, e que acompanha as ações do Sindicato Químicos Unificados. O quadro de entrevistas "Diálogos do Movimento", por exemplo, é apresentado pelo dirigente do Unificados Arlei Medeiros.

Há um grande campo de ações ainda a serem implementadas e criadas para que as lutas não só do sindicato, mas dos movimentos sociais ganhem maior visibilidade. Na sede em Campinas, o sindicato conta com um estúdio de TV onde são gravadas entrevistas pela TV Movimento, de assuntos de interesse da classe trabalhadora e movimentos sociais.

Há também um estúdio para produções radiofônicas. A comunicação direta entre dirigentes sindicais e a base também tem especial atenção do Unificados, que investe na formação e cursos para que eles estejam preparados para estruturar suas falas a grandes audiências de maneira clara e eficaz.

A conversa "de companheiro para companheiro" nos locais de trabalho tem papel importantíssimo



dentro da comunicação sindical e, especialmente, para o fortalecimento da luta contra todas as formas de exploração e opressão impostas pelo sistema capitalista.

Unificação e criação da central

A unificação dos três sindicatos (Campinas, Osasco e Vinhedo) ocorreu em 2002, mesmo ano em que foi lançado o Jornal Químicos Unificados. Essa unificação foi inicialmente aprovada por 93% dos trabalhadores(as) da categoria nas bases desses sindicatos, em um plebiscito realizado em julho de 2001 e referendada no 1º Congresso de Base, também com a participação conjunta dos trabalhadores(as) da categoria dessas três cidades e regiões, em março de 2002, em Paraibuna-SP.

Conferimos a esta publicação um equilíbrio das notícias das três regionais e sempre que possível, agrupamos em uma mesma pauta as realidades de fábricas em Campinas, Osasco e Vinhedo. A intenção é que o leitor tenha referência da luta como um todo, e não apenas daquela que ocorre em sua fábrica. Nem sempre isso é possível em todas as edições, mas é uma linha que perseguimos. Mais uma vez, a lógica de retirar o "olhar do umbigo", restrito a "minha fábrica" para enxergar mais adiante, o que acontece em outras empresas, outros locais de trabalho.

No 3° Congresso do Sindicato Químicos Unificados, em 2006, os trabalhadores demonstraram o descontentamento com a CUT e indicaram a saída da entidade. Em 2009, no 4° Congresso, a categoria aprovou a desfiliação da central. De lá para cá, o Unificados teve um papel importante para a criação formal da Intersindical- Central da Classe Trabalhadora, que foi fundada em março de 2014. Sua sustentação se dá a partir contribuições financeiras das entidades filiadas. Não faz, portanto, uso do imposto sindical como fazem outras centrais dependentes dos recursos do Estado. A central não possui uma estrutura presidencialista. Ela é coordenada por um colegiado e seu dia a dia por um secretariado. A composição da direção contempla representações de trabalhadores e trabalhadoras de diferentes estados e ramos de atividades.

A Intersindical – Central da Classe Trabalhadora se guia pela independência dos patrões, Estado, governos, partidos políticos e credos religiosos. É uma central plural, democrática e combativa, defendendo a unidade de ação com todos os setores dispostos a lutar em defesa das reivindicações da classe trabalhadora. seguindo os princípios da central e de sua prática sindical, a comunicação do Unificados busca cada vez mais congregar as forças de todos os lutadores sociais nos diferentes meios que dispõe.

Links site / Facebook

www.quimicosunificados.com.br

www.facebook.com/quimicos.unificados

http://tvmovimento.tv.br/

Cecília Gomes é jornalista do Sindicato Químicos Unificados





SAUDE: Unificados e Atesq relatam experiência de luta no 1º Seminário Internacional de Análise e Prevenção de Acidentes de Trabalho

TERCEIRIZAÇÃO: Pressão agora é para que Supremo Tribunal Federal reconheça os prejuízos desta prática página 3

Greve na Mexichem garante AVANÇOS



Conquistas foram obtidas na Justiça devido à resistência

negociação

INTERNACIONAL:

Epidemia de doença renal pode ter sido causada por herbicida da

Monsanto

ELEIÇÕES 2014: 0 futuro do país depende de sua escolha. Informe-se sobre as candidaturas que melhor representam a luta da classe trabalhadora

páginas 7 e 8



20 anos de comunicação sindical: a ampliação dos meios e das possibilidades de se comunicar

• CLAUDIA COSTA*

s desafios postos à comunicação sindical não são poucos. Se, no final da década de 1970, essa imprensa contribuiu com a reorganização da classe trabalhadora brasileira, na década de 1980 iria ser portavoz de centenas de greves dos trabalhadores brasileiros por meio de milhares de jornais e boletins sindicais espalhados pelo país. Na década de 1990, diversas categorias já tinham jornais estruturados, com periodicidade, mas iriam se deparar com o neoliberalismo e com o avanço de novas tecnologias, como a internet e sua rapidez na informação, o que lhes obrigaria a transitar em um novo universo.

Por que a disputa ideológica com a burguesia e o poder vigente se torna mais complicada naquele período? Com a derrocada dos regimes nos países do Leste Europeu, o capitalismo inicia uma ofensiva em escala mundial da supremacia da ideologia burguesa-imperialista. Governos e grandes empresas transnacionais reforçam o discurso da necessidade de redução do peso do Estado na sociedade.

Em 1989, o artigo "O fim da história", do norte-americano Francis Fukuyama, afirmava que a história teria chegado ao fim, porque todos os países se aglutinariam ao redor de um único sistema político, econômico e democrático que viria a ser o neoliberalismo.

A grande mídia foi conquistada pelo neoliberalismo e transformou-se em porta-voz dessa política. Segundo Marshall, o jornalismo divorciou-se do modelo clássico de fazer jornal. Para o autor, o relato cotidiano dos acontecimentos de interesse público, conforme as normas de objetividade,

neutralidade e imparcialidade jornalística, era um bem em estado crítico.

"Em consequência, a lógica do mercado parece estar provocando uma transformação generalizada dos padrões éticos, estéticos e culturais do universo da informação, reduzindo aparentemente o jornalismo a uma simples esfera de sustentação para interesses eminentemente comerciais". (MARSHALL, 2003, p. 24)

E foi dessa maneira que os principais preceitos neoliberais, na década de 1990, vendidos pela mídia, adentraram nossas casas, locais de trabalho e de lazer, como uma política necessária para que o Brasil entrasse na era da "modernidade". Afinal, em tom messiânico e caráter moralizador, Collor vinculava seu programa à modernidade. Com isso, conquistou parcela importante das elites brasileiras - políticas, empresariais e intelectuais.

Afinada com esse projeto, a mídia contribuiu efetivamente para implantar-se no Brasil a desregulamentação da economia, a abertura comercial e as privatizações — que provocaram demissões em massa de norte a sul do país e a entrada de capital estrangeiro em segmentos importantes da economia como siderurgia, energia e telecomunicações.

No mundo do trabalho, o neoliberalismo se materializava por meio da desregulamentação das leis trabalhistas e precarização do trabalho, entre elas, as terceirizações e contratos temporários e a flexibilização da jornada de trabalho através da regulação do banco de horas.

As novas tecnologias aplicadas nas fábricas não proporcionam melhor qualidade de vida aos trabalhadores. Ao contrário, promovem o crescimento do desemprego e a imposição da desregulamentação do trabalho. Contudo, as empresas "jogaram pesado" no discurso de que aquelas mudanças eram fundamentais para sua sobrevivência e entrada na "modernidade".

No livro Comunicação Sindical, a arte de falar para milhões, os autores Vito Giannotti e Claudia Santiago (1997, p. 36) comparam a comunicação sindical e a mídia com Davi e Golias, tal o gigantismo do adversário. Ainda alertam que não dá para Davi vencer sempre. "Enquanto o milagre não vem, é preciso planejar a ação para que o panfleto ou o jornal consiga se defender dos ataques do gigante e, se possível, derrubá-lo".

Essa nova realidade chega de maneira avassaladora no movimento sindical. Novos conceitos, pesquisas e debates políticos são o centro de atenção das organizações sindicais, até que comecem a cerrar suas opiniões sobre o assunto e as traduzam por meio da comunicação.

Para a comunicação sindical traduzir esse novo universo foi um grande desafio. Em 1998, o mecanismo de "banco de horas" é regulamentado. Além da flexibilização da jornada, essa medida implicaria ainda em outras modificações relacionadas à jornada de trabalho. Entre elas a jornada reduzida para até 25 horas semanais, com remuneração proporcional e férias reduzidas (entre oito e dezoito dias ao ano). Ou ainda, a interferência de faltas injustificadas sobre as férias do trabalhador.

Costa (2010) relembra como se deu esse processo de implantação do neoliberalismo no mundo do trabalho. A reestruturação produtiva e os novos avanços tecnológicos seriam o centro do debate não somente na disputa ideológica com as empresas, mas no interior do movimento sindical. Os sindicatos realizaram verdadeiras jornadas em defesa ou contra o banco de horas, por exemplo. Na categoria metalúrgica, no Estado de São Paulo, dois polos entraram a fundo neste debate. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a favor, e o bloco de esquerda, integrado pelos sindicatos de São José dos Campos, Campinas e Limeira, contra. Organizaram palestras, seminários, publicaram suas posições em dezenas de jornais, boletins, cartilhas, cartazes, adesivos, apoiavam-se em artigos de especialistas para dar sustentação às suas argumentações. Novamente a comunicação sindical foi um suporte fundamental para o debate.

Se os debates travados pela comunicação sindical na década de 1990 foram diversos, obrigando a especialização de jornalistas para entender os mais complexos temas, essa comunicação entra no século XXI com novos desafios. Os debates continuam. Na mídia, na comunicação das empresas e na comunicação dos movimentos sindical e sociais, assim como nas redes virtuais.

A nossa realidade é a de uma sociedade cada vez mais consumidora, de produtos e de informações. Segundo Marshall (2003, p. 44) é "entregue às paixões baratas e ao espírito leviano do consumismo de massas".

Essa sociedade, quando se trata de comunicação, está voltada para as informações rápidas, curtas, e que costumam *espetacularizar* a notícia. Além disso, é atraída pelas imagens de TV, revistas segmentadas e de entretenimento, que privilegiam a vida das celebridades. As informações com maior rapidez advêm da internet.

São tantas as possibilidades de comunicação. Para os trabalhadores também são inúmeras, muito superiores às que existiam há 30 anos, por exemplo, na época das grandes greves das montadoras. Naquela época dirigir uma categoria nacional era bem mais complicado do que hoje, quando contamos com a existência de e-mails, das teleconferências, das redes sociais e mesmo dos boletins eletrônicos, que em segundos alcançam todo o país.

O que era imprensa sindical se transformou numa poderosa comunicação, diante do universo de possibilidades. Quando discutíamos imprensa sindical nos referíamos a jornais, boletins, cartazes e filipetas. Atualmente a comunicação aborda, além desses, assessoria de imprensa, redes sociais, páginas na internet, vídeos, instagram, cartilhas, rádio, campanhas e outras possibilidades. Cada qual com sua linguagem e seu público. Entretanto, é uma comunicação cujos adversários tem as mesmas ou possibilidades superiores... É preciso pensar no adversário.

Se no final da década de 1990 tivemos as primeiras grandes mobilizações contra a globalização econômica, atualmente estamos no período em que a Primavera Árabe e as grandes manifestações de junho de 2013 no Brasil foram potencializadas pelas redes sociais. Por isso, não basta saber quais as ferramentas que temos disponíveis na comunicação sindical, é fundamental saber escolher qual a melhor para cada momento e de que forma usá-las.

Peruzzo (2014) defende que as mídias e redes virtuais são importantes ambientes de articulação, quando seu uso é atrelado à luta social mais ampla, referindo-se às manifestações de junho no Brasil.

Os manifestantes usaram meios próprios para se comunicar: simples celulares ou smartphones, redes virtuais e o audiovisual alternativo municiaram a sociedade com a informação em tempo real do que ocorria nas ruas pelo ângulo de novas fontes, conforme será visto na última parte do texto. Estas se tornaram, inclusive, fontes para a grande mídia que se viu atônita e perdida, sem saber bem o que fazer, pois os acontecimentos fugiam ao seu tradicional esquema de pautas e coberturas. Estes favoreceram o exercício da liberdade de expressão, sem gatekeepers, e numa proporção imensurável devido ao efeito de replicação das redes virtuais. (MATRIZES, ANO I, 2014, p. 82)

Assim, é imprescindível saber ajustar e integrar todos os elementos que compõem a comunicação: texto claro e objetivo, palavras compreensíveis, abordagem próxima da realidade do trabalhador, imagens que chamem a atenção, assim como boas locuções se o caso for o rádio, por exemplo.

A integração entre diretoria, jornalista e trabalhador também é fundamental para o êxito dessa comunicação. Por isso, não pode ser menosprezada.

São inúmeros os aspectos que compõem a comunicação sindical. É preciso vasculhá-los, conhecêlos. Saber qual o melhor momento para usá-los. Só dessa maneira consegue-se fazer uma boa comunicação sindical. E, assim, conquistar corações e mentes do trabalhador... Numa história de pra lá de 20 anos.

Claudia Costa - Jornalista, Mestre em Comunicação Social pela Escola de Comunicação e Artes da USP. Docente do curso de Pós Graduação em Comunicação Social da FIAM/FAAM. Responsável pelo Departamento de Comunicação da CSP-Conlutas. Autora do livro Comunicação Sindical: breve resgate e desafios (Editora Sundermann, 2010). E-mail: claudia.l.costa@gmail.com

Bibliografia

COSTA, Claudia. **Comunicação Sindical no Brasil**: breve resgate e desafios. São Paulo: Sundermann, 2010.

MARSHALL, Leandro. **O Jornalismo na era da Publicidade**. São Paulo, Summus, 2003.

PERUZZO, Cicilia. Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que "o gigante acordou"(?). In: MATRIZES: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo, São Paulo, Ano 8, n. 1, jan.-jun. 2014.

SANTIAGO, Claudia e GIANOTTI, Vito. **Comunicação Sindical**: a arte de falar para milhões. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997, p 36.





Alguns tópicos para reflexão da Comunicação sindical

• Luiz Anastácio Momesso *

comunicação sindical praticamente se confunde com a atividade sindical. Ela está presente nas tentativas de convencimento de companheiros de trabalho, na organização, nas assembleias, nas mobilizações, no conjunto da vida sindical. Em outras palavras, ela é orgânica, é uma das atividades constituintes da vida sindical. Não se consegue pensar a vida sindical desvinculada da ação comunicativa. Elas se confundem. Por isso a comunicação deve ser uma preocupação em cada atividade sindical, como a preparação do ambiente para uma assembleia, a forma dos dirigentes e oradores apresentarem-se, se expressarem etc. O jornal, os boletins, panfletos, cartazes, carros de som, rádio etc. são instrumentos que as organizações criam para possibilitar uma comunicação com funções e amplitudes específicas.

Quase sempre, quando abordamos a comunicação sindical, tratamos apenas dos meios e canais não levando em conta sua relação com a vida orgânica da entidade. Daí a visão instrumental da comunicação. É a mesma visão de origem positivista que nos leva a ver as coisas de forma fragmentada, cada parte isolada, sem levar em conta a relação com o todo. Gera a convicção de que se fazendo um material de comunicação bem feito, um jornal, por exemplo, a comunicação fica resolvida. Dessa ilusão decorre a decepção porque o jornal não é lido e não surte o efeito esperado.

Não sendo dissociada da dinâmica da vida sindical, a qualidade técnica tem grande importância. Os trabalhadores sempre souberam disso, desde os primórdios de sua organização. Sempre lutaram pelo direito ao uso das técnicas existentes. Em cada período histórico, a sociedade constrói técnicas para sua comunicação capazes de atender às suas necessidades.

Porém o acesso a elas pelas organizações de trabalhadores, pelos movimentos sociais e mesmo pelo povo de forma geral até recentemente se caracterizou por ser marginal ou subversivo, ou ambos simultaneamente.

Marginalidade em parte decorrente da desigualdade na distribuição da riqueza, tornando seu uso muito limitado, e em parte pela dificuldade do acesso ao conhecimento necessário para o seu domínio, ou ainda pela falta de compreensão de sua importância. Subversiva porque o seu acesso, quando possível especialmente a partir de organizações de trabalhadores ou populares, é dificultado sistematicamente pela ação direta e indireta das classes dominantes, através de suas organizações classistas, de suas empresas principalmente as de comunicação, que desenvolvem persistentes campanhas ideológicas objetivando criminalizar esse acesso aos meios técnicos. Mais contundente e violento é o ataque que essas classes promovem através do Estado, que para isso cria e utiliza a leis contra os trabalhadores e colocam-nas em prática utilizando o sistema repressivo, justificado por uma constante ação ideológica e de pressão sobre as instâncias de governo.

Dizemos historicamente porque já com o surgimento da imprensa, no nascer do capitalismo ainda mercantilista, a nobreza e o clero trataram logo de limitar e controlar o uso desta inovação técnica revolucionária através da censura e da instituição do Index – índice dos livros proibidos - e do controle imperial da tipografia. Mas naquele contexto, o parque gráfico se desenvolvia rapidamente, espalhando-se por toda a Europa, no formato de empresas capitalistas, cujos proprietários constituíam a burguesia que se insurgia. São características desta época a luta contra a censura e o surgimento de grande quantidade de pequenos jornais, vários

extremamente radicais na crítica à nobreza, classe dominante de então. A liberdade de imprensa foi uma luta liderada pela burguesia contra o controle exercido pela aristocracia.

A classe operária, que se desenvolveu com o crescimento do capitalismo, começou a fazer suas lutas e a constituir suas organizações como sindicatos, partidos, centros culturais etc. Com elas surgiu a necessidade de criar veículos de comunicação, legais quando possível, quando não, clandestinos. Os principais dirigentes das organizações da classe operária quase sempre exerceram, também, atividades de organização da imprensa de classe. Lênin, que foi um desses grandes dirigentes, ainda nos últimos anos do séc. XIX, sistematizou diretrizes para a comunicação das classes trabalhadoras, que estão presentes na sua proposta de criação de um jornal para ser, além de veículo de informação, organizador, formador e mobilizador da classe operária russa. Essas diretrizes, ajustando-se aos novos tempos, ainda conservam sua atualidade1.

A burguesia, que tanto defendeu a liberdade de imprensa, tornou-se radical na negação dessa liberdade às organizações dos trabalhadores, que foram obrigados a manter suas gráficas na clandestinidade, constantemente empasteladas. Os trabalhadores capturados em ações de produção e distribuição de suas publicações foram tratados como criminosos. No Brasil, essa imprensa proliferou, também de forma clandestina, inicialmente estimulada pelos anarquistas e socialistas, depois pelos comunistas. Nos curtos períodos de liberdade limitada, principalmente entre 1945 a 1964, houve um crescimento exuberante dessa imprensa. Durante o golpe instalou-se violenta perseguição que perdurou até os estertores da ditadura militar, retomando-se a clandestinidade na atuação através da imprensa das classes trabalhadoras e populares. A grande quantidade de material de comunicação apreendida pelos golpistas, que constituíam fontes para o estudo da história dos trabalhadores, foi considerada prova de crime contra os trabalhadores.

Com a retomada do movimento social já no início da década de 70, basicamente a partir dos bairros e no seu final com a ascensão do movimento operário, há uma grande proliferação de material de comunicação produzidos pelas classes trabalhadoras, especialmente no movimento sindical, nos quais ocorre uma mudança significativa com a passagem da produção artesanal e de trabalho voluntário para a profissionalização dessa atividade. A democratização vinha sendo conquistada aos poucos com as lutas de ruas, de praças, de fábricas, de bairros etc. Com o avanço da democracia, a liberdade de imprensa para os movimentos sociais se ampliou, reduzindo os limites para seu uso basicamente ao custo da produção, por causa do preço das máquinas e da matéria prima (papel, fotolitos, matrizes).

Quanto à técnica radiofônica, que no Brasil se desenvolveu nos meados do século XX, as classes trabalhadoras foram excluídas. Em alguns países esse acesso foi grande logo que o rádio se tornou veículo de comunicação de massa, dependendo de vários fatores como o estágio do desenvolvimento e consciência dos trabalhadores, o amadurecimento de suas organizações classistas, a capacidade de domínio da técnica, a consciência de sua importância e o contexto histórico resultante do posicionamento dos diferentes países em relação aos resultados da guerra. Surgiram diferentes situações, como a da Alemanha, onde a classe operária estava bastante organizada e teve acesso ao rádio logo no seu surgimento. Muitos operários haviam trabalhado nos setores da comunicação durante a guerra e tinham domínio da técnica. Compreenderam sua importância e fizeram ampla utilização do veículo em suas lutas e organizações multiplicando as emissoras e criando associações de rádios comunitárias. Bem diferente do que ocorreu no Brasil. Pode-se dizer que aqui não houve acesso das classes trabalhadoras e populares às emissoras de rádio por não disporem dos equipamentos de transmissão, bem como do conhecimento das técnicas para sua utilização. Além disso, havia e continua existindo, um controle extremamente repressivo e violento que já atuava sobre a imprensa dos trabalhadores.

No Brasil, a radiodifusão foi implantada pelo capital e pelo Estado. Até hoje praticamente desconhecemos o que são as rádios públicas. Toda concessão para seu funcionamento tornou-se prerrogativa do governo. A radiodifusão começou, com isso, a ter um forte vínculo com o capital e com a política. Getúlio pretendia implantar uma cadeia nacional de rádio para fortalecer seu governo. No Estado Novo, criou o Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP, instrumento que possibilitou ampliar sua voz e abafar a de opositores. Getúlio e os integralistas usaram intensamente o rádio. Os comunistas e os movimentos sociais não tinham acesso a seu uso.

O rádio é o primeiro veículo de comunicação que se apoia em uma tecnologia acessível às grandes massas, incluindo crianças, analfabetos, cegos, exigindo apenas o domínio da linguagem oral, da fala e audição. Por todo o País, grande número de entidades, comunidades, associações, grupos culturais tem condições de manter uma pequena emissora. As limitações fundamentais tornaram-se as de ordem política, exercidas através da legislação, da repressão e da campanha ideológica.

No curto período que precedeu a ditadura implantada em 64, havia uma ebulição social, cultural e política e o rádio começava a estar presente nela. Tomando como exemplo o estado de Pernambuco, que chamou a atenção nacional principalmente por causa das mobilizações em torno da reforma agrária, do surgimento e crescimento rápido das ligas camponesas e do sindicalismo rural, do governo nacionalista de Arraes, dos movimentos culturais com uma efervescência destacando-se a ação do MCP (Movimento de Cultura Popular), que tinha forte influência da Igreja Católica chamada progressista e da Ação Popular (organização marxista oriunda principalmente dos movimentos de juventude católica), do promissor movimento de alfabetização orientado pelo método pedagógico de Paulo Freire, cujo cerne se encontra na concepção da comunicação dialógica, valorizou-se uma comunicação construída a partir da práxis de setores organizados do movimento popular e caminhou em sentido contrário à da concepção funcionalista/extensionista dominante. Esse movimento buscou espacos de radiodifusão através principalmente das rádios da Igreja Católica, sob a direção de seu arcebispo Dom Helder Câmara, e de bispos mais identificados com o que viria a ser chamado de teologia da libertação.

Em 1970, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco (FETAPE), para superar as dificuldades de contatos com os trabalhadores nos engenhos por causa do crescimento dos riscos para os sindicalistas advindos da ação de jagunços do latifúndio, que se sentiram protegidos com a ditadura, fez um plano de implantação de programas radiofônicos em vários pontos do estado, a cargo dos sindicatos de cada região. Os programas eram preparados na sede da FETAPE, com apoio de comunicadores e bolsistas conseguidos através de projetos. Eram veiculados nas rádios da igreja2 e em espaços comprados em rádios comerciais. Além da preocupação com o controle da ditadura, havia limites em relação ao conteúdo das mensagens, pois a grande maioria das emissoras do interior são de latifundiários e os programas eram destinados em grande parte a trabalhadores dos latifúndios. Esse modelo se estabilizou atingindo 14 programas chegando, em 1996, a 18. Mais recentemente surgiram outros programas de movimentos sociais em rádios comerciais, como os programas de movimentos de mulheres, em alguns casos, como no da Zona da Mata, muito bem sucedido.

De forma geral, pelo modelo capitalista e político que tomou conta do rádio no Brasil e pela perseguição aos que insistem no seu acesso, como ocorre com as rádios verdadeiramente comunitárias, os movimentos sociais ainda permanecem muito à margem do acesso ao rádio e TV.

A introdução dos computadores a partir da década de 50, com grande desenvolvimento da informática nas últimas décadas do século XX, significou um salto enorme na vinculação da linguagem à técnica. Essas tecnologias tiveram sua origem fundamentalmente na área militar, no contexto das grandes disputas imperialistas mundiais, de destruição, em síntese, de uma crise profunda do capitalismo. Não tiveram nenhum objetivo de democratização. A introdução na internet no Brasil e na América Latina, de forma geral, se deu através da repressão política nas ditaduras e do sistema financeiro. Apesar disso, não faltaram intelectuais para alardear o alto poder democratizante das novas tecnologias. Hoje, ficou escancarado o poder de intervenção que se desenvolveu através delas sobre a soberania de outros países. Sem dúvida, como tudo é contraditório, existem grandes possibilidades de utilização dessas mesmas tecnologias nas lutas e movimentos sociais. Elas estão acessíveis e existe grande liberdade. E eles estão descobrindo e se apropriando desse potencial e lutando pela democratização dessa técnica. Já se acumula a experiência de muitos usos criativos. Atualmente o problema não é a dificuldade ao acesso a estas técnicas por questões econômicas, de conhecimento ou de perseguição política. O problema que se coloca é do controle que, através delas, as classes dominantes mantém sobre tudo o que os movimentos de trabalhadores fazem.

Além da dinâmica da vida sindical, que é marcada pelas concepções e pelos objetivos estratégico e tático da luta sindical, cada categoria de trabalhadores tem sua história e suas características específicas, diferenças na formação cultural, diferentes identidades. Um jornal feito para trabalhadores rurais, que são bastante simples e objetivos, e um jornal

feito para professores, que têm um nível maior de escolaridade e cujo discurso manifesta preocupações pedagógicas, precisam ser feitos levando em conta as diferentes realidades. Cada categoria de trabalhadores constrói sua identidade e sua história. Isso implica na necessidade de conhecimentos da realidade que vão além do empírico. Há necessidade de estudos e pesquisas. As universidades têm potencial para oferecer contribuições.

Os trabalhadores e os movimentos sociais, em geral, ainda não têm uma tradição de construir uma base de apoio nas universidades, especialmente as públicas, apesar de existirem muitos trabalhadores dessas entidades dispostos e mesmo desejosos de trabalhar com os movimentos sociais. As universidades são espaços do conhecimento. Não só de transmissão, mas também de produção. O capital utiliza muito as universidades não só para formar seus profissionais mais qualificados como para produzir conhecimentos e gerar tecnologias.

A comunicação sindical produzida pelas lutas e organizações do sindicalismo no período da ditadura e nas décadas seguintes produziu um farto material para o estudo da história dos trabalhadores. As classes dominantes procuram apagar essa história. Porque elas sabem que seu conhecimento é fundamental para o fortalecimento das identidades e do espírito de luta que marcou esse período. São fatores importantes para o fortalecimento do movimento. É preciso que os trabalhadores tomem em suas mãos a sua história. Construir espaços dentro das universidades pode ser de grande valia.

Bibliografia

Abreu e Lima. Maria do Socorro. **Construindo o Sindicalismo Rural – Lutas, Partidos, Projetos -** Editora Universitária/UFPE – Editora Oito de Março. Recife, 2005.

Bassets, Lluis. **De las Ondas Rojas a las Rádios Libres.** Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1981

Eschenbach, Joseff. **Radiodifusión para la innovación.** Quito, Editorial Época, 1978.

Esteban, Antonio Cabezas et alii. Quito, Editora Andina, 1982.

Machado, Arlindo. **Rádios Livres e Reforma Agrária** do Ar (1986)

Mattelart, Armand. Comunicação Mundo. História das idéias e das estratégias. Vozes, Petrópolis, 1994.

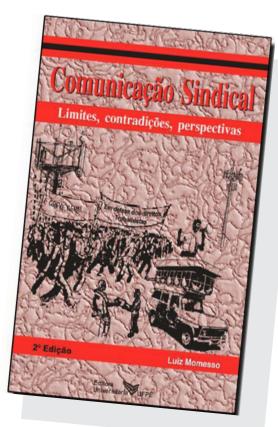
Momesso, Luiz. Comunicação Sindical: limites, contradições, perspectivas. Editora Universitária/UFPE, Recife, 1996.

Ortriwano, Gisela Swetlana. **A Informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos.** São Paulo, Summus Editorial, 1985. 3ª ed.

PERUZZO, Cicilia M.K. *Comunicação nos movimentos populares* – a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.

(Footnotes)

- 1 Lênin, V. Ilich, Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento. In: Obras Escolhidas, vol 1 São Paulo, ed. Alfa Ômega, 1979. p187.
- 2 A voz do São Francisco, de Petrolina, criada em 1962, vinculada à diocese.Rádio Pageú de Educação Popular LTDA "A Voz do Sertão Pernambucano" (Diocese de Afogados da Ingazeira, fundada em outubro de 1959.)
- 2 Sobre este tema foram produzidas algumas monografias, além da abordagem no livro Construindo o sindicalismo rural, de Maria do socorro de Abreu e Lima.
- 2 Informações mais detalhadas em Momesso, Luiz. Comunicação sindical: limites, contradições, perspectivas. Editora Universitária da UFPE, 1995.



* Luiz Anastácio Momesso – jornalista e professor de Comunicação (UFPE)

Imprensa sindical: conquistas, impasses e desafios no contexto da disputa pela hegemonia

ROZINALDO ANTONIO MIANI 1

Resumo:

A imprensa sindical que vem se desenvolvendo ao longo dos últimos 30 anos é correlata ao próprio processo de conquistas, impasses e desafios verificados na história recente do movimento sindical brasileiro. De instrumento exclusivo de educação política do proletariado, concepção de imprensa sindical praticada pelos anarcossindicalistas e também pelos sindicatos classistas até o final do terceiro quartel do século XX, a imprensa dos sindicatos ganhou nova roupagem e novas atribuições com a emergência de um "novo sindicalismo". A reconfiguração

político-editorial dos veículos de comunicação sindical, a profissionalização dos departamentos de comunicação dos sindicatos e a ampliação da pauta dos jornais sindicais se apresentam como as principais mudanças verificadas na imprensa sindical ao longo das últimas três décadas. A análise do impacto dessas mudanças e a consequente identificação dos novos desafios que se colocam à imprensa sindical no contexto de disputa pela hegemonia é o principal objetivo deste artigo.

Palavras-chave: Imprensa sindical. Disputa pela hegemonia. Novo sindicalismo.

1 - Introdução

Para começo de conversa, é preciso um esclarecimento: a imprensa sindical deve ser entendida como apenas uma entre várias outras formas de comunicação produzida pelos sindicatos. O predomínio ou mesmo a exclusividade das publicações impressas (que caracterizam a natureza da imprensa sindical), que se fez presente durante a maior parte da história comunicativa dos sindicatos ao longo de aproximadamente um século, sofreu significativas alterações com a emergência de um "novo sindicalismo" 2, e mais ainda a partir do final do período da ditadura militar.

Ainda incipiente na década de 1980, as experiências comunicativas "alternativas" no universo sindical passaram a se multiplicar em concomitância à própria ampliação e diversificação das ações políticas sindicais, favorecidas pelo desenvolvimento de tecnologias em comunicação e informação.

Apesar de admitirmos que a existência de uma imprensa sindical no Brasil é contemporânea à própria existência dos sindicatos, desde a experiência do anarcossindicalismo, consideramos que estamos nos referindo a uma forma de produção e distribuição de informações bastante recente. Para Maria Nazareth Ferreira uma nova forma de produzir a imprensa sindical nasceu e se fortaleceu no meio operário brasileiro na década de 1970 quando se iniciou um processo de enfrentamento do sistema pelas vias legais (FERREIRA, 1988). Portanto, a imprensa sindical a que nos referimos é correlata do "novo sindicalismo" e se constituiu no decorrer dos processos de mobilização dos trabalhadores e no avanço das lutas pela redemocratização do país.

As principais características dessa imprensa sindical, que foi se redefinindo ao longo das últimas três décadas, poderiam ser resumidas nos seguintes aspectos: a) reconfiguração político-editorial dos veículos da imprensa sindical; b) profissionalização dos departamentos de comunicação dos sindicatos; c) ampliação da pauta dos jornais sindicais.

Para atingirmos os objetivos desse artigo, qual seja, analisar o impacto das mudanças ocorridas na imprensa sindical e a consequente identificação dos novos desafios que se colocam à referida imprensa no contexto de disputa pela hegemonia, faremos inicialmente uma breve exposição das transformações que se verificou na imprensa sindical ao longo dos últimos 30 anos.

2 - A imprensa sindical do "novo sindicalismo"

Desde a emergência do "novo sindicalismo", no final da década de 1970, os protagonistas da imprensa sindical já apontavam para a necessidade de reconfiguração do próprio papel da comunicação no contexto das lutas sindicais em expansão. Antonio Carlos Félix Nunes, um dos "resistentes" jornalistas que atuou profissionalmente nos sindicatos durante o período da ditadura militar, se considerava renovador da imprensa sindical e, em sua própria autocrítica, reconhecia que contribuía para a constituição de uma imprensa sindical marcada por uma "linguagem totalmente sectária" e que, diante disso, era necessário rever tal postura. Afirma o jornalista:

Naquele tempo, andei fazendo alguns jornais de sindicato e cometi esses mesmos erros de visão. Porém, foram erros que me ensinaram uma coisa importante, que daria, futuramente, elasticidade ao meu trabalho jornalístico: o excesso de zelo pela nossa ideologia acaba se tornando profundamente prejudicial à sua difusão. Às vezes, conseguimos melhor resultado com as publicações classistas sem recorrermos à força ideológica, tratando as questões apenas do ponto de vista profissional (NUNES, 1981, p. 40).

Essa concepção anunciada por um dos principais produtores da imprensa sindical no contexto do então emergente "novo sindicalismo", afinal Antonio Carlos Félix Nunes foi o criador, em 1972, da "*Tribuna Metalúrgica*" do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e seu principal responsável até 1980, foi ampliada por outros jornalistas e estudiosos dessa mesma imprensa.

Dentre eles, merece destaque o jornalista Valdeci Verdelho, que trabalhou no Sindicato dos Químicos de São Paulo e que, a partir de sua experiência na produção do jornal "Sindiluta", apresentou uma importante sistematização sobre a reconfiguração daquela imprensa, a qual denominou de "nova imprensa sindical". Para Verdelho, tratava-se de uma imprensa diferente das experiências de imprensa verificadas desde a implantação do sindicalismo oficial até os anos que antecederam a greve da Scania (12 de maio de 1978).

O referido jornalista afirma ainda que, a partir de então, se observava a tentativa de se desenvolver uma

"comunicação das classes trabalhadoras" que poderia ser entendida como:

[...] uma comunicação que a partir do trabalho sindical, diretamente vinculado às fábricas, aos locais de trabalho (utilizando mensagens, meios, linguagens e formas próprias da classe, portanto, contrapondose à que é elaborada e difundida pelos detentores dos meios de produção, através dos meios de comunicação de massa), enseja uma ação transformadora da realidade política, econômica, social e cultural. Resumindo, uma comunicação, sob todos os aspectos, instrumento dos trabalhadores na luta contra a exploração econômica e a opressão política (VERDELHO, 1986, p. 81).

Ainda para Verdelho, como características essenciais para definir essa "nova imprensa sindical", destacam-se: a) a prática dialógica inerente à comunicação, que se propõe participativa e transformadora; b) a multiplicidade de meios utilizados para a comunicação, principalmente pela atuação dos "técnicos", que vão aprofundando seus conhecimentos sobre a realidade dos interlocutores (categoria para qual trabalham) e desenvolvendo ou resgatando outros meios impressos, como cartazes, gibis, cartilhas, e até estampas para camisetas; c) o desenvolvimento de uma imprensa diária e, com ela, um novo estilo e uma linguagem própria para se comunicar, a "linguagem do trabalhador"; d) o surgimento do hábito de leitura entre os trabalhadores, afinal "a imprensa sindical diária é efetivamente lida e tem a participação real dos interlocutores".

Nessa sistematização, já estão apontadas, de alguma forma, as principais mudanças que viriam a consolidar uma nova concepção e prática de imprensa sindical. Sobre a reconfiguração político-editorial dos veículos da imprensa sindical, o próprio Verdelho nos fornece as bases dessa mudança; porém, ele associa tais mudanças à produção de uma imprensa sindical diária. Vejamos o que nos diz o autor:

Também fruto da prática dialógica, a imprensa sindical diária, produto principal da nova imprensa sindical, introduziu um novo conceito de notícia, onde o chamado lead jornalístico é sempre e necessariamente o que é de interesse, de direito do trabalhador. O aspecto da notícia que muitas vezes, quando muito, seria o pé da matéria na grande imprensa, na imprensa sindical diária vira lead. A este novo conceito, junta-se um estilo também novo, onde a linguagem utilizada é, ou procura

ser, a própria linguagem do trabalhador. Daí a imprensa sindical diária recorrer freqüentemente a imagens para transmitir uma idéia e abrir amplo espaço para recursos visuais, como ilustrações, charges, cartuns, fotos e quadros esquemáticos (VERDELHO, 1986, p. 97 - grifo nosso).

Acreditamos que a implantação de tais mudanças à época tenha, de fato, sido decorrência da própria necessidade de adaptação à realidade de uma imprensa sindical diária, que exigia maior mobilidade, flexibilidade e dinamismo para atender à exigência de um trabalhador despertado para a prática da leitura diária de um veículo que lhe fosse mais dirigido. No entanto, à medida que essas características foram se consolidando, mesmo os jornais sindicais com periodicidade semanal, quinzenal ou mensal, também assumiram o mesmo conceito editorial para seus veículos; ou seja, tais características passaram a ser determinantes para a produção da imprensa sindical como um todo, independente de sua periodicidade.

Outra mudança qualitativa no contexto da imprensa sindical a partir da emergência do "novo sindicalismo", e talvez aquela que mais tenha impactado na sua reconfiguração política, diz respeito à profissionalização do processo produtivo. Com a ampliação da oferta de cursos de formação superior para jornalismo, os sindicatos passaram a conviver com uma realidade que até então era bastante restrita, ou seja, a contratação de jornalistas formados.

No início, essa realidade não chegou a impactar de maneira muito significativa a imprensa sindical, pois os jornalistas, inclusive com formação superior, ainda eram contratados mediante algum tipo de vinculação política com o movimento sindical e, com isso, se preservava o espírito de militância política através da comunicação sindical.

Porém, essa situação foi tomando novos contornos e, aos poucos, o fato da imprensa sindical ser produzida e conduzida profissionalmente pelo trabalho de um jornalista (e em alguns casos por equipes de profissionais de imprensa - diagramadores, fotógrafos, ilustradores, além do próprio jornalista), foi alterando sobremaneira a concepção do papel da comunicação no sindicato que deixou de ser uma atividade de militância política voltada para uma doutrinação ideológica e de educação política do proletariado, que supunha ser a principal característica dos jornais sindicais (e de todo o movimento operário) do começo do século, para se tornar um instrumento mais dialógico, informativo e corporativo.

Por fim, outra mudança que se verificou no processo de produção da imprensa sindical foi a própria pauta do jornal. Nesse aspecto, vislumbramos mais de um movimento de mudanças. De um veículo voltado quase que exclusivamente para o debate de questões políticas e ideológicas da classe trabalhadora em geral, que marcou a imprensa sindical até o final da década de 1970, passando por uma imprensa predominantemente voltada para questões de natureza econômica da realidade específica da categoria trabalhista do respectivo jornal, que foi a característica principal da "nova imprensa sindical", os jornais sindicais, principalmente a partir do final da década de 1990, também passaram a tematizar questões relativas ao cotidiano dos trabalhadores. O interesse por questões econômicas ainda prevalece, mas a ampliação da pauta dos jornais sindicais para temas como lazer, cultura, esporte, entretenimento, sexo, família, cidade, cidadania etc., vem ocupando cada vez mais espaço nas páginas dos veículos da imprensa sindical.

As mudanças aqui identificadas no contexto da imprensa sindical são apenas as mais significativas, pois outras alterações também poderiam ser apontadas, sejam como decorrência dessas modificações ou mesmo oriundas de outras questões.

3 - Conquistas, impasses e desafios da atual imprensa sindical no contexto da disputa pela hegemonia

Diante da atual realidade acerca da concepção e prática da imprensa sindical, podemos reconhecer algumas conquistas importantes. A principal delas é a própria profissionalização da comunicação sindical.

O fato de ser produzido por um jornalista garantiu aos veículos da imprensa sindical uma qualidade gráfico-editorial que até então não se via nas publicações dos sindicatos. Com isso, o interesse do trabalhador pela leitura do jornal de sua entidade de classe supostamente foi despertado e/ou intensificado, afinal se agregou ao processo de produção jornalística dos sindicatos o que há de mais avançado e especializado em termos de pesquisa em comunicação.

A constituição de departamentos de imprensa ou de comunicação no interior dos sindicatos, principalmente como resultado da reivindicação dos profissionais contratados, pode ser visto como um grande avanço na organização e fortalecimento do respectivo setor na estrutura interna do sindicato.

Quanto aos veículos propriamente ditos, a preocupação com a diagramação, a melhoria na qualidade dos textos, a utilização de uma linguagem mais apropriada para os trabalhadores, o emprego de outros recursos e estratégias de linguagem (como fotos, ilustrações e infográficos), a ampliação da pluralidade temática desenvolvida e a credibilidade conquistada por uma periodicidade regular se configuram como ganhos importantes para a imprensa sindical, na sua maioria garantida pelos profissionais da comunicação contratados por uma determinada entidade sindical.

Essas conquistas "técnicas", no entanto, quando de uma avaliação do papel desempenhado pela imprensa sindical no contexto da disputa pela hegemonia, em geral, e das lutas sindicais, em particular, não podem ofuscar os impasses e os limites que foram se apresentando para essa importante estratégia política na ação dos sindicatos.

Com a presença de "novos agentes políticos" no interior do ambiente sindical 3, para além dos sindicalistas que gozam de representatividade e legitimidade para conduzirem as lutas políticas da categoria, algumas ações acabam sendo tensionados por esses agentes e a imprensa sindical é, certamente, um dos setores onde essas ações mais acabam sofrendo múltiplas interferências.

Considerando que o jornal impresso constitui, via de regra, o veículo oficial de comunicação dos sindicatos e reconhecendo que aquilo que é publicado, e como um determinado assunto é abordado no jornal sindical, transmitem o posicionamento político e ideológico de uma direção sindical, torna-se fundamental compreender como se estabelecem as condições para a produção do referido material comunicativo. Nesse sentido, desenvolvemos, em nossa tese de doutoramento, uma profunda análise sobre as relações que se estabelecem no interior de uma entidade sindical, particularmente no seu departamento de comunicação, quando do processo de produção da imprensa sindical, que configuram o que denominamos de "pluralidade constituinte". De nossa parte, acreditamos que,

O que confere pluralidade constituinte à imprensa sindical é o fato de que ela é desenvolvida a partir da interação de diferentes sujeitos sociais que se relacionam permanentemente, seja harmoniosa ou conflitivamente, durante o seu processo de produção. Dirigentes sindicais (que possuem interpretações e, às vezes, até interesses divergentes), assessores políticos, jornalistas e eventualmente chargistas e demais profissionais de imprensa tensionam produtivamente sobre o pensar e fazer da imprensa sindical (MIANI, 2005, p. 21-22).

Sendo assim, superposição, sobreposição,

contraposição, confusão, combinação, entre os mais diversos interesses e posições políticas, marcam a dinâmica interna de construção do discurso da imprensa sindical.

Há que se reconhecer, ainda, que a imprensa sindical é, muitas vezes, por ela mesma, a própria ação sindical, tal a sua capacidade de se estabelecer como "elo reagente" entre seus interlocutores, constituindo-se em inúmeras situações como o próprio "agente" de determinada política. Nesse caso, as implicações da "pluralidade constituinte" são ainda mais complexas, pois, eventualmente, uma ação comunicativa que tenha sido gestada e encaminhada exclusivamente pelos profissionais da comunicação, pode resultar em conduções e implicações políticas desvinculadas da diretriz programática das direções sindicais.

O que estamos afirmando é que o papel de mediação da produção discursiva na imprensa sindical, que compete ao profissional contratado, um jornalista na quase totalidade das vezes, pode proporcionar disfunções e distorções que se apresentam como um impasse para a imprensa sindical atualmente. Esse risco é tanto mais perigoso quanto mais distanciada e descomprometida for a relação desse profissional com os princípios político-ideológicos defendidos e praticados pela direção sindical.

No entanto, apesar de toda a complexidade que devemos admitir quando tratamos das condições de produção da imprensa sindical, ela se revela instrumento oficial do discurso da instituição a que serve. Embora se admita a pluralidade constituinte, a imprensa sindical se apresenta para seu o receptor (o trabalhador da respectiva categoria) como um produto acabado e homogêneo, ou seja, um jornal contendo informações e mensagens que se pretendem representativas do posicionamento ideológico da direção política do seu sindicato. A respeito da imprensa sindical, Silvia Maria Pereira de Araújo acrescenta:

Trata-se de uma imprensa especializada em levantar problemas e apresentar soluções à categoria da qual é veículo oficial. Com estrutura particular, a linguagem manifesta um discurso atravessado pelo viés institucional-formal e por diferenciações político-ideológicas significativas. Essas atravessam o discurso e interferem no processo de criação de uma identidade de natureza grupal (a categoria ocupacional, a classe trabalhadora) e de um sentimento de pertinência institucional, cuja representatividade se impõe como legal e legítima da classe, através da imagem do sindicato que é transmitida por sua

imprensa (ARAÚJO, 1991, p. 218).

Essa perspectiva apresentada por Silvia Araújo revela um dos principais desafios que se impõe para a imprensa sindical atualmente, qual seja, a de se constituir como um instrumento representativo e legítimo dos interesses dos trabalhadores não apenas em suas questões imediatas e corporativas, mas, principalmente, em suas demandas históricas.

Para tanto, é preciso reconhecer que, se por um lado a profissionalização da imprensa sindical apresentou um avanço nas questões técnicas, por outro, acabou precipitando uma "despolitização" da comunicação enquanto uma estratégia política dos sindicatos, pois os jornalistas passaram a se pautar fundamentalmente pelas questões de ordem pragmática e relegaram para um segundo plano as questões político-ideológicas, principalmente quando o próprio sindicato, induzido ao erro por um discurso sedutor da necessidade de excelência técnica, deixou de considerar como questão fundamental no contexto da imprensa sindical o compromisso político do profissional da comunicação com o próprio movimento sindical e dos trabalhadores. Esse desafio deve ser enfrentado, dentre outras maneiras, através de um investimento na formação política dos profissionais da comunicação sindical.

Além dessa questão, é urgente que os sindicatos aprofundem com responsabilidade o debate sobre o papel político que deve desempenhar a imprensa e a comunicação sindicais, com vistas a consolidar políticas de comunicação que contemplem as demandas políticas do sindicato, na perspectiva de uma participação mais efetiva nos processos de disputa pela hegemonia.

4 - Considerações finais

É sabido que o movimento sindical como um todo vive um momento de profunda crise política e de representatividade e, nesse sentido, é preciso não atribuir à imprensa sindical a exclusividade do ônus dessa perversa realidade de "despolitização" a que está imersa, mas também não se pode absolvê-la completamente de suas atitudes descompromissadas com um sindicalismo mais combativo e classista.

O reconhecimento de que a profissionalização que se verificou no contexto da imprensa sindical potencializou importantes ganhos para o próprio sindicalismo não pode ocultar as contradições e os equívocos que se estabeleceram a partir da intensificação desse fenômeno no interior dos sindicatos.

No limite, o que pretendemos realizar nesta breve reflexão foi o apontamento de algumas questões que se colocam como impasses e desafios a serem enfrentados pela imprensa sindical na perspectiva de se qualificar como estratégia política no contexto da disputa pela hegemonia; nossa tarefa ainda continua e pretendemos assumi-la com profundidade através de novos estudos e reflexões.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo no Brasil**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1995. 88 p.

ARAÚJO, Silvia Maria Pereira de. Imprensa sindical: instrumento de ação e objeto do conhecimento, 1976-1990. São Paulo: ECA/USP, 1991. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991. 313 p.

BOITO JR., Armando (org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. 200 p.

CRUZ, Antonio. **A janela estilhaçada**: a crise do discurso do novo sindicalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 254 p.

FERREIRA, Maria Nazareth. **Comunicação e resistência na imprensa proletária**. São Paulo: ECA/USP, 1990. Tese (Livre Docência - Cultura Brasileira). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990. 268 p.

<u>Ática, 1988. 96 p. (Série Princípios; 130).</u>

FERREIRA, Maria Nazareth (org.). **O impasse da comunicação sindical**: de processo interativo a transmissora de mensagens. São Paulo: Cebela, 1995. 166 p.

MIANI, Rozinaldo Antonio. A utilização da charge na imprensa sindical na década de 80 e sua influência política e ideológica. São Paulo: ECA/USP, 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. 312 p.

_____. As transformações no mundo do trabalho na década de 1990: o olhar atento da charge na imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista. Assis: Unesp, 2005. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2005. 459 p.

NUNES, Antonio Carlos Félix. **Fora de pauta**: histórias e história do jornalismo brasileiro. São Paulo: Proposta Editorial, 1981, 112 p.

OLIVEIRA, Dennis de. Imprensa sindical, globalização neoliberal e mundo do trabalho. São Paulo: ECA/USP, 1997. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997. 294 p.

SANTIAGO, Cláudia; GIANNOTTI, Vito. **Comunicação sindical**: falando para milhões. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 184 p.

VERDELHO, Valdeci. A nova imprensa sindical. In: FESTA, Regina; SILVA, Carlos E. L. **Comunicação popular e alternativa no Brasil.** São Paulo: Paulinas, pp. 80-98, 1986.

VIEIRA, Toni André Scharlau **Comunicação sindical**: proposta de uma política para as entidades. Canos, RS: Editora da Ulbra, 1996. 152 p. (Coleção Mundo Mídia; 1).

(Footnotes)

1 Professor do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR). Graduado

em Comunicação Social

- habilitação em Jornalismo e História. Mestre em Ciências da Comunicação pela ECA/USP e Doutor em História pela Unesp/Campus Assis.

Pós-doutor pela ECA/USP.

Coordenador do Curso de Especialização em Comunicação Popular e Comunitária da UEL e do Núcleo de Pesquisa em Comunicação Popular (CNPq).

2 Admitimos por "novo sindicalismo" o modelo de organização e luta sindicais que suplantou o modelo de sindicalismo de governo implantado no período da ditadura militar. As greves de massa no período 1978-1980, principalmente em São Bernardo do Campo (SP), e o surgimento da Central Única dos Trabalhadores

(CUT), em 1983, são os principais marcos da consolidação do "novo sindicalismo".

3 Ressaltamos aqui, além dos jornalistas, a presença e o papel desempenhado por advogados e assessores políticos, por exemplo

Impasses na democratização da Comunicação no Brasil

- BIA BARBOSA JORNALISTA INTERVOZES
- Marcos Dantas Professor UFRJ
- VENÍCIO LIMA CIENTISTA POLÍTICO



Mídia: Regular para democratizar

Entrevista com Bia Barbosa para a Revista do IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – out/2014

regulação dos meios de comunicação é um as sunto que vai e vem e invariavelmente está presente no período eleitoral. Apesar de frequente, é comum que a discussão seja reduzida à tentativa de censura e de restrição da liberdade de expressão. Argumentos que desconstroem essa ideia existem, mas dificilmente têm espaço nos tradicionais veículos de comunicação — afinal, eles são parte interessada e, em geral, partilham da ideia comum no setor empresarial de que quanto menos regras, melhor.

Mas menos regras para a mídia é pior para a democracia, na opinião de Bia Barbosa, coordenadora da organização Intervozes, que atua pelo direito à comunicação no Brasil. Jornalista especialista em Direitos Humanos e mestre em Políticas Públicas, Bia Barbosa explica, a seguir, porque atualizar o marco regulatório das comunicações no Brasil é fundamental para garantir mais — e não menos — liberdade de expressão.

Idec: É possível regular os meios de comunicação sem praticar censura?

BIA BARBOSA: A censura, entendida como o controle a priori por parte do Estado do que vai ser divulgado, é uma forma de regulação, mas o inverso não é verdadeiro. Nem toda forma de regulação é necessariamente censura. Há países de democracia bem mais consolidada que a brasileira que têm regulações robustas das comunicações. É o caso dos Estados Unidos, França, Espanha, Portugal, Austrália e muitos outros. Aqui no Brasil também há mecanismos de regulação, o problema é que eles estão defasados.

Idec: Quais são os principais aspectos do marco regulatório brasileiro que precisam ser atualizados?

Bia: A principal lei que rege o setor hoje, o Código Brasileiro de Telecomunicações [CBT], tem mais de 50 anos de idade. O avanço tecnológico vivido nas últimas cinco décadas exige uma atualização do marco regulatório. Além disso, o Brasil aprovou em 1988 uma Constituição que estabelece princípios para os meios de comunicação, porém, o capítulo que trata desse tema até hoje não foi regulamentado. Não há leis específicas para colocar em prática os princípios constitucionais estabelecidos para a mídia. O artigo 220, por exemplo, prevê que o sistema de comunicação não pode ser objeto de monopólio. Só que não se definiu em nenhuma lei o que significaria monopólio

das comunicações no país. A concentração que existe nas organizações Globo configura monopólio? Precisamos fazer esse debate, pois não há lei que defina isso.

Idec: Há duas formas de regulação dos meios de comunicação: a econômica e a de conteúdo. Qual é a diferença e a importância de cada uma?

Bia: A regulação econômica diz respeito a regras sobre a propriedade dos meios de comunicação. Há várias formas de se fazer isso. Nos EUA, há normas que proíbem o que se chama de "propriedade cruzada", ou seja, grupos que controlam outorgas de rádio e televisão não podem controlar jornais e revistas; os que controlam jornais e revistas não podem controlar telecomunicações etc. Os EUA, país altamente liberal, entenderam que a concentração é prejudicial para a diversidade cultural e para o pluralismo político e, portanto, prejudicial para a democracia.

Já a regulação de conteúdo é a análise do que está sendo veiculado e a fixação de regras para tal. É diferente de censura porque visa a estabelecer parâmetros gerais para o conteúdo, e as emissoras podem livremente veicular programas adaptados a eles. Não é que um órgão do governo vai assistir ao conteúdo previamente e decidir se ele pode ir ao ar, como acontecia na Ditadura Militar. Há vários exemplos de regulação de conteúdo que já existem no Brasil, como a regra que prevê que as emissoras veiculem pelo menos 5% de conteúdo jornalístico e a classificação indicativa.

Idec: A limitação à concentração de mercado seria suficiente para garantir mais pluralidade de informações e de representação na mídia?

Bia: A quebra da concentração das propriedades é um caminho para aumentar a diversidade, mas

ela não será de fato garantida se não houver fortalecimento do sistema público de comunicação.

Por mais que haja diversidade nos meios comerciais, a finalidade dessas emissoras é diferente da de uma pública ou comunitária. Também é possível prever mecanismos de conteúdo que favoreçam a diversidade. Um exemplo bastante desenvolvido na Espanha e em Portugal é o chamado "direito de antena". Na Espanha, a grade de programação de um canal é fatiada para a veiculação de programas da sociedade civil organizada: a ordem dos advogados tem o seu programa, o conselho de medicina,

o movimento sem teto etc. Além da radiodifusão, podese pensar em políticas públicas de fomento à mídia alternativa impressa ou na internet. A França tem um fundo público para jornais regionais, por exemplo.

Idec: Qual é a diferença entre sistema "público" e "estatal" de comunicação?

Bia: As emissoras estatais são aquelas diretamente vinculadas ao poder público, legislativo e judiciário, como a TV Câmara, a TV Justiça etc. Já o sistema público inclui as emissoras educativas, as comunitárias, as universitárias etc. O sistema público de comunicação precisa ter autonomia financeira e editorial para garantir que o interesse público seja o guia condutor de sua programação. Essa definição está muito distante da realidade brasileira. A TV Cultura [emissora educativa estadual], por exemplo, depende essencialmente do orçamento do governo do Estado de São Paulo, assim como a EBC [Empresa Brasil de Comunicação] depende do orçamento do governo federal. Quando se depende do orçamento de um governo, ele pode influenciar na programação veiculada.

Idec: Existem muitos projetos de lei que tratam da regulação da comunicação no país. Qual tem sido o grande impedimento para que eles avancem no Congresso?

Bia: Quando existe vontade política, ela é barrada pelo poder dos grandes grupos de comunicação que querem deixar o mercado como está. Além disso, cerca de um terço do atual Congresso está vinculado direta ou indiretamente a concessionárias de rádio e de televisão – são parlamentares parentes de radiodifusores ou radiodifusores em si, que estão lá para defender interesses própriose impedem que qualquer tentativa de tornar o sistema mais democrático avance. É um desafio muito grande, pois a atualização do marco regulatório precisa passar pelo Congresso, mas sabemos que ele hoje é altamente resistente.

Idec: A iniciativa de atualizar o marco regulatório não pode partir do Executivo?

Bia: Pode, mas o Executivo deve propor um projeto de lei (PL), que também passa pelo Congresso. No final do segundo mandato do governo Lula, o então ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Franklin Martins, elaborou um PL sobre o tema, que foi entregue na transição para o governo Dilma. Estamos no fim do governo Dilma e esse projeto nunca veio a público. Isso mostra mais um desafio, porque temos um Congresso que não está interessado na mudança e um Executivo que não está disposto a comprar essa briga, porque sabe do enfrentamento que vai ter com os grandes grupos de comunicação. Nos países vizinhos que recentemente fizeram a mudança [na regulação do setor] – além da Argentina, a Bolívia, o Uruguai e a Venezuela também fizeram – havia vontade do Executivo em promover esse debate. Aqui, só com muita pressão da sociedade é que vamos conseguir mudar o marco regulatório. Por isso, a sociedade civil criou um projeto de lei de iniciativa popular para propor um novo marco regulatório, que está em fase de recolhimento de assinaturas em todo o país.

Idec: Como você mencionou, há muitos parlamentares donos de veículos de comunicação no país. Essa situação influencia as eleições?

Bia: Sem dúvida. A Constituição proíbe que detentores de cargos eletivos tenham contrato com empresas de concessão pública porque claramente pode haver favorecimento. No caso das comunicações, esse impacto é ainda maior, porque envolve veiculação de informação e formação da opinião pública. O Intervozes entrou com uma ação no STF [Supremo Tribunal Federal] para obrigar os parlamentares a se desfazer das emissoras que detêm. Sabemos que isso resolveria apenas parte do problema, porque há uma série de políticos que colocam laranjas para tomar conta dessas emissoras. Esse é um desafio ainda maior para fiscalizar. Mas no caso das emissoras que são diretamente controlada por políticos é fácil agir. Na nossa ação, listamos 40 parlamentares da atual legislatura que têm várias outorgas de rádio ou de televisão em seus estados. Os casos mais conhecidos são o da família Sarney no Maranhão, Collor em Alagoas, do Jader Barbalho no Pará e da família ACM na Bahia, mas essa prática é disseminada em todos os estados, o que é muito prejudicial para a nossa democracia. Esperamos que o Supremo dê uma decisão favorável para começarmos a mudar esse quadro.

Idec: Quais são os principais exemplos de regulação da mídia que deram certo em outros países e que se aplicariam à realidade brasileira?

Bia: A norma de propriedade cruzada dos EUA, por exemplo, seria interessante para o Brasil; as regras sobre sistema público de comunicação da França e da Inglaterra; as de fomento à comunicação comunitária da Argentina; o exemplo de Portugal e da Espanha em relação ao direito de antena e da Suécia em relação à publicidade infantil. Há muitos exemplos que deram certo e que podem inspirar o Brasil. O mais importante é que eles mostram que a regulação é fundamental para garantir que o exercício da liberdade de expressão seja do conjunto de toda a população, e não só de quem controla a propriedade dos meios. Temos o desafio de desconstruir o mito de que regulação significa censura e, mais do que isso, esclarecer que a regulação precisa existir para garantir mais diversidade, mais liberdade – para garantir que mais vozes possam se expressar.

SAIBA MAIS

Conheça o Projeto de Lei de Iniciativa Popular sobre o tema: http://www.paraexpressaraliberdade.org.br/

Comunicação: falta um projeto de país

RITA FREIRE ENTREVISTA MARCOS DANTAS¹

necessidade de democratizar a comunicação em um cenário tensionado e controlado pelas corporações midiáticas ganha uma análise ampliada no livro organizado pelo professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Marcos Dantas. Intitulado "Comunicações, desenvolvimento, democracia", integra a coleção de "Projetos para o Brasil", da Fundação Perseu Abramo.

Também consultor do projeto "Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento", lançado em 2006 pela FNE, Dantas observa a indústria midiática na economia não apenas como negócio da vez na geração de lucros, mas como importante articuladora da cultura de sustentação do próprio capitalismo hoje. Com a colaboração de vários especialistas, o livro trata de um segmento mundializado e associado no Brasil ao coronelismo eletrônico e ao atraso do País em tomar as rédeas de um projeto nacional, temas desta entrevista.

Seu livro atribui a uma indústria que lida com um bem imaterial, da comunicação, um papel similar ao da indústria têxtil na primeira revolução industrial. Onde cabe essa comparação?

Marcos Dantas – No papel para o dinamismo da economia capitalista. Eu não gosto do termo "imaterial" porque são fabricantes de equipamentos, infraestrutura e produtores em um complexo que representa 7% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, com os mesmos efeitos multiplicadores na economia, de gerar emprego, renda, hábitos e laços sociais, produzindo cultura e redesenhando o modo de vida. Participam a indústria eletroeletrônica, os grandes produtores audiovisuais, de videojogos e softwares; os operadores de meios ou redes de comunicações terrestres, cabeadas ou satelitais; e os grupos financeiros que neles investem e os controlam.

No Brasil, onde é associada a organizações como a Globo, Record e Editora Abril, essa indústria determina o tempo da novela, o horário do futebol, dita comportamentos.

Hoje a comunicação é associada a um novo paradigma, em que as pessoas se empoderam e podem mudar as coisas. Essa cultura capitalista não está ameaçada pelo próprio acesso à informação?

Marcos Dantas — O velho Marx disse que o capitalismo é também seu próprio coveiro. Está na contradição do processo que não pode se expandir sem gerar novos conflitos e fragilidades. O capitalismo que gera novos padrões de acumulação, com a indústria do espetáculo e do entretenimento, também produz os meios que empoderam os proletários. O Manifesto Comunista já se referia ao impacto do telégrafo. Bertold Brecht também apontou o potencial do rádio, que poderia ter sido a internet de hoje. Há 80 anos, ele já tratava da neutralidade que discutimos hoje no âmbito do marco civil da internet, as leis que retiram liberdades na rede: Hadopi na França, Sinde na Espanha, Sopa nos EUA. Os roteiros para essas tecnologias no espaço democrático estão em disputa.

E qual tem sido a posição do Brasil nessa disputa?

Marcos Dantas — O livro dedica um capítulo à regulação nos anos 1990, quando o Brasil fez a Lei do Cabo e a Lei Geral de Telecomunicações. Mas enquanto outros países faziam a convergência de mídias, aqui nós atendíamos a interesses de lobbies específicos. Não consideramos as dimensões culturais e democráticas para um projeto mais abrangente e estratégico. A radiodifusão aberta permaneceu, assim, em um cenário muito atrasado, dominado pelo coronelismo eletrônico. Nem o PSDB nem o PT tiveram pensamento para articular um marco da comunicação brasileira. Nossas autoridades das telecomunicações não sabem o que dizer sobre o assunto. O despreparo

só se agravou, com ministros que atuam ao sabor das pressões, legítimas ou ilegítimas.

E as pressões da sociedade com o projeto da Mídia Democrática?

Marcos Dantas – A decisão de colher assinaturas para um projeto de iniciativa popular e de forçar o Congresso a discuti-lo cria um fato positivo, político e jurídico. Além disso, o Plip da Mídia Democrática é um projeto bem elaborado, fruto de uma discussão madura, que vem dos acúmulos da I Conferência Nacional de Comunicação. Se chegar ao Congresso com 1,5 milhão de assinaturas, será um fato aglutinador. O texto parte dos artigos da Constituição que tratam de rádio e TV aberta e que não foram regulamentados, mas não exclui os demais temas da comunicação. Se o governo quisesse, pegaria as propostas, mais a lei da TV por assinatura, e diria: o projeto está aqui.

Como consultor da FNE, você subsidiou o debate da internet e das escolhas brasileiras como fator de desenvolvimento. O livro retoma esses temas?

Marcos Dantas – O movimento quer o serviço de infraestrutura da internet em regime público, mas hoje é prestado em regime privado, e o governo foge dessa discussão, porque a pressão das teles é muito

forte. O livro faz a denúncia da desindustrialização das comunicações e das tecnologias digitais no Brasil. Tínhamos uma indústria importante, e hoje não temos nada. Perdemos enorme capacidade, no período Collor. Perdemos um centro de pesquisa avançadíssimo, talvez o maior na América Latina. Então temos que reconstruir, o que é mais difícil agora. Eu chamo a atenção para as pressões contra o Brasil, por tentar privilegiar a indústria nacional em algumas políticas de compra. Se o País quer comprar cabos de fibra óptica da sua indústria dos próximos dez anos, precisa reservar essa quota, como no pré-sal. Mas há países indo à OMC (Organização Mundial do Comércio) e já advertiram o Brasil contra isso. É preciso brigar contra as pressões que vêm da indústria eletrônica dos Estados Unidos, da Europa e do Japão, porque essas compras geram emprego e renda. Enquanto isso, os meios de comunicação manufaturam o consenso em outra direção, criando mentalidades dispostas a comprar o que não gera imposto nem emprego, como a última versão de um playstation. Nos falta um projeto de país, e eu digo no livro que os meios de comunicação sempre trabalharam contra isso.

(Footnotes)

¹ Publicado no *Jornal Engenheiro* da FNE, Edição 139/DEZ/2013

Em defesa da democratização dos meios de comunicação

Entrevista de Venício Lima a *Cláudia Nonato* para a revista <u>Comunicação & Educação</u> v. 19, n. 1 (Jan-Jun 2014), do Departamento de Comunicações e Artes da ECA-USP

Venício A. de Lima é um estudioso da Mídia e da Política, além de exímio defensor da liberdade de expressão e da democratização da Comunicação no país. Nesta entrevista, o professor, aposentado como titular de Ciência Política e Comunicação da UnB, autor de diversos livros e articulista permanente dos sites Observatório da Imprensa e Carta Maior, além da revista Teoria em Debate, entre outros, fala de sua formação acadêmica, de sua visão da contemporaneidade a partir da introdução das novas tecnologias, e faz uma reflexão sobre a Lei de Meios argentina. Também mostra os problemas causados pela concentração da mídia e pela falta de uma regulação dos meios de Comunicação no Brasil.

A sua tese de doutorado, nos Estados Unidos, foi sobre as ideias do Paulo Freire em Comunicação e Cultura. Qual a importância de Paulo Freire para a sua formação? Por que a escolha por esse tema? Venício A. de Lima – Essa tese virou um livro que, inclusive, foi reeditada trinta anos depois [LIMA, Venício A. de. Comunicação e cultura: as ideias de Paulo Freire. 2. ed. rev. – Brasília: Editora Universidade de Brasília: Fundação Perseu Abramo, 2011.]. E tem muito a ver com a minha biografia. Eu fiz dezoito anos em 1963; estudei em colégio interno e descobri a política na minha adolescência, num período em que o país estava muito conturbado. Havia uma efervescência muito grande da juventude, de mobilização popular, e eu naquela época - como estudava no Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto, de muita tradição – entrei para a JEC (Juventude Estudantil Católica).

A minha formação política e humana foi dada nesse ambiente, eu virei um militante, tinha toda aquela coisa da esquerda católica, foi época de pessoas como Betinho, formação da Ação Popular.

[O movimento que formou o grupo Ação Popular surgiu em 1962, após um congresso da esquerda católica. Lutava pelo socialismo humanista e foi composto, principalmente, de lideranças estudantis da época, tais como Betinho, Jair Ferreira de Sá, José Serra, Vinícius Caldeira Brant, Aldo Arantes, Haroldo Lima, Duarte Lago Pacheco e outros, contando ainda com a participação de lideranças camponesas e operárias.] E Paulo Freire era uma referência, não só política, porque se pensava nele como um sujeito capaz de liderar um processo que tornava as pessoas, em muito pouco tempo, alfabetizadas, o que significava no processo eleitoral a possibilidade de eleger candidatos. Miguel Arraes era a liderança política da época.

No final de 1963, eu saí de Ouro Preto e fui para Belo Horizonte para fazer Sociologia e Política; meus pais queriam que eu fosse engenheiro, por isso eu estava em Ouro Preto, mas esse curso de Sociologia e Política da antiga FACE, Faculdade de Ciências Econômicas, da UFMG, era o lugar onde tinham estudado essas pessoas, Betinho, Edmar Bacha, Vinícius Caldeira Brant, Vilmar Farias e muitos outros. Eu fiz vestibular para esse curso e lá me envolvi com um pessoal que usava o método Paulo Freire em favelas. E foi assim, na militância, de política estudantil, que eu conheci Paulo Freire. Muitos anos depois eu tinha que escolher um tema de tese. O instituto que eu estudei – o Institute of Communications Research da University of Illinois, em Urbana, era muito tradicional, fundado em 1947, acho que foi o primeiro centro de pesquisa universitário em Comunicação dos Estados Unidos. O primeiro diretor lá foi Wilbur Schramm [1907-1987], que depois foi para Stanford, uma pioneiro do estudo da Comunicação no país. Eu trabalhava com professores muito abertos; minha ideia inicial era fazer uma comparação entre Paulo Freire e Habermas, mas eu não sabia alemão, era muito complicado. Naquela época, nem em inglês se tinha, por exemplo, o livro "Mudança Estrutural da Esfera Pública". Ele foi publicado primeiro em português, aliás. Então eu desisti do Habermas e me concentrei no Paulo Freire. Ele estava no exílio, nós nos correspondemos, e o conheci pessoalmente em 1978, quando ele foi aos Estados Unidos, para um seminário em Michigan. E foi interessante, porque ele ficou dois dias em Michigan, eu combinei com ele, fui pra lá, nós conversamos por dois dias, é verdade! Mas é porque ele gostava de conversar, estava no campus da universidade, um lugar bonito, agradável, dava seminários de manhã e de tarde eu ficava conversando com ele. Conheci a Elza, primeira esposa dele, depois fiquei amigo, de ir na casa, me hospedar na casa dele.

Foi assim.

Naquela época, 1976/78, havia muita coisa sobre Paulo Freire, sobretudo fora do Brasil, mas não tinha nada na área de Comunicação. Havia aqui na UnB, quando começou o mestrado, em 1974, um professor paraguaio que morava no Brasil, Juan Diaz Bordenave [1926-2012], que falava no Paulo Freire na perspectiva da extensão rural, por causa do "Extensão ou Comunicação?" [original 1969]. E então eu apresentei um projeto de tese lá nos Estados Unidos, que era para fazer uma leitura do Paulo Freire, que não existia, do ponto de vista da discussão sobre a Comunicação, e eles toparam.

Tem muito a ver também com o ambiente do lugar onde eu estava, porque o professor mais importante lá, James Carey — que ninguém conhece no Brasil, não tem praticamente nada traduzido dele — era o personagem mais importante dos Estudos Culturais americanos. E tinha uma contraposição entre os Estudos Culturais americanos e os Estudos Culturais ingleses. A versão inglesa tinha matriz marxista, e a americana era de um liberalismo, digamos assim, progressista, da Escola de Chicago.

Eu estava muito envolvido naquilo e achava que o Paulo Freire era uma espécie de ponte para uma eventual construção de uma perspectiva cultural de ver a Comunicação na América Latina, no Brasil. Eu fiz essa leitura do Paulo Freire do ponto de vista da Comunicação, e foi um acerto de contas com a minha própria biografia. Porque para entender Paulo Freire você tinha que entender os movimentos cristãos da época, a esquerda católica, o contexto do populismo, o chamada (por ele) "emergência das massas populares".

E eu tinha um comitê de tese que era absolutamente receptivo, ninguém imagina que podia ter isso numa universidade no centro-oeste americano, no meio de milho, soja e trigo. O *chair* do meu comitê era o Thomas Guback, um dos nomes mais importantes da Economia Política da Comunicação, ele foi aluno do Herbert Schiller, na mesma tradição que vem do Dallas Smythe, e ele foi o terceiro dessa linhagem.

Era marxista, na sala dele tinha um retrato de Lênin. O meu orientador mesmo era um calvinista, um homem religioso, que vinha da área de estudos da linguística, humanista, estudioso de ética, o Clifford Christians. E era um sujeito entusiasmado com Paulo Freire; nessa época, as obras do Paulo Freire estavam saindo em inglês, "Pedagogia do Oprimido", entre outros, e ele me deu a maior força. Escrevemos até um artigo juntos, antes de a tese ser defendida, que saiu num revista inglesa [Venício de Lima e Clifford Christians; "Paulo Freire: The Political Dimension of Dialogic

Communication"; Communication, Volume 4, Nmber 1 (1979); pp. 133-155]. A história é essa, e eu acabei ficando amigo do Paulo Freire.

Atualmente, estamos passando por um momento de profunda reflexão, por conta de novidades trazidas pelas novas tecnologias, internet e redes sociais. Temas relacionados à vigilância (do governo dos EUA), controle (da Internet), privacidade (biografias não autorizadas), censura e liberdade de expressão, entre outros, tomaram conta dos debates na sociedade atual. Em sua opinião, nós estamos sabendo lidar com todas essas novidades?

V.A.L. – É interessante isso porque a impressão que temos é que, em qualquer momento que se fale sobre questões sociais, culturais, políticas, você está vivendo um momento de transição, de mudanças. É sempre assim. Às vezes se tem a ideia de que o processo está mais acelerado, menos acelerado. Ou se tem indicações muito evidentes de que mudanças estão ocorrendo, mas a característica de processo em transformação permanente é uma constante.

E o mais interessante, eu acho, é que os estudiosos da área não desenvolveram instrumentos capazes de antecipar, às vezes, consequências dos processos de mudanças que aparecem, e acabam surpreendendo todo mundo. Eu estou falando isso, pensando numa experiência recente que tive, que acho emblemática dentro dessa situação.

Eu fui convidado pelo Emir Sader para escrever um capítulo sobre Comunicação, naquele livro que ele editou sobre os dez anos de governos pós-neoliberais [*Emir Sader, org.*, Lula e Dilma – 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil; *Boitempo/FLACSO; 2013*]. É uma coletânea que contempla várias áreas e, quando ele me convidou, inclusive, eu falei que, na minha área, o balanço é negativo, muito negativo. E ele aceitou. O livro foi lançado em maio de 2013; com um amplo leque de áreas e, cada um de nós, autores, assinou um contrato, em que nos comprometíamos a participar de ao menos três lançamentos.

Houve um primeiro lançamento em São Paulo, depois em Porto Alegre, o Lula compareceu nas duas, então num certo sentido, apesar de ter não só no meu capítulo uma perspectiva crítica, mas em outros capítulos também, o livro era a celebração de um avanço, de caminhada, num sentido de avanço social. Semanas depois, acontecem as manifestações do final de junho.

A perspectiva do livro, dos lançamentos, mesmo eu que escrevi um texto crítico, o balanço geral era de um país que ia bem, que estava tudo no caminho certo, de que as coisas estavam caminhando. Havia índices de aprovação

do governo e de satisfação da presidente, como nunca existiram. E, de repente, aquele negócio todo explodiu, e o que era bom passou a ser ruim, e a maioria das pessoas não esperava que aquilo acontecesse. Depois, olhando para trás, o que me chamou a atenção, é que os temas escolhidos e contemplados no livro não incluem política urbana. E é interessante, porque tem uma professora da USP, a Ermínia Maricato, da qual eu sou um fã, que insistia sempre no chamado inferno urbano, inviabilidade das cidades, e nós todos estávamos vendo isso, só que ninguém antecipou as manifestações.

E o tema não foi nem contemplado no livro, não tem um capítulo sobre isso.

V.A.L. Esse fato, creio, responde à sua pergunta. Há uma certa incapacidade de ver o que está de fato acontecendo. A *posteriori*, depois que as coisas aconteceram, você começa a tentar explicar. Eu acho que, de fato, todo período é um período de transformação, mas no nosso campo em particular, no campo da Comunicação, da mídia, nós, de fato, estamos vivendo um momento especial, a revolução digital, o surgimento da Internet, as redes sociais, essa situação em que existem muito mais celulares do que a população, é fantástico!

Hoje temos a possibilidade, inédita, nova na história, de uma comunicação interpessoal que não existia antes, com características completamente distintas da antiga mediação tecnológica, que é e continua sendo feita pela chamada velha mídia (rádio, televisão, jornal, revista, etc.). Eu tenho falado, escrito sobre isso, e acho que precisamos ter muito cuidado pra não precipitar — equivocadamente — e acreditar, como tem muita gente afirmando que a formação e a disputa da opinião pública saiu do espaço público mediado pela velha mídia e passou para o espaço de interação possibilitado pelas redes.

Eu acho que isso é um equívoco grave, muito grave. É preciso ter muito cuidado, porque certamente nós ainda não temos – como os últimos eventos revelaram – instrumentos ou capacidade para entender plenamente o que está acontecendo ou antecipar o que vai acontecer. Essas mudanças, elas são ainda muito recentes, estão num processo em que não conseguimos perceber a sua dimensão exata. Algumas, a gente consegue. Mas outras, talvez as mais importantes, ainda não. Estão havendo algumas consequências óbvias, como a migração de leitura de jornais impressos para a Internet, inviabilidade econômica e financeira de empresas que trabalham na publicação de material impresso, mas o que vai acontecer mesmo ainda não sabemos. É preciso ter muita cautela.

O senhor afirmou em uma entrevista recente que a Comunicação é o centro da discussão democrática.

Qual tem sido a participação da população nas decisões sobre o Marco Regulatório das Comunicações?

V.A.L. – Eu e o Juarez Guimarães acabamos de lançar um livro [LIMA, Venício A. de; GUIMARÃES, Juarez (orgs.). Liberdade de expressão. As várias faces de um desafio. São Paulo: Paulus, 2013. (Coleção Temas de comunicação)], e fizemos juntos uma introdução, em que o argumento é exatamente esse. Ao contrário do que eu mesmo fiz durante muitos anos, querer fazer uma ponte entre os estudos de Comunicação e os estudos de Política, o argumento que está colocado no livro é que não tem como separar Comunicação e Política.

Na verdade, você não pode ter uma teoria democrática, que não contemple as questões relacionadas à Comunicação no mundo contemporâneo. E você não pode também ter uma teoria da Comunicação que não contemple as implicações e o papel central que, por exemplo, a liberdade de expressão no seu conceito histórico, grego e humanista moderno, representa na construção democrática. O que nós estamos reivindicando é que não tem como separar uma da outra; elas são constitutivamente vinculadas. A nossa intenção é mostrar que as implicações vão desembocar numa discussão sobre o que é liberdade. E uma disputa sobre o significado da liberdade, que hoje está polarizada numa discussão entre a visão liberal de liberdade e a visão republicana de liberdade. Isso está, de alguma forma, presente neste livro.

Como o sr. situa o Brasil em relação ao que está acontecendo nesta área em outros países como, por exemplo, a Inglaterra e a Argentina?

V.A.L. – Há cerca de um ano, quando saiu o relatório Leveson [Inquérito Leveson sobre a investigação das práticas e da cultura da imprensa do Reino Unido, cujo ponto mais polêmico é a criação de um órgão regulatório da imprensa no país], lá na Inglaterra, resultado do inquérito de mesmo nome, sugeri através do amigo Romário Schettino, que o Centro de Estudos Barão de Itararé em Brasília fizesse uma publicação, com a Lei de Meios da Argentina e o Relatório Leveson.

O Relatório é enorme, são quatro volumes, mais de mil páginas, mas tem um sumário executivo excelente. Recentemente incluímos também um documento da União Européia e acertamos a publicação com a Fundação Perseu Abramo e, no início de outubro de 2013, recebi as traduções e passei o mês praticamente inteiro fazendo as revisões. No mesmo dia em que finalizei, saiu a decisão da Corte Suprema argentina, considerando a lei de meios constitucional. E no dia seguinte, 30, a Rainha Elizabeth assina a Royal Charter, dando o sinal verde para a criação do novo órgão

regulatório da imprensa na Inglaterra. Eu tive que me debruçar sobre esses processos e uma das coisas que me impressiona é que a maioria dos críticos desconhece a lei Argentina, o modo como foi gerada, porque é resultado de uma mobilização inédita da sociedade argentina para elaboração de uma proposta legal.

A situação argentina era muito peculiar, porque havia uma legislação do tempo da ditadura militar que era muito restritiva, inclusive impedia que entidades sem fim lucrativo fossem concessionários de emissoras de rádio e televisão. Isso foi modificado por um decreto do Nestor Kirchner, mas havia um movimento, desde o fim da ditadura na argentina, em 1983, contrário à legislação da época da ditadura, que reivindicava um marco regulatório para as Comunicações. Além disso, a situação na Argentina era muito peculiar, porque no processo neoliberal que aconteceu na América Latina inteira, as privatizações que aconteceram no país, estimularam, de forma muito aguda, a concentração da propriedade na área. Um grupo como o Clarín, por exemplo, possui quase 300 empresas. E quanto mais eu estudo o que aconteceu na Argentina, noto o quanto nós, brasileiros, estamos distantes da formação de um consenso nacional, costurado com a participação da sociedade civil nas suas mais diferentes manifestações.

O que ocorreu na Argentina foi um envolvimento, que depois foi passando por declarações específicas de adesão, o equivalente nosso a Câmara de Vereadores, Assembleias Legislativas, entidades nacionais, sindicais as mais diversas, grupos de cooperativas, sindicatos de professores. Houve um envolvimento muito grande da universidade, foi elaborado um documento consensuado por todos esse grupos, que foram os tais 21 pontos que deram origem à lei. Houve uma mobilização da sociedade argentina em torno da necessidade de uma lei democrática para a área. Quanto mais leio e estudo o que aconteceu lá, eu vejo o quanto nós ainda temos que caminhar. Porque se isso não acontecer, levar em conta os interesses contrários, que existiam lá e que existem aqui, é muito difícil de mudar o que foi assentado e confirmado – sobretudo nas ditaduras latino-americanas.

Na Argentina, mais do que no Brasil, mas aqui também, se consolidou um sistema oligopolizado, excludente de mídia, que é muito difícil de mexer por causa dos interesses. Eu acho que nós temos avançado, muito nos últimos anos, mas eu poderia dar para você aqui vários exemplos, de como, comparativamente, nós estamos atrasados, apesar de todo o avanço dos últimos anos, sobretudo a partir da convocação da primeira Confecom [Conferência Nacional de Comunicação, promovida pelo Governo Federal], que possibilitou a mobilização em torno de sua própria realização. Nenhuma das proposições que saiu dela produziu qualquer efeito. É claro que a Argentina é outro país, tem outra cultura,

são outras condições. Mas eu acho que ainda estamos muito longe, comparados com o que aconteceu por lá.

Ao mesmo tempo em que as novas tecnologias trouxeram mudanças não só para os meios de comunicação, como para toda a sociedade, o regulamento e a lei dos serviços de radiodifusão no Brasil estão completamente desatualizadas, têm mais de cinquenta anos. Como disciplinar tudo isso?

V.A.L. – Nós estamos nesse momento [novembro de 2013] tendo um exemplo de como é difícil regular qualquer coisa nessa área. O Marco Civil da Internet estána pauta de votação do Congresso Nacional e não se consegue um acordo para a votação. Eu não estou acompanhando detalhadamente, mas corremos um gravíssimo risco de não ter preservada a neutralidade da rede, o que significa que, se acontecer, talvez essa seja a maior ameaça à liberdade de expressão hoje no Brasil, porque existirão condições diferentes de acesso à circulação na rede, de acesso à rede.

Quem tiver mais volume e pagar diferenciadamente, vai ter acesso proporcional ao que pagar. Isso é uma coisa que interessa, sobretudo, às grandes empresas que oferecem o serviço. Mas não é só isso. Porque não adianta ter um marco regulatório que garanta a neutralidade da rede, se não tiver uma infraestrutura de banda larga, que não seja privatizada também, e que seja tratada exclusivamente como mais uma mercadoria no mercado. E tudo indica que nós estamos caminhando exatamente para isso. Infelizmente, nesse governo, estou me referindo ao governo da presidente Dilma Roussef e do Ministro Paulo Bernardo, tudo indica que a proposta original de se ter uma empresa controlada pelo Estado, que pudesse universalizar uma banda larga de qualidade para a população em geral, não vingará. Temos então um exemplo do tipo de questão que está envolvida e das dificuldades de se regular democraticamente o mercado de mídia.

Aliás, aqui se manifesta uma questão interessante: a crise de representação que existe no Brasil em relação aos parlamentos. O cientista político Wanderlei Guilherme dos Santos, fala nisso, que a sociedade civil se organiza, é representada no sindicato, mas é sub-representada no parlamento. O presidente da Câmara dos Deputados convida o representante das teles, o representante da Rede Globo, o relator do projeto, alguns líderes partidários para um jantar na casa dele e o acerto é feito ali, com a sub-representação do principal interessado. Infelizmente, nós temos de fato uma crise de representação, de sub-representação do interesse público, do conjunto da população nas decisões do Congresso Nacional.

Esse é um dos principais motivos para não termos uma regulação de mídia no Brasil?

V.A.L. – Não temos porque existe um círculo vicioso. Temos um sistema de mídia oligopolizado, que é corruptor da opinião pública, porque privatiza o acesso e exclui do debate público a maioria da população. Com isso, colabora para esse desequilíbrio na representação da sociedade civil no parlamento; boa parte dos parlamentares, historicamente eleitos, está direta ou indiretamente envolvida com as concessões de radiodifusão e, portanto, com os interesses dos grandes grupos, porque são a eles afiliados ou diretamente controladores de concessões. E isso se torna um círculo vicioso, porque os interesses privados dos parlamentares coincidem, muitas vezes com os interesses dos grandes grupos, e isso realimenta um sistema que é excludente, oligopolizado, e impede que se altere um processo que beneficia quem já está nele. É um negócio impressionante. E esse círculo vicioso não é quebrado.

Isso aconteceu no processo Constituinte de 1987/88, não é novidade no Brasil. É um processo, que vem ocorrendo já há muito tempo e não se consegue quebrá-lo, rompê-lo. Nós celebramos recentemente os 25 anos da Constituição, e o capítulo V do título VIII da Comunicação Social praticamente não foi regulamentado. Existe, inclusive, uma ADO, Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão, que o professor Fábio Konder Comparato elaborou, e está no Supremo Tribunal Federal, pedindo que interceda para que o Congresso regule as normas da Constituição, que estão lá e não são regulamentadas.

Por que a regulação dos meios de comunicação não é debatida pela grande mídia?

V.A.L. – A mídia brasileira não discute a si mesma. Interessante, porque no processo argentino, por exemplo, como o domínio do grupo Clarín era tão grande, eles fizeram inclusive campanhas, usando argumentos que são repetidos aqui. Os mesmos argumentos, o do controle remoto, o de que as novas tecnologias fazem com que toda discussão sobre propriedade cruzada já não faça sentido, argumento que inclusive o ministro das Comunicações tem repetido aqui. A mesma coisa, só que no Brasil não se faz a discussão, não se faz o debate publicamente. Temos avançado porque as formas alternativas de acesso a alguma forma de espaço público – sites, blogs, redes, etc. – têm possibilitado um pouco isso.

O que a regulação da mídia vai trazer de benefícios para o cidadão comum?

V.A.L. – Essa é uma questão muito interessante. Recentemente escrevi uma introdução para o livro do

Pedrinho Guareschi [O direito humano à comunicação. Pela democratização da mídia], em que eu falo exatamente isso. Uma das dificuldades daqueles que lutam pela liberdade de expressão é traduzir para o conjunto da população essas questões de Comunicação, de tal forma que as pessoas compreendam que o direito à Comunicação, o acesso ao debate público, etc., é algo que tem a ver com o cotidiano de cada um de nós, que nos afeta no dia a dia. É muito dificil fazer isso, mas existem várias formas de mostrar esses benefícios. Vou começar com um exemplo simples.

Está na Constituição, no artigo 221, que a programação de rádio e televisão deve se orientar por alguns princípios. Um deles é a questão da produção regional. De priorizar a produção regional, feita por cultura nacional, educativa, e a produção independente. Imagine, num país do tamanho do nosso, regularizar e disciplinar, por lei, um princípio como esse. Em cada Estado ou região brasileira, ter estímulo para produção cultural, jornalística, educativa, local, feita por produção independente local. Isso tem repercussões na formação profissional, no mercado de trabalho, na economia, porque, por exemplo, a produção independente vai gerar emprego, terá uma cadeia produtiva que será criada, incentivada. Isso terá efeito em longo prazo até na identidade das pessoas, que vão se ver representadas na programação de rádio e televisão. Isso hoje só acontece em relação aos excluídos, aos pobres, aos miseráveis, que são motivo de chacota nos programas policiais locais.

Hoje há uma consciência muito maior em relação a isso, mas as implicações da regulação, do que já está na Constituição, seriam imensas. Imagine, por exemplo, a questão da programação dirigida às crianças em relação, por exemplo, à alimentação infantil. Há algum tempo houve uma regulação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que tentava disciplinar a propaganda de alimentos que tinham excesso de gordura e açúcar, etc., e a Associação brasileira de empresas produtoras de alimentos entrou na Justiça, alegando que aquilo a ANVISA não podia regulamentar, porque era norma constitucional, que tinha que ser regulamentada por lei complementar. E ganhou.

Na Lei de Meios argentina, por exemplo, criou-se inclusive um organismo para cuidar especificamente dessa questão, como existe no mundo inteiro. Isso é que nós não conseguimos fazer: uma discussão para mostrar a quem tem filho pequeno, questões desse tipo. A questão do parágrafo V, do artigo 220, que fala que não pode ter oligopólio, nem monopólio, imagine que, também na lei argentina, há a reserva de 33% das concessões de rádios e televisão para sindicatos, universidades, organizações de povos originários,

cooperativas, igrejas, uma alteração desse tipo muda não só o cenário da Comunicação, mas muda o mercado de trabalho, as profissões, a formação profissional, muda muita coisa na sociedade. No entanto, isso é muito difícil de as pessoas perceberem. Sobretudo, quando se naturaliza um processo como se ele fosse único, e não discute as alternativas que se pode ter para um processo que já está aí há muito tempo. Então, os beneficios para a população são imensos, só que muitas vezes é difícil mostrá-los.

Qual é o papel de entidades como os Conselhos Regional e Municipal de Comunicação Social, ou o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC)?

V.A.L. – Eu me sinto um pouco Dom Quixote com esses Conselhos, brigando contra os moinhos de vento. Tenho falado há muitos anos que, do ponto de vista de estratégia política para mobilizar setores mais amplos da sociedade para a questão da liberdade de expressão, entre outras, devíamos complementar a disputa, em nível nacional, com o que pudesse ser disputado em nível regional e local. Porque é mais concreto, mais objetivo.

Quando a Constituição de 1988 criou o Conselho de Comunicação Social como um órgão auxiliar do Congresso [Essa não era a proposta original, da emenda popular. Explico tudo no meu livro (Conselhos de comunicação social. A interdição de um instrumento da democracia participativa), publicado pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação] pelo princípio da simetria, as Constituições Estaduais, quando se adaptaram à nova Constituição, muitas criaram capítulos sobre a Comunicação Social. Além de um capítulo sobre Comunicação Social, foram criados também Conselhos Estaduais de Comunicação em nove estados e no Distrito Federal, tendo como referência o Conselho criado no Artigo 224.

Somente a Bahia, há pouco mais de um ano, instalou e colocou em funcionamento um Conselho Estadual de Comunicação como órgão auxiliar do Poder Executivo Estadual. Mal ou bem, ele está funcionando.

Houve também tentativa de criação no Rio Grande do Sul, em Alagoas e em Minas Gerais. Mas são processos, cada um com a sua peculiaridade, que não funcionam. Esses Conselhos, seriam apenas órgãos auxiliares, dependendo das propostas, do Poder Executivo, ou das Assembleias Legislativas.

Mas qual seria a grande conquista desses Conselhos?

V.A.L. – Eles institucionalizariam um espaço regional, estadual, para discussão das questões de Comunicação. Nós não temos Fóruns institucionalizados de debate

dessa questão como política pública, que interessa a todo mundo. E esses Conselhos Estaduais poderiam influir, opinar, propor, interferir na formulação dos Planos Estaduais de Comunicação, na aplicação dos recursos estaduais para a área de mídia.

E poderia haver interferência na alocação desses recursos, aliás, dentro das prioridades definidas constitucionalmente, para multiplicar as vozes que são ouvidas no espaço público de cada Estado. Favorecer as rádios e tevês comunitárias, os jornais alternativos, os jornais de bairro, as iniciativas populares, poderia ter ao menos um espaço de debate, de discussão, de reflexão sobre essas coisas.

Porque uma das características da Constituição de 1988 é a descentralização administrativa e o aumento da participação popular, para a formulação, acompanhamento, avaliação de políticas públicas. E a Comunicação é uma dessas áreas, só que essas coisas não acontecem. Mas seria um caminho, inclusive do ponto de vista de estratégia política. Não é uma questão fácil, porque os interesses que ficam às vezes evidentes em nível nacional se reproduzem em nível regional, estadual e local.

Cláudia Nonato é editora executiva da revista Comunicação & Educação, do Departamento de Comunicações e Artes da ECA-USP

Rádio e TV dos trabalhadores: uma utopia a ser realizada

• Laurindo Leal (Lalo) - Professor - USP



O Brasil ou parte dele na TV

POR LAURINDO LALO LEAL FILHO*, EM REVISTA DO BRASIL - PUBLICADO EM 14.2.2012

* Laurindo Lalo Leal Filho, sociólogo e jornalista, é professor de Jornalismo da ECA-USP. É autor, entre outros, de "A TV sob controle - A resposta da sociedade ao poder da televisão"

O Brasil que se vê na TV está restrito ao Rio e a São Paulo, salvo raras exceções. Exibem-se nas novelas e nos telejornais, lindas paisagens e graves problemas urbanos dessas metrópoles para todo o país.

Fico a me perguntar o que interessa ao morador de Belém o congestionamento da Marginal do Tietê, exaustivamente mostrado pelas redes nacionais de TV? Não haveria fatos locais muito mais importantes para a vida dos telespectadores do Pará do que as mazelas da capital paulista?

No entanto, o conteúdo que vai ao ar não é determinado pelos interesses ou necessidades do telespectador e sim pela lógica comercial. Para o empresário de TV local é mais barato e mais lucrativo reproduzir o que a rede nacional de televisão transmite, inserindo alguns comerciais da região, do que contratar profissionais para produzir seus próprios programas.

Para as grandes redes trata-se de uma economia de escala: com um custo fixo de produção, o lucro cresce à medida em que os anúncios são veiculados num número crescente de cidades.

Isso ocorre porque como qualquer outra atividade comercial a lógica do capital é a da concentração, regra da qual a televisão, movida pela propaganda, não escapa. Só que a TV não é, ou não deveria ser, apenas um negócio como outro qualquer.

Por transmitir valores, ideias, concepções de mundo e de vida, ela é também um bem cultural e não uma simples mercadoria. Dai a necessidade de ser regulamentada e ter os seus serviços acompanhados de perto pela sociedade.

Como concessões públicas, as emissoras têm obrigação de prestar esses serviços de maneira satisfatória, atendendo às necessidades básicas de informação e entretenimento a que todos têm direito. Caso contrário, caberiam reclamações, processos e punições, como ocorre em quase todas as grandes democracias do mundo.

Aqui, além de não existirem órgãos reguladores capazes de receber as demandas do público e dar a elas os devidos encaminhamentos, não temos uma legislação capaz de sustentar esse processo. Por aqui vale tudo.

E quem perde é a sociedade, empobrecida culturalmente por uma televisão que a trata com desprezo. Diretores de emissoras chegam a dizer, preconceituosamente, que "dão ao povo o que o povo quer".

Um caso emblemático da falta que faz essa legislação é o da produção e veiculação de programas regionais. Se o mercado concentra a atividade televisiva no eixo Rio-São Paulo, cabe à lei desconcentrá-lo, como determina artigo 221 da Constituição, até hoje não regulamentado.

Sua tramitação é seguidamente bloqueada no Congresso por parlamentares que representam os interesses dos donos das emissoras de TV.

Em 1991 a então deputada Jandira Feghali apresentou um projeto de lei estabelecendo percentuais de exibição obrigatórios para produção regional de TV no Brasil. Doze anos depois, em 2003, após várias concessões feitas para atender aos interesses dos empresários, o texto foi aprovado na Câmara e seguiu para o Senado, onde dorme um sono esplendido até hoje.

São mais de vinte anos perdidos não apenas para o telespectador, impossibilitado de ver o que ocorre na sua cidade e região. Perdemos também a oportunidade de abrir novos mercados de trabalho para produtores, jornalistas, diretores, atores e tantos outros profissionais obrigados a deixar suas cidades em busca de oportunidades limitadas nos grandes centros.

Mas se os interesses empresariais das emissoras bloqueiam esse florescimento artístico e cultural, as novas tecnologias estão abrindo brechas nessas barreiras. O barateamento e a diminuição dos equipamentos de captação de imagens impulsionaram o vídeo popular e a internet vem sendo um canal excelente de divulgação desses trabalhos.

Combina-se a vontade e a capacidade de fazer televisão fora das emissoras tradicionais com a necessidade do público de acompanhar aquilo que acontece perto de sua casa ou de sua cidade.

O que não descarta a necessidade da existência de programação regional nas grandes emissoras, como forma de tornar o Brasil um pouco mais conhecido pelos próprios brasileiros.

Desafios imediatos e históricos da Comunicação das classes populares

- BETO ALMEIDA JORNALISTA TELESUL
- Leonardo Severo Jornalista
- Renato Royai Jornalista Revista Fórum
- VITO GIANNOTTI ESCRITOR E COORDENADOR DO NPC



"Lula e a mídia popular" e "O pecado capital do PT"

POR CARLOS ALBERTO ALMEIDA*

No momento em que escrevo esta introdução aos dois artigos que seguem, confirma-se a construção de uma blitz midiática contra o PT e a candidatura Dilma, com uma unanimidade envolvendo todos os grandes meios de comunicação, que realizam um discurso de desconstrução de todas as políticas adotadas pelo governo federal nos últimos 12 anos, cujos resultados foram reconhecidos por instituições internacionais como OIT, Unicef, Cepal,ONU, OMS etc.

O pior: não há o contraditório, pois as forças progressistas que estiveram no governos neste período não realizaram um esforço concreto para a construção de uma mídia própria para o campo popular. Tampouco empreenderam, de fato, uma luta política sistemática para buscar a aprovação de medidas legais visando regulamentar os artigos da Constituição Federal que impõe limites e regras à tendência oligopólica do setor comunicacional. Ao contrário.

Bem diferente disto, tal como é abordado nos dois artigos que seguem, em outros países da América Latina, também dirigidos por governos populares, houve esforços sistemáticos que, a partir da consideração de que a mídia é uma questão estratégica de poder, assegurar a pluralidade, a diversidade, a desconcentração, enfim, mais democracia na comunicação.

Além disso, em vários destes países latinoamericanos foram implantados projetos que permitem o fortalecimento de iniciativas para o desenvolvimento da comunicação sindical, popular, comunitária, enquanto aqui no Brasil, até hoje, a mídia comunitária é proibida de ter acesso sequer á mídia institucional, uma discriminação absolutamente inconstitucional.

Em resumo, o desafio que enfrentamos agora é o mesmo de sempre: não é possível assegurar democracia de fato sem que os trabalhadores , as forças populares organizadas, também tenham em mãos instrumentos de comunicação de massa. O PT e demais forcas progressistas, incluindo os sindicatos, ainda estão desarmados midiaticamente para o gigantesco enfrentamento que estamos realizando, no qual, a intervenção imperialista se manifesta em vários setores da sociedade, mas, sobretudo, no campo da comunicação , seja financiando diretamente os magnatas da mídia, seja por meio de pesquisas

e projetos que financiem a elaboração de uma linha teórica e prática contra o fortalecimento das mídias públicas, estatal e comunitárias.

1. Lula e a mídia popular [publicado em 14.8.13]

Assisti pela Telesur, em transmissão ao vivo, à íntegra do excelente discurso de Lula na reunião Foro de São Paulo, realizada no final de julho, na querida Sampa, que voltou a ser dirigida pelo PT e aliados. Tentei ver pela TV Brasil, mas ela não transmitiu. Foi importante , como tem sido, a presença protagonista da Telesur nesta reunião do Foro de São Paulo, também pelo fato de que ali se rendeu homenagem e reconhecimento ao legado de Hugo Chávez.

Chávez, o comunicador

Um dos importantes legados de Chávez, excelente comunicador, foi exatamente o de ter construído não apenas a Telesur - para a integração informativocultural dos povos do sul - mas também por ter realizado importantíssimas medidas para construção de uma mídia pública e popular na Venezuela, como a Radio Del Sur, a Vive TV, a Agencia Bolivariana de Notícias, os jornais Correo Del Orinoco (que já teve como redator, no século XIX, o brasileiro Abreu e Lima, militar revolucionário pernambucano que lutou ao lado de Bolívar) e Ciudad Caracas, de distribuição. Além disso, Chávez montou programas de fomento e expansão qualificada da mídia comunitária, TV e Rádio, que hoje recebem apoio do sistema financeiro público para a compra de equipamentos, para cursos de formação, para a formação de recursos humanos.

Como Chávez, Lula também é craque em comunicação. Sua inteligência e intuição políticas revelam-se claras pelo modo direto, dialético e persuasivo de comunicar e argumentar. Evidentemente, nem sempre a agenda da democratização da mídia caminha no ritmo esperado ou desejado, sobretudo quando os governos progressistas de Lula e Dilma foram e são, em boa medida, reféns do Congresso, sobretudo para esta pauta da comunicação.

Chávez, merecidamente homenageado nesta edição do Foro de SP, fez alianças transitórias com alguns setores da política venezuelana, mas foi construindo uma maioria parlamentar que lhe possibilitou também medidas mais audaciosas em muitos campos da política, em particular na mídia. Aqui no Brasil esta agenda está tão travada que até mesmo o Ministro das Comunicações se sente no direito de usar as Páginas Amarelas da Veja para insultar a militância petista afirmando, com um raciocínio intelectualmente falso e rude, que regulamentação da comunicação é censura. Censura é como a comunicação funciona hoje, com poucas vozes falando, concentradamente, com a sustentação financeira do próprio governo.

O que é notícia, afinal?

Pena que a TV Brasil, sintonizada num misterioso critério jornalístico, optou por não dar ampla divulgação a esta edição do Foro de SP, que reuniu os partidos da esquerda latino-americana que estão transformando profundamente as estruturas de vários países da região. Será que isto, por si só, não é retumbante notícia? Bolívia, Venezuela e Equador, cujos partidos dirigentes estavam ali representados, não possuem mais analfabetismo! Isto não é notícia? Aproximadamente 3,5 milhões de cidadãos latino-americanos foram salvos da cegueira pela Operação Milagro, por meio de cirurgias gratuitas promovidas por médicos cubanos e venezuelanos. Os partidos que organizaram esta Operação Milagro estavam bem ali, em Sampa... Isto não é notícia? A julgar pelo fato de nem mesmo o importante discurso de Lula foi difundido pela TV Brasil, mas apenas pela Telesur, que transmitiu ao vivo vários momentos do Foro de SP, parece que não era notícia relevante.

Lula abordou vários temas importantes, centrando-se na integração, lembrando que ali estavam os partidos que estão promovendo a integração regional. Citou, por exemplo, a participação brasileira na construção do Complexo Portuário de Mariel, em Cuba, que será o maior porto do Caribe, promovendo um salto na economia cubana e servindo a todos os países da região, alterando, sobremaneira, o comércio internacional para a região, haja vista que o Porto de Havana, atualmente, encontra-se esgotado, superado pelo porte dos novos navios. Tudo isto transmitido, ao vivo, por Telesur, que leva à prática o que Lula dizia no próprio discurso ao elogiar Hugo Chávez. Telesur estava ali realizando, concretamente, a integração informativo-cultural.

Mas, onde estava a TV Brasil? Onde anda a TV Brasil Internacional? Tomei ciência de um comentário de Lula registrando que, em suas viagens por inúmeros os países da América Latina, por onde anda, ele constata que lá está a Telesur. Aqui no Brasil, apenas três resistentes e teimosas TVs Comunitárias retransmitem o sinal da Telesur, a TV Cidade Livre de Brasília, a TV Comunitária do Rio de Janeiro e a TV Floripa, da capital catarinense. Durante o governo de Roberto Requião, a TV Paraná Edcucativa também firmou convênio de cooperação com a Telesur, realizando a nobre tarefa da integração informativo-cultural, tal como inscrito na Constituição Brasileira de 1988.

A Telesur, inaugurada em 24 de julho de 2005, acaba de completar 8 anos de existência. Inicialmente, a então Radiobrás criou um Canal Integración. Sonhamos com uma parceria, com uma cooperação. Esperava-se que convergisse para a aplicação, no plano comunicativo, dos dispositivos constitucionais e, também, da política externa brasileira que vem avançando na linha da integração latino-americana. No campo da comunicação, não é verdade.

Sonegação informativa

Os legados de Chávez, em várias áreas, impulsionando, militantemente, enquanto pode, o Banco do Sul, a Petro Sul, a Petro Caribe, a ALBA, o Banco Alba a Unasul, a Celac e a própria Telesur, fazem parte do elenco de conquistas e obras que Lula reconheceu em Chávez. Lula, por sua vez, também vem impulsionando várias iniciativas integracionistas, entre elas muitas junto com Chávez, mas também a UNILA (Universidade da Integração Latino-americana) e a UNILAB - Universidade da Integração Luso-Africana-Brasileira. O Laboratório de Bio Manguinhos realiza há anos uma importantíssima parceria com o Laboratório Finley, de Cuba, para a produção de milhões de doses de vacinas contra a malária para distribuição na África, a preços 90 por cento inferiores aos preços do mercado internacional. Essa é uma notícia retumbante mente desconhecida aqui no País, mas Telesur a divulgou.

O Brasil também tem colaborado com Cuba em matéria de saúde no Haiti. Tudo isto prova que há muita coisa caminhando em matéria de integração. Mas, também prova que não há explicação razoável para que os dois governos, Lula e Dilma, não tenham avançado na integração informativo-cultural, com parcerias amplas com a Telesur. Aliás, há um convênio firmado entre TV Brasil e Telesur, mas não é colocado em prática. Recentemente, criou-se uma união das agências publicas de notícias da América Latina, o que deve ser saldado. Torna ainda mais incompreensível que estas parcerias não cheguem à Telesur, que está totalmente aberta à cooperação.

Construir nossa própria mídia

Mas, a intenção original deste artigo, refere-se à proposição que Lula fez neste discurso transmitido pela Telesur, para que as forças populares tenham a sua própria mídia. "Paremos de reclamar, usemos os instrumentos que existem, a internet e as redes sociais" foi, em resumo o chamado de Lula. Ele também externou sua preferência pelo campo digital, em relação ao impresso.

Ocorre que, enquanto a agenda da regulamentação da comunicação estiver travada no Governo e o no Congresso- hostilizada, injustificadamente, até por ministros petistas – as iniciativas que as forças progressistas podem adotar, hoje, para construir uma mídia popular, sem necessidade de mudar a Constituição, estão no campo impresso, combinadamente com o campo digital. Não há contradição, nem se excluem a comunicação impressa e a digital. Elas se complementam. Quando nasceu o rádio, disseram que o jornal ia acabar. Quando nasceu a televisão, também disseram que o rádio e o jornal iriam se acabar. Como vemos hoje, eles se complementam cada vez mais. E em seu mais recente congresso mundial, a Federação dos Editores de Jornais, os magnatas da mídia, informou que o número de exemplares de jornal impresso tem se elevado. Sobretudo, com o advento dos jornais de distribuição gratuita, uma modalidade que vemos, de forma expandida, também aqui no Brasil também.

Oportunidade histórica

Se não tomarmos, as forças populares, os intelectuais, jornalistas, pensadores, lutadores, uma medida para a organização de uma iniciativa de mídia impressa e digital, para fazer jornalismo transformador, como hoje ocorre na Argentina, Bolívia, Equador, Venezuela, Uruguai e Nicarágua, estaremos perdendo uma grande oportunidade histórica. Primeiro porque, aqui no Brasil há 50 por cento de capacidade ociosa da indústria gráfica e o país registra uma das taxas de leitura de jornal mais baixas da América Latina, perdendo para a Bolívia. Além disso, o jornalismo empresarial, convencional, vinculado ao capital, está em fase decadente, com jornais fechando ou perdendo a tiragem e a credibilidade, simultaneamente. É um momento excepcional para um jornal popular "pegar na veia do povo"!!

Vice-versa, a inexistência de qualquer veículo em papel impresso e de ampla circulação que faça o contraponto das políticas conservadoras que tentam a todo custo reduzir a pó (pelo menos midiaticamente) as conquistas dos governos progressistas dos últimos dez anos e difundir falsa propaganda de "crise", "caos" e "estagnação" claramente orientada à renovação conservadora do poder político, conduz um enorme público potencial a ficar refém da manipulação de redes sociais orientadas e projetos de engenharia social que tendem a negar ou invisibilizar as inquestionáveis conquistas sociais. Se se fala em pluralismo informativo, deve-se garantir a "par conditio", condições iguais no embate informativo, hoje totalmente assimétrico em favor da mídia privada e muitas vezes, golpista.

Em todos esses países hermanos citados acima, o jornalismo de missão pública, refletindo o pensamento das forças progressistas que apoiam os respectivos processos de transformações em cada um destes países, é impresso e digital. Não é um contra o outro. São os dois juntos. Assim como não podemos nos dar ao luxo de deixar os magnatas da mídia acabarem com a Voz do Brasil, a experiência com a tecnologia oriental mas sistematizada pelo alemão Guttemberg, a imprensa, ainda é praticamente inacessível à grande massa do nosso povo. Mas, aqui estamos falando, sobretudo, de jornalismo, que é diferente de bloguismo. Sendo salutar, o bloguismo não substitui a necessidade de fazer jornalismo transformador, de missão pública.

Jornalismo e Bloguismo

Um exemplo do jornalismo que faz toda a diferença é o vigoroso trabalho de pesquisa e reportagem que a equipe de jornalistas dirigida por Raimundo Pereira fez para demonstrar que são carentes de provas as acusações lançadas pelo STF, para condenar dirigentes do PT por suposto desvio de dinheiro público, do Visanet, que é um fundo privado.

Esta montagem só pode ser revelada, com exaustivo trabalho de jornalistas tarimbados, experientes, com pesquisa sistemática, revelando até que uma auditoria interna no Banco do Brasil não apontou irregularidade. O que, por outro lado, escancara o inusitado comportamento de uma instituição como o BB, que optou por não se defender das infundadas acusações que recebeu da mídia e em declarações de autoridades do judiciário.

Imaginemos, então, se tivéssemos uma equipe de centenas de jornalistas, espalhados por todo o território nacional, funcionando como uma orquestra, afinada, no compasso, com uma linha editorial democraticamente elaborada e destinada a revelar o novo que já está surgindo no Brasil vai pouco a pouco vencendo situações extremas de miséria e pobreza, quanto não poderíamos fazer!

Seria um novo marco no jornalismo brasileiro, uma nova ideologia da notícia, sem dúvida! Imaginem um esforço concentrado de reportagem para revelar os indecentes privilégios dos ricos no Brasil, dos rentistas que vivem a sabotar as políticas públicas, como as cotas e o Bolsa Família, mas não pagam IPVA dos seus iates! Relevar didaticamente a vinculação política do discurso do suposto descontrole da inflação e da pressão pela alta dos juros, com o interesse de sabotar as políticas econômicas que visam fortalecer os investimentos na expansão produtiva. Como seria didático e politicamente educativo. Mas, hoje, pelas opções da Secom, estamos tomando uma surra por dia nesta batalha midiática tão decisiva politicamente.

A derrota informativa

Neste exato momento, existem 814 hospitais sendo construído sou reformados em todo o Brasil, e esta informação não circula, e não se dialoga com os manifestantes que reivindicam "saúde padrão Fifa". Para o PT, o governo e as forças progressistas que o sustentam, terem como dialogar com essa juventude rebelada é preciso ter instrumentos de grande alcance, com um pensamento que se elabore no dia a dia. È preciso uma linha editorial que dialogue com o governo, apoiando-o e também criticando, dialeticamente, para que se supere, se corrija e avance quando tem falta de força e coragem. Isso é jornalismo.

Durante o governo Lula, aproximadamente 50 mil dentistas foram contratados para o SUS. Esta informação pouco circulou. Agora, quando o governo Dilma pretende, acertadamente, contratar 15 mil médicos em caráter de urgência, até do exterior, para não deixar rolar o "crime social" de deixar parte da população sem assistência, surge uma turbulenta e falsa discussão levantada pelas representações médicas. Contribui, tremendamente, para esta desinformação generalizada, a ausência de um jornalismo popular, de largo alcance, de milhões de exemplares de jornal, distribuídos gratuitamente ou a preços módicos, como em vários destes países citados acima. E, evidentemente, todas estas informações também estariam no formato on-line do jornal. Estamos perdendo a batalha da comunicação, quando temos tudo para ganhá-la!

È preciso estar atento ao fato de que, segundo pesquisas, 80 por cento do conteúdo compartilhado entre os integrantes das redes sociais durante as manifestações de junho, referiam-se a conteúdos produzidos pela grande mídia tão criticada pelos blogueiros e em algumas manifestações. Com um jornal popular, com informações elaboradas provando a possibilidade histórica de um jornalismo como missão pública, teríamos a condição de mostrar a relevância e a urgência de certos programas sociais, como o Mais Médicos, bem como de explicar, didaticamente, o papel desempenhado pelos laboratórios farmacêuticos e pelas transnacionais de equipamentos hospitalares na influência que exercem sobre a categoria médica e sobre um determinada modalidade de medicina.

Rádio Comunitária para o Timor Leste

Ou seja, atendendo o próprio chamado de Lula, façamos a nossa mídia, paremos de reclamar. No dia 11 de julho de 2009, encontrei-me com Lula no Timor Leste. Eu fui portador da entrega de uma rádio comunitária para a universidade timorense, doada pelo Comitê Brasiliense de Solidariedade ao Timor Leste. Por uma destas coincidências da vida, a doação foi feita ao presidente do Timor Leste, Xanana Gusmão, na frente de Lula, em solenidade a ele dedicada. A rádio está instalada em Dili, funcionada normalmente, divulga música brasileira, o idioma português e também promove radio-jornalismo. Se nos chegasse o apoio da Agência Brasileira de Cooperação, teríamos continuado aquela cooperação enviando para lá jornalistas para formar radio-jornalistas e também professores de português. Foi lá em Dili, naquele calor oceânico, que Lula, certamente sensibilizado pelo gesto da doação da rádio, me chamou em particular e disse "Nosso governo tem uma dívida com o movimento das rádios comunitárias e queremos saldar esta dívida. Me procure quando voltar ao Brasil".

Na semana passada, quatro anos depois, o governo editou uma portaria que permite, finalmente, o acesso das rádios comunitárias à publicidade institucional, sob o egocêntrico protesto dos magnatas da Abert que querem todo o bolo publicitário para as grandes rádios. A Portaria é uma boa medida. Mesmo que tenha demorado. Falta, apenas, incluir as TVs Comunitárias, excluídas pela Lei 12.485, das TVs Pagas, do acesso à publicidade institucional. Como é possível que um estado legalize a atividade das TVs comunitárias, mas, ao mesmo tempo, veda seu acesso à publicidade institucional? Estamos com uma ADIN no STF, simplesmente pedindo isonomia.

O governo, que criou uma Secretaria de Economia Solidária, ainda não se deu conta de que a comunicação comunitária é uma expressão de economia solidária. Quanto as TVs e rádios comunitárias poderiam fazer para divulgar, dialogar, informar, fazer cultura, fazer o processo de fruição cultural, cumprir com funções de utilidade pública, se tivessem um mínimo de estrutura, equipamentos e recursos humanos mais bem formados, se não dependessem tanto do voluntariado, do sacrifício de uns poucos? Quanto seria possível cumprir a Constituição em matéria comunicativa, realizando a regionalização, a diversificação e praticando a pluralidade informativa? Isto, sim, está ao alcance do governo.

Cooperativa do Jornal Popular

Um conjunto de forças populares que conseguiu eleger, por três vezes o presidente da república, uma das metas mais difíceis de alcançar na sociedade republicana, também terá condições de realizar a tarefa de construir um jornal popular. Que seja na forma de uma grande cooperativa nacional, reunindo pelo menos 1 mil jornalistas, intelectuais, artistas, pensadores e lutadores sociais. Com projeto claro e viável- já tivemos outros na história do jornalismo brasileiro e internacional – teremos força e autoridade para apresentar projetos junto ao BNDES, banco público que já se mostrou aberto ao apoio creditício a outras grandes empresas de mídia. Essa cooperativa, além de produzir jornal impresso e, obviamente, on-line, deve ter também a função de criar uma outra escola de jornalismo, um jornalismo não refém da cartilha de mercado, mas um jornalismo com capacidade de ler, interpretar e dialogar com uma sociedade e um povo em transformação.

Hoje, constata-se uma contradição de efeitos negativos, ainda não plenamente dimensionados: os milhões de brasileiros que ingressaram no mercado de trabalho formal, no mercado de consumo, no mundo do estudo, dos serviços públicos, elevam-se em aspirações e exigências, mas, ante a ausência de um canal de diálogo cidadão, libertador, emancipador, culturalmente questionador e elevado, permanecem prisioneiros de um diálogo com o padrão de rebaixamento culturalestético das Xuxas e Faustões da vida. Esse é o nosso desafio: dialogar com estes milhões, no dia a dia, não apenas em momentos eleitorais. Quantos fundos de pensões, que aplicam seus recursos diversificadamente, não poderiam também participar da construção desta empreitada cooperativa, juntamente com entidades dos trabalhadores.

Desafio

Certamente, o chamado de Lula para construirmos nossa própria mídia implica reconhecer o papel decisivo, e ativo, que ele mesmo pode ter na montagem desse novo jornalismo cidadão. Assim como Chávez (criou a Telesur e vários jornais populares), Evo Morales (criou o jornal Cambio e uma rede de rádios indígenas e campesinas), Rafael Correa (criou a TV pública, o jornal público, e a nova lei democrática de mídia) e Cristina Kirchner (criou a nova lei de mídia, apoiou a criação da Rádio das Madres Plaza de Mayo, recuperou a TV Nacional criada por Perón, criou a TV digital pública e gratuita com canais como a Telesur, canais infantil, desportivos, educativos, além de jornais populares), Lula, que criou a TV Brasil, a TVT e reabilitou a Telebrás (hoje paralisada pelo Minicom), seria nosso presidente de honra também nesta Cooperativa do Jornalismo Popular. Uma conferência, um encontro nacional, deveriam ser convocados para discutir o formato, os estatutos, as filiações, a sustentação financeira, etc. Curioso que jamais um congresso nacional de jornalistas se dispôs a discutir uma proposta desta magnitude, não?

O papel de Lula é central, assim como foi importante o papel de Vargas na criação da Rádio Nacional, da Rádio Mauá (emissora pública educativa com programação destinada aos trabalhadores, com redatores como Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Cecília Meirelles, Nestor de Hollanda), na criação do Instituto Nacional do Cinema Educativo (com os geniais Roquete Pinto e Humberto Mauro), e, finalmente, o jornal Última Hora, diário popular e nacionalista, que marcou uma

época de ouro no jornalismo brasileiro, agora, temos, creio, o direito de sonhar que Lula nos convoca e nós também o convocamos a liderar mais esta iniciativa de mídia popular para... continuar mudando o Brasil.

Se foi possível às forças de esquerda eleger três vezes seguidas presidente da república, como não será possível organizar nossa própria mídia, um jornalismo popular, impresso e digital? Mas, enquanto isso, permanece sem explicações e justificativas, a falta de uma parceria efetiva brasileira com a Telesur, fazendo com que a política de integração latino-americana seja também praticada no campo da integração informativo-cultural.

2. O pecado capital do PT [publicado em 19.9.2012]

Qualquer movimento popular que chega ao poder, pelas armas ou pelo voto, tem como preocupação central expor ao povo as razões de sua luta, suas motivações, suas energias fundamentais, seus propósitos, suas alianças, seus programas, suas estratégias e, principalmente, suas ações práticas, voltadas para atender os pressupostos básicos de sua filosofia política, em atendimento evidente à realidade segundo a qual a luta política é, essencialmente, luta de classes, que se expressa no controle político do Estado.

Por isso, a providência imediata do movimento político antes e depois de chegar ao poder é o lançamento de sua própria publicação, tornando-a mais visivel possível no plano da comunicação pública, de modo a disputar, no mercado das idéias, o seu lugar, engajando-se na luta ideológica.

É uma ingenuidade imaginar que se chega ao poder e nele se possa permanecer sem que as ideias que chegaram ao poder não disponham de um canal essencial para que sejam difundidas, em vez de esperar que essa tarefa seja realizada pela mídia sustentada, fundamentalmente, pelo capital bancário especulativo, por exemplo, como é o caso brasileiro, ao longo de toda a Nova República, substituta do regime militar, sob orientação do Consenso de Washington, ainda, predominante, nas suas formulações ideológicas.

Essas idéias são antigas e foram elas que levaram Getúlio ao suicídio, em 1954, como alternativa política para lutar contra a desnacionalização econômica.

O lulismo-dilmismo, no poder, tenta manter uma estratégia nacionalista, utilizando os bancos estatais como porta-estandarte, que, agora, os próprios europeus, em colapso econômico, buscam imitar, como demonstra o reporter Assis Moreira, no **Valor Econômico**, nessa segunda feira.

Igualmente, Barack Obama, no início da bancarrota financeira, em 2008, tentou o mesmo, defendendo um banco de fomento americano para reverter a financeirização econômica desregulamentada, para salvar a economia sufocada pela especulação bancocrática privada.

Por não ter controlado o sistema financeiro e imposto uma estatização do crédito, para sustentar a produção e o consumo, o colosso capitalista imperialista se encontra em apuro total.

Vale dizer, a solução de Getúlio Vargas, que criou o BNDES e o colocou a serviço dos investimentos no capitalismo nacional, continua sendo a luz pela qual os cegos se buscam pautar, enquanto a grande mídia anti-nacional, entreguista, bancocrática, insiste na sua loucura antinacionalista, tentando anular, politicamene, os agentes dessa estratégia, como foi o caso de Lula e, agora, de Dilma.

Getúlio Vargas é solução global no plano econômico e político.

Cadê a imprensa nacionalista que o PT não criou para fazer o que a **ULTIMA HORA**, criada por Getúlio e editada por Samuel Wainer, fez em defesa dos interesses populares?

Tremendo vacilo histórico da esquerda. Infelizmente, o PT não entendeu até hoje que O PODER POPULAR EXIGE UM JORNAL POPULAR, maior lição de comunicação deixada por Getúlio, que jamais pagou para apanhar.

Uma suposta reportagem da **Veja**, na qual o publicitário Marcos Valério, sem dar entrevistas, "revelaria" seus segredos em que "incriminaria" Lula como o responsável pelo chamado mensalão — uma grosseira montagem — faz surgir novamente, com força, a necessidade de um jornal popular, democrático, de massas.

Sem ele, as forças progressistas ficam reféns, inertes e sem qualquer capacidade de resposta diante da verdadeira campanha de demolição de Lula, do PT e dos valores políticos defendidos pelas forças populares.

Nos países em que há governos populares na América Latina, foram criados mecanismos de comunicação popular, seja com nova leis de comunicação, como na Argentina, Venezuela e Equador, fortalecendo a TV e o rádio públicos, mas também houve o florescimento de jornais populares com capacidade de fazer a batalha de idéias com a imprensa conservadora sistematicamente sintonizada com as ideologias e os interesses dos EUA, e dos oligarcas nativos.

No Brasil já houve um jornal, cuja criação foi estimulada pelo Presidente Vargas, o **Última Hora**, que foi sufocado após o golpe de 1964.

A decisão recente da Secom de inverter a política de distribuição descentralizada das verbas publicitárias federais da era Lula, que alcançavam numerosas cidades, veículos, inclusive os de menor porte, é um retrocesso. Favorece os conglomerados de mídia que estão em campanha permanente, sonhando com a desestabilização do governo Lula e agora da Dilma, e também com a inviabilização definitiva de Lula, com a novela do mensalão.

É pagar para apanhar.

Enquanto isso, não se fortalece a comunicação pública e estatal, prevista na Constituiçao, pois o governo não avança na aplicação do artigo 224 da Constituição.

Nem é preciso esperar um novo marco regulatório para isto, é preciso aplicar o princípio constitucional na distribuição de novas concessões de rádio e tv que privilegie a comunicação pública, visando claramente alcançar o equilíbrio com a comunicação privada, escandalosamente predominante, seja em número de concessões, seja no maior bocado de verbas publicitárias — recursos públicos — que o governo lhe presenteia.

São exatamente estes conglomerados, representantes do capitalismo informativo/desinformativo, que querem golpear a Voz do Brasil, programa que enorme audiência, talvez o único a fornecer informações sem o crivo deformado do mercado para uma grande massa de brasileiros, em todos os grotões deste país, massa que é praticamente proibida da leitura de revistas e jornais.

É preciso apoiar a decisão da Liderança do PT na Câmara Federal, que retirou este projeto apadrinhado pela ABERT da pauta de votações.

Sua aprovação seria grave retrocesso no direito de informação do povo brasileiro e um golpe contra uma experiência positiva e concreta de regulamentação informativa hoje em prática no país.

Para completar, TVs e Rádios comunitárias são impedidas do acesso a mídias institucionais.

Porém, havendo decisão política, o sonho de um novo jornal como o **Última Hora**, não é algo tão inalcançável.

Aliás, os congressos do PT já aprovaram a construção de um jornal de massas. Só falta aplicar. Quem elege três vezes um presidente da república, tem força e apoio para esta nova empreitada democratizadora, indispensável, urgente.



Comunicação para a disputa de hegemonia

POR VITO GIANNOTTI*

comunicação ao longo dos séculos e dos milênios, veremos que estas sempre foram o instrumento de comunicar o olhar de alguém sobre determinado fato. Um olhar de um indivíduo ou grupo social para mostra e muitas vezes para convencer pessoas ou grupos de determinada visão. À medida que as formas de comunicação avançavam, aparece cada vez mais nítido o objetivo de levar outros a pensar de uma determinada maneira. Para isto serviam, desde as pedras das cavernas até inscrições em monumentos, imagem esculpidas em alto ou baixo relevo e, mais recentemente, livros. Imagens, monumentos e inscrições das mais variadas formas e técnicas próprias de cada época sempre serviram para esta finalidade.

a história das sucessivas formas de

Numa rápida olhada, percebemos que a comunicação raramente foi neutra. Claro, o livro a *Arte de Amar*, que o romano Ovídio escreveu dois mil anos atrás, não tinha pretensões de *'fazer cabeças'* em apoio ou combate ao imperador ou a um rival deste. Não tinha nenhuma pretensão de disputar a hegemonia na sociedade romana. O mesmo não se pode dizer do livro da mesma época, a *Guerra Gálica*, de Júlio César e nem de *A República* de Platão, de séculos antes. Estes eram livros que se encaixavam na realidade política do seu país e que teriam uma influência num sentido ou em outro. Gutemberg também não inventou um instrumento neutro.

Cada *Bíblia* que, naqueles meados doséculo do pré-Renascimento e ra impressa graças à descoberta daquele monge alemão, tinha um objetivo definido. Visava ganhar a adesão de milhares de fiéis para se tornarem mais fiéis a Deus, ao senhor, ao imperador ou ao rei. Mas, a nova descoberta servia também para difundir ideias contrárias ou não alinhadas automaticamente ao sistema dominante. Havia livros contestatórios, subversivos da ordem vigente. Basta pensar em *A cidade do sol* de Tommaso Campanella ou *A Utopia* de Thomas More, ou nas obras de Giordano Bruno ou Galileu Galilei. Quando, na Europa, surgiram e se multiplicaram as primeiras folhas impressas, não se imaginava que estas fossem as antecessoras dos jornais. No século XVII começaram os primeiríssimos jornais que se firmaram como publicações regulares com o advento do sistema capitalista. Muitos pensavam que o jornal seria puramente um instrumento para informar. Nada mais. Mas, ao contrário, o jornal lido em círculos de interessados foi o grande instrumento de divulgação das ideias do liberalismo, base do capitalismo inglês e dos ideais da Revolução Francesa de 1789.

O século XIX pode ser definido de mil maneiras. De modo geral podemos dizer que foi o século da implantação e consolidação do capitalismo. Certo, foi o século do capital, das fábricas e... do jornal. Junto com as fábricas, com suas enormes chaminés, nasceram as gráficas e com estas, os jornais. Jornais para quê? Para informar? Claro, informar sobre navios que chegavam e partiam dos portos da Europa para o mundo. Informar sobre as descobertas, os novos produtos e também noticiar os que na França se chamavam faits divers, sim, fofocas ou amenidades. Mas isso era só o que aparecia. O objetivo que um burguês dono de uma ou mais fábricas, ou de um grupo deles, tinha ao fundar um jornal, era bem outro além de informar. Era formar. Formar as cabeças, moldá-las. Como se diria hoje, ganhar 'corações e mentes' do povo, dos seus compadres, da massa, dos exércitos, ou da burocracia estatal.

Enfim da base da sociedade, que os donos dos jornais que estavam nascendo queriam que a aceitasse como natural, boa, justa, sobretudo imutável.

O século XIX, século do capitalismo industrial, precisava se legitimar, ter o apoio da sociedade.

Precisava do 'consenso', como Gramsci teorizará no século XX.

Foi assim, que no século do capital, o jornal passou a ter um papel fundamental na difusão das ideias burguesas. Das ideias, isto é dos valores. Legitimação da escravidão, naturalização das guerras coloniais para a santíssima Europa poder viver em paz. E difusão, em alguns países, das ideias republicanas da tal Revolução Francesa. Essa era a modernização apregoada. Isso era levar a 'civilização 'europeia para o resto do mundo 'não civilizado'.

Foi graças a ele, ao jornal e à força dos exércitos que sempre iam junto com os jornais, que essas ideias e valores se tornaram dominantes. Ideias dominantes para garantir exércitos dominantes. Tanto é verdade que, logo, os movimentos dos trabalhadores, os sindicatos e os partidos políticos que simpatizavam com os trabalhadores se preocuparam em fazer seus jornais. Para divulgar, difundir as ideias de sua classe e seu projeto de sociedade e de mundo.

Na Inglaterra, o país do capitalismo, logo após a revogação da proibição de qualquer associação de trabalhadores, o tal "Combination Act", de 1824-25, se organizam sindicatos. As uniões, como eram chamados lá. Logo que foi permitido existir sindicato, nasce em Manchester a União dos Tecelões de Algodão. Nasce um sindicato, e logo em seguida, o jornal sindical A Voz do Povo que, já em 1830, alcançava a tiragem de 30 mil exemplares. Na industrializada Alemanha, na passagem do século XIX para o século XX, em cada cidade com mais de cem mil habitantes existia um jornal local do Partido Social Democrata Alemão (SPD), o maior partido socialista do mundo. Só para se ter uma ideia, o SPD, em 1914, possuía 203 jornais com um total de 1,5 milhão de assinaturas.

Ao ouvir o nome do comunista italiano Antonio Gramsci, os que o conhecem, logo o associam com o jornal que ele fundou e dirigia, *L'Ordine Nuovo*, e depois com *L'Unitá*, órgão do partido que ele ajudou a fundar no distante 1921. Ainda hoje, em 2014, o jornal *L'Unitá*, órgão do partido que sucedeu à auto-extinção do antigo Partido Comunista Italiano, o chamado Partido Democrático, se referencia em Gramsci. Ostenta no seu logotipo os dizeres, '*L'Unitá* – *Um jornal fundado por Gramsci*'. Este era o peso

de um jornal de esquerda, no caso, comunista, no começo do século XX.

Passando da Europa para o Brasil, veremos, mais adiante, que, já em 1919, mesmo com uma classe operária pequena, menos de 200 mil trabalhadores, existiram dois jornais diários: *A Plebe*, em São Paulo, e *A Hora Social*, em Recife. E havia uma grande quantidade de jornais populares, tanto nas capitais, quanto em cidades menores.

E por que essa classe resolve fazer jornal? Para disputar sua visão de mundo com a burguesia que difundia a dela por vários meios. Por que jornais?

Porque jornal era o instrumento de convencimento que existia, na época, para disputar a hegemonia. Isto foi repetido e praticado, durante todo o século XX por Lênin, Rosa Luxemburgo, Trotsky, Gramsci e tantos outros revolucionários da Indochina de Ho Chi Min ao Peru de Mariátegui.

Hegemonia, Comunicação e Ação Revolucionária

O sentido originário da palavra hegemonia está intimamente ligado à ação. Conquistar a hegemonia não significa criar um clube de amigos que pensam de mesma maneira. Muito bem, todos concordam, e daí? A ideia deles é hegemônica, lá, naquele mundinho. Hegemonia é bem mais do que ter a adesão intelectual de um grupinho de coleguinhas. A ideia de hegemonia está ligada à ideia de toda uma visão de mundo, da política, da vida, que passa a ser dominante entre uma grande parcela da sociedade. Consenso de uma parte importante da sociedade que se traduz em ação, em supremacia, em dominação, em dar a direção. Em ação política. Assim, ter a hegemonia é dar a direção. A direção político-ideológica à sociedade.

O sentido original da palavra remonta aos gregos, com suas batalhas para espalhar seu domínio nas terras da antiga península da Anatólia e nos ricos vales dos rios Tigre e Eufrates, rumo à Índia. Para chegar a firmar este império era necessário que Alexandre, o Grande, garantisse sua hegemonia.

Garantisse a direção do seu exército contra o inimigo. Ele dava a direção, a voz de comando, o rumo a seguir. Este o sentido original de hegemonia, na arte da guerra dos gregos. Como se vê, não se trata de nenhum clube de filósofos para discutir a famosa

caverna de Platão. Hegemonia significava ação. Era obediência cega às ordens de ação do '*hegemon*', do dirigente, do chefe da ação. Ação mesmo: a guerra bruta e brutal. Isso, nos exércitos gregos de então.

Hegemonia Em Lênin E Direção Política Da Classe

Dois milênios depois, Lênin retomou o conceito de hegemonia e o aplicou à guerra entre as classes da Rússia do começo do século XX. Lênin, se tivesse feito uma tradução ou interpretação da visão de Marx sobre hegemonia, teria se referido a uma frase dele em *A ideologia Alemã*. Marx escreve: 'As ideias da classe dominada são, em cada época, as ideias da classe dominante'.

Gramsci, várias vezes reconheceu a paternidade leninista do conceito hegemonia. Ele reafirma: 'O princípio teórico-político da hegemonia (...) é a maior contribuição teórica de Ilitch à filosofia da práxis'. Ilitch era como Gramsci referia-se a Vladimir Ilyich Ulyanov, nome de batismo do líder da Revolução Russa.

Lênin deu um sentido bem definido ao novo conceito político: hegemonia como direção política. Direção a ser dada pela classe trabalhadora, por meio de uma sólida organização, no sentido de implantar uma nova ordem social.

Uma nova visão, uma nova direção do seu país e do mundo e uma nova ordenação: uma sociedade socialista, comunista.

De novo, hegemonia se liga diretamente à ação: construção de uma nova Rússia, uma Rússia que gradativamente seria definida como a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Uma Rússia com 'pão, paz e terra' para todos. Uma Rússia revolucionária. Sem czar e sua corte de parasitas, sem patrões exploradores, sem donos de todas as terras do poderoso Império Russo.

A tarefa de destruir o velho mundo e construir um novo necessitaria do convencimento e da adesão e da consequente ação de milhares, no começo, até chegar a milhões. Convencimento da necessidade da ação revolucionária. E ação organizada para concretizá-la, através da consolidação da união operária e camponesa.

Claro que Lênin não se iludia, ao contrário, sabia muito bem que esta ação revolucionária se encaixava

no contexto político geral. Deveria ser pensada e ser realizada em situações políticas concretas: crise, guerra e todas as outras condições objetivas. Não seria algo de gradativo somente. Mas, de qualquer maneira, precisaria ganhar milhões para a necessidade da ação revolucionária. Esta era um dos componentes essenciais para essa nova hegemonia e o nascimento de um novo país.

Para este objetivo havia duas funções que se entrelaçavam, com a mesma relação do côncavo e do convexo nas culturas orientais. Numa relação dialética, como repetia Lênin. O convencimento e a vitória em todos os domínios das forças revolucionárias eram as tarefas principais a serem cumpridas para preparar a revolução, para se chegar a ter a hegemonia. Uma era condição e, ao mesmo tempo, resultado da outra. Estávamos em 1902, 1904, 1905. Ainda faltavam uns 15 anos para a tomada do Palácio de Inverno. Lênin, em várias ocasiões, escreveu e falou sobre essas duas tarefas.

Há verdadeiros hinos à construção do partido, nos escritos de Lênin. É o tema que mais aparece nos seus inúmeros escritos, nesses anos. O partido, além de educar, politizar, organizar, planejar e coordenar a tomada do poder, deveria consolidar esta conquista política e criar as bases de um novo poder. Para Lênin, a ideia de hegemonia, vista como direção, se articula com partido, com vanguarda revolucionária. A bem da verdade, Lênin usou poucas vezes a palavra hegemonia. Mas o conjunto da sua visão, centrada na ação do Partido Revolucionário a ser construído, se baseia no conceito de hegemonia, visto como a direção comum da aliança entre os dois principais atores sociais envolvidos, os operários e camponeses. Este conceito, anos depois será usado na esquerda mundial a partir das reflexões do pensador-ativista, prisioneiro do ditador Mussolini, de 1926 a 1937, Antonio Gramsci.

Nos vários escritos do Lênin deste período, outro tema que aparece a toda hora e que se interpenetra com o de hegemonia é o da comunicação. Comunicação para a difusão da ideia da necessidade de acabar com o domínio do czar, com o sistema que o mantinha no poder. Como convencer os operários, as operárias, os camponeses, as camponesas e os soldados da necessidade de derrubar aquele regime de opressão e exploração? Como convencer milhões de operários e

operárias, camponeses, camponesas e soldados que a tarefa de todos era lutar por 'pão, paz e terra"? Como convencê-los da necessidade de criar um partido revolucionário?

Um partido que se comunica para disputar a hegemonia

Lênin não tinha dúvida: a primeira tarefa, a ação central do partido, era convencer milhões de operários, operárias, camponesas e camponeses russos de que o regime do czar precisava ser substituído por outro: um regime de justiça, o regime socialista. E o primeiro passo para esse partido cumprir sua missão era usar, usar e usar a ferramenta central que tinha à mão: um jornal.

A ideia da necessidade inadiável de 'um jornal para toda a Rússia' é repetida por Lênin quase com as mesmas palavras em vários escritos daqueles anos. Vejamos. Em 1901 escreveu duas páginas no jornal do partido, *Iskra*, por ele criado e que se tornaram uma pequena brochura com o título mais claro do mundo: *Por onde começar*. A resposta é imediata:

Segundo pensamos, o ponto de partida para a atividade, o primeiro passo prático para a criação da organização que desejamos e, finalmente, o elo fundamental que nos permitirá desenvolver, alargar e aumentar incessantemente essa organização deve ser a criação dum jornal político para toda a Rússia. Antes do mais, precisamos dum jornal; sem ele não será possível realizar de maneira sistemática um trabalho de propaganda e de agitação múltipla, baseado em sólidos princípios que em geral constitui a tarefa principal e permanente da social-democracia. (*Lênin*, Por Onde Começar, 1901)

Já dois anos antes, num artigo num jornal operário, Lênin tinha afirmado a centralidade do jornal e dado dicas da função pedagógica deste órgão: Só um órgão central do partido, consequente na difusão dos princípios da luta política e que mantenha bem alto a bandeira da democracia, será capaz de atrair todos os elementos combativos da democracia e aproveitar todas as forças progressistas da Rússia na luta pela liberdade política. Só então o ódio surdo dos operários à polícia e às autoridades poderá ser transformado num ódio consciente ao governo autocrático e na resolução de lutar decididamente pelos direitos da

classe operária e de todo o povo russo! (*Lênin*, O Problema Essencial, *em Rabotchaia Gazeta*, 1899)

Num dos seus textos mais famosos, O que fazer, de 1903, Lênin mostra a ligação íntima entre a comunicação e a ação: E se unirmos as nossas forças na publicação e difusão dum jornal comum, esse trabalho contribuirá para a preparação e promoção não só dos propagandistas mais hábeis, mas também dos organizadores mais capazes, dos dirigentes políticos do partido que tenham mais talento, que saibam, no momento oportuno, dar o sinal para o combate decisivo e dirigi-lo. (Lênin, O Que Fazer, 1903) Assim, nos inúmeros escritos e na prática do principal líder da Revolução Russa, a necessidade da comunicação para convencer e organizar as massas teve um papel central. A nova hegemonia, de operários, soldados e camponeses só seria possível com um partido que organizasse a luta revolucionária.

E, para isso, a ferramenta para começar era 'um jornal para toda a Rússia'. Isso falado e escrito num período de forte repressão a qualquer ideia e a qualquer organização que falasse de revolução. Lênin fala de jornal, ou seja, fala da comunicação. A comunicação que existia na época.

Naqueles distantes anos da primeira década do século XX, falar em comunicação era falar em jornal. Precariamente, estava começando a ser usado o telégrafo e um embrião de telefone. Mas, comunicação de massas só podia acontecer pela voz de oradores como o próprio Lênin ou de célebres oradoras, como Rosa Luxemburgo, Clara Zetkin e Alexandra Kollontai. Comunicação com milhares, ou por um palanque ou por um jornal.

Não havia o mar de instrumentos de comunicação de hoje. O rádio iria ser difundido uns vinte anos depois. O cinema, que tanto impressionou Lênin enquanto instrumento de construção de hegemonia, estava dando seus primeiros passos tímidos. Já nos primeiros dias da Revolução de Outubro, Lênin nomeou a bolchevique revolucionária de primeira hora e sua companheira, Nadejda Krupskaia, responsável por um incipiente setor de cinema. Poucos anos depois da tomada do poder, o cinema chegou com força às terras da nova União Soviética. Lênin ficou tão impressionado com o potencial de comunicação desse novo meio que chegou a afirmar, em 1922, 'de todas as artes, para nós, a mais importante é o cinema'.

Para o criador do Estado Soviético a construção e a consolidação da hegemonia, capaz de unificar a classe trabalhadora, estava intimamente ligada à difusão, no meio das massas, da necessidade do programa, do ideal da revolução. E isso necessitava de um partido sólido que difundisse suas ideias e seus ideais, de manhã, de tarde e de noite. Um partido que comunicasse suas ideias, propostas e planos. Com todos os instrumentos existentes: discursos, comícios, jornais e até cinema.

Hegemonia em Gramsci: consenso e força

A ideia de hegemonia, no campo comunista, foi retomada pelo filósofo--prático e ativista político Antonio Gramsci. No início ele retoma o conceito de hegemonia de Lênin, como direção política da luta dos trabalhadores. Nos seus *Cadernos do Cárcere*, no final da década de 1920, e na de 1930, aprofunda o conceito de hegemonia, no sentido em que era usado, desde o começo, por Lênin, mas dará ênfase no aspecto da criação de um novo consenso. Hegemonia como 'direção cultural e moral da sociedade'.

Para esse trabalho de convencimento é necessária uma forte atividade contra-hegemônica. Uma atividade que vise criar uma nova cultura, novas bases de comportamento. É necessário criar e conquistar milhões para uma nova visão de mundo, de sociedade com novos valores. É necessário combater e destruir a velha hegemonia da classe dominante e estabelecer uma nova, hegemonia da nova classe que deve dirigir o mundo, a classe trabalhadora.

Hoje falar em hegemonia é pensar imediatamente em quem detém a hegemonia política, econômica e militar no mundo. Claro que em pleno 2014 esta pergunta soaria vazia. A hegemonia é deles. Por enquanto, não há dúvida. Mas o que queremos destacar é que essa hegemonia não é só a das armas, do dólar e de todas as instituições internacionais criadas para este fim: ONU, OTAN, GATT, FMI, Unesco, FAO, ALCA, e mais trezentos e cinquenta parecidas. A hegemonia, que nasce no âmbito da produção, é garantida por uma nova visão cultural e moral, dizia Gramsci. Em qualquer filme norte-americano aparece no mínimo cinco vezes a bandeira dos EUA tremulando, em qualquer situação. Qual a função desta bandeira que aparece em qualquer situação? A palavra hegemonia explica.

Mas há outro indicador, muito mais explícito, do que é a hegemonia Ideológica mundial, base de todas as outras formas de hegemonia. Nesses filmes todos, onde sempre há alguma bandeira norte-americana à vista, a cada minuto ouvimos duas palavrinhas curtinhas, fáceis de decorar. É o xingamento preferido no país do Tio Sam: *fuck you*. Simples, nem precisa de tradução, todo mundo sabe. E todos vimos mil vezes, ao ouvir essas palavrinhas, um gestinho pouco delicado, mas altamente expressivo: o dedo médio da mão direita levantar-se, bem destacado para fazer entender o que significa este delicado xingamento cheio de preconceitos machistas...

Sim, esse é o símbolo mais educativo, explícito e grosseiro da ideologia hegemônica hoje. A ideologia neoliberal do individualismo total, absoluto, completo. Cada um por si e o resto que... 'se fakke'. Essa é a visão dominante hegemônica de hoje, após trinta anos de hegemonia neoliberal no mundo.

Em fevereiro de 2014, o mundo assistiu a um filme super premiado em Hollywood, O Lobo de Wall Street, de Martin Scorsese, que é uma comprovação impressionante dessa ideologia hegemônica explicitada durante três horas de imagens e cenas chocantes por seu realismo. O enredo deste filme é sobre a maior bolsa de valores do mundo e sua lógica interna. É a síntese do individualismo neoliberal hegemônico em várias de suas manifestações. Tudo se resume à expressão 'fuck you' declinada de centenas formas, repetida mais de 575 vezes. É isso Wall Street, o santuário do capitalismo moderno. O templo da maior bolsa de valores do mundo. O templo da religião do 'fuck you'. Pois o que Gramsci nos ensina é que a nova hegemonia que deverá ser a base do futuro socialismo, é exatamente o contrário do 'fuck you'. É o 'eu me importo', 'eu sou responsável' por manter ou mudar este sistema. É a solidariedade, primeiro passo da consciência socialista. É o punho levantado do 'NÓS', nós todos.

O coletivo. A solidariedade. A disputa de hegemonia no mundo atual é essa. Entre os dois punhos levantados, um fechado, pronto para o combate. Outro também fechado mas com o dedo médio bem esticado, duro, apontando para o mundo. Esta visão de *'eu sou responsável'* é totalmente oposta à solução neoliberal de financiar mais uma ONG para cuidar dos pobres. Esta não passa de uma tática

hegemônica do sistema para converter a luta solidária em mercantilização parceira da filantropia.

E aí? A disputa de hegemonia não é só política. A religião do 'fuck you' não deixa dúvidas. É uma disputa política, sim. Mas também cultural e moral. Para Gramsci, é necessário destruir a velha hegemonia e construir a nova. Para isso será necessário construir inúmeros 'aparelhos privados de hegemonia'. Gramsci, lógico, já dissemos, associa o convencimento à conquista, construção e consolidação simultânea do poder. Nada de lero-lero. É convencimento para ganhar milhões de possíveis amigos e força para combater e neutralizar inimigos de classe. Força para neutralizar os inimigos e força para dar segurança e confiança para a nova classe que inicia seu caminho hegemônico.

Para nosso trabalho não entraremos na discussão já antiga se Gramsci propunha uma via revolucionária de tomada do poder ou se era adepto de uma linha evolucionista, gradativa. Uma via, diríamos, reformista de chegada ao poder ou seja a uma nova hegemonia. A discussão é importante, diríamos até central, mas para nossa análise não influi na conclusão final à qual queremos chegar: a centralidade da comunicação para o convencimento do novo rumo da sociedade. Aquele rumo que tem como meta o socialismo!

Em Gramsci, consenso e força estão intimamente ligados. A expressão gramsciana soa tremendamente feia, quase impublicável, hoje em dia. Ele fala de 'consenso e coerção'. Mas, na visão do prisioneiro dos Cadernos do Cárcere são necessárias as duas componentes. É necessário o convencimento e a fixação do avanço das mudanças culturais e morais em leis, em organismos, em instituições de consolidação da nova hegemonia.

O conceito de hegemonia, em Gramsci, tornase central na construção do seu pensamento. As interpretações dadas à sua ideia central de hegemonia foram as mais diversas, desde as mais conservadoras, ou reformistas, às mais revolucionárias. Mas, dos seus textos fragmentados, fica marcada a repetição da necessidade de combinar a ideia de nova 'direção cultural e moral' com o de dominação exercida pela classe que vai dirigir a nova sociedade. Esta dominação é o conjunto da estruturação e construção do novo poder, através de estruturas da sociedade política, que vão das leis à força repressiva para fazê-las cumprir.

Uma classe pode ter a força para impor a sua vontade, mas nem por isso ela terá automaticamente a hegemonia. Esta implica em persuasão, convencimento de um grande contingente social. Convencimento da sua nova visão e a nova prática que esta implica. Hegemonia, para Gramsci, exige: 'Unidade ideológica de todo um bloco social que é cimentado e unificado precisamente por aquela determinada ideologia'. (A. Gramsci, Concepção dialética da história). Haveria mil discussões e interpretações sobre a hegemonia e o que aconteceu ao final dos anos 1980 e 90 na ex-URSS e mais ainda nos países do Leste Europeu. Mas, esta análise não está na pauta neste ensaio, aqui e agora.

Consenso: um amplo trabalho de convencimento

Esse trabalho de conquistar corações e mentes de milhões exige uma ampla atividade de persuasão, de demonstração de força organizada e da capacidade de provocar novas realidades. O processo educativo é fruto da discussão, da comunicação mais pedagógica possível, mas é, ao mesmo tempo, a criação das bases de um novo poder que irá substituir o velho.

Nessa construção de uma contra-hegemonia é essencial tanto um programa de rádio, ou a criação de um novo jornal, como a ocupação de fábricas, terras ou prédios urbanos. É importante a publicação de um livro, como a queima de dezenas de ônibus de empresas de transportes que deveriam ser de serviços públicos, mas cujo objetivo é unicamente o lucro. Ações desse tipo podem ser uma forma de pressão, um instrumento de educação da classe que quer destruir a velha hegemonia e construir uma nova.

Para Gramsci, está claro que a hegemonia não é alcançada, e menos ainda consolidada, somente por meio da comunicação. Não há ilusões de que a comunicação sozinha garanta o convencimento, e em decorrência, o consenso e esse garanta a ação. É necessário consenso e força. Força da criação de estruturas sociais, mesmo que parciais e provisórias. Uma associação cultural, um sindicato, um partido de esquerda, uma central podem significar força. E a pressão organizada que leve à fixação em leis de novos direitos e garantias graças à organização nos vários setores sociais, é força. Não devemos confundir força com violência.

Nenhuma organização pode se consolidar obrigando os explorados e dominados a participarem dela e se manterem nela. Se fizer isso, estará fazendo o jogo da classe dominante ou só conseguirá reunir uma minoria por um tempo limitado.

Gramsci vislumbra uma simbiose constante entre convencimento e força. Mas o primeiro passo é o convencimento, nem que seja de um punhado inicial que, organizado em partido, irá convencer e levar para a luta revolucionária milhares e, gradativamente, milhões.

Sem pretender esgotar uma discussão do campo da pedagogia, vale a pena ler uma observação do sociólogo Sergio Domingues, paulista-carioca, em sua dissertação de mestrado pela UERJ, em junho de 2014. Assim ele nos fala da relação entre consenso e força, em seu estudo sobre a pedagogia do Hip Hop: A pedagogia é o campo da persuasão. Já o domínio da conquista, da dissuasão, pertenceria às relações políticas. Portanto, as relações baseadas na persuasão, devem predominar entre os grupos sociais subalternos em suas lutas e organização.

Quando são suplantadas por mecanismos que estruturam relações de poder e mando, elas acabam por reproduzir a ordem social injusta. Ações que demandam movimentos de conquista e imposição de derrotas devem ter como alvo os inimigos de classe: a classe dominante, seus setores, instrumentos políticos, aparelhos de dominação.

O convencimento de milhões só será alcançado com uma comunicação que convença e arraste as massas atrás de um objetivo, de uma meta. Seja de um programa de partido, ou das propostas de um movimento ou de um sindicato.

O ponto de partida, para Gramsci é a organização. Hoje existem inúmeras organizações, partidos, sindicatos, jornais, associações político-culturais. O passo necessário para avançar na disputa da hegemonia é como unificar este conjunto para chegar ao consenso e força falada por Gramsci.

A questão que se coloca, frente à ênfase dada pelos clássicos da revolução socialista à necessidade da comunicação, é: como comunicar? Como convencer? Como ser entendido, ou mais, como ser convincente? Quais os instrumentos úteis para conquistar e segurar corações e mentes, hoje, com um discurso para hoje e não para o século passado.

Se a comunicação dos que querem disputar a hegemonia com os que a detêm não for capaz de atingir seus destinatários, não há luta contrahegemônica.

Não haverá vitórias. Para isso há 'trocentas' condições a cumprir, que veremos mais adiante.

O primeiro passo para uma comunicação que comunique é que seja falada, ou escrita, na língua dos que queremos convencer. É que a linguagem da mensagem seja compreensível, por parte de quem a ouve, ou lê. Sem esse primeiro passo, todas as riquíssimas lições de Lênin, Trotsky, Rosa, Gramsci, Ho Chi Minh, Mao Tzé Tung, Zapata, Mariategui, Che Guevara e todos os outros revolucionários cairão por terra.

Oficinas



Gamificação dos protestos: repressão e desafios

• ARTHUR WILLIAM - JORNALISTA MULTIMÍDIA - NPC

rande parte dos presentes às recentes manifestações fazem parte da geração Y, composta por nascidos pós 1980, conside rados "nativos digitais". Essa geração cresceu com os jogos eletrônicos, que lhes impunham desafios a serem superados. Há aí então uma percepção de que a estratégia do governo de aumento da repressão policial na verdade intensifica a mobilização social, isso porque trata-se de uma gamificação dos protestos. Quanto maior o desafio, mais instigados ficam os manifestantes, que bolam estratégias para vencer o grande adversário. Tal ponto de vista explica a elevação da mobilização após a repressão das forças policiais. A cada "fase", os manifestantes encontram desafios mais difíceis e se aperfeiçoam para superá-los.

O compartilhamento de estratégias de ativismo é uma das consequências desse fenômeno, já que, além de superar os desafios, percebe-se a intenção de "vencer juntos o jogo", assim como nos sites que divulgam tácticas para games. A mídia também adota um postura gamificada na medida em que atua em primeira pessoa e com a mesma postura que um manifestante. A chamada mídia NINJA trabalha com o mesmo ponto de vista que os presentes no protesto. Além disso, na oposição manifestantes x policiais, os comunicadores populares ficam juntos dos primeiros, já que possuam mais proximidade ideológica com os mesmos.

De outro lado, a imprensa comercial acompanha os fatos do alto de prédios e de helicópteros, sem conseguir mostrar os fatos com exatidão. Quando assumem uma ação no solo, acabam ficando do lado dos policiais, até mesmo por conta das frequentes agressões de jornalistas por parte de manifestantes. Espacialmente, a mídia livre e a mídia corporativa se opõem. A cobertura das mesmas segue linha idêntica.

O acontecimento que traduz melhor essa dinâmica foi a prisão de Bruno Ferreira Teles durante a visita do Papa Francisco ao Rio de Janeiro em julho de 2013. Bruno foi levado para a delegacia acusado de jogar coquetel molotov em policiais que faziam a segurança do Palácio Guanabara. A imprensa ouviu apenas a voz da Polícia Militar que dizia ainda ter apreendido com o jovem uma mochila cheia de artefatos incendiários.

Após a negativa de sua soltura por parte do Tribunal de Justiça, começou uma campanha nas redes sociais

para provar a inocência de Bruno Ferreira Teles. Em menos de 48 horas, dezenas de vídeos e fotos foram publicados mostrando que tratava-se da prisão de um inocente. Após essa mobilização, as TVs abertas passaram a divulgar o material produzido pelas mídias livres pressionando o Governo do Estado a soltar Bruno e arquivar seu processo. Todo o processo mostrou a força da organização em rede, o que podemos definir como a luta entre as forças de controle e da vida.

Na mesma ocasião, houve a comprovação do caráter rizomático da mídia livre em sua organização em rede distribuída. Isso porque ao se prender um dos midiativistas que faziam a cobertura da manifestação, outro imediatamente o substituía. Esse fenômeno é bem diferente da rede centralizada implementada pela TV Globo, na qual distribui seus conteúdos para centenas de emissoras afiliadas em todo o Brasil. Como no país cada empresa só pode ser dona de 5 geradoras, a Globo só possui antenas em Recife, Brasília, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo. As outras integrantes da rede apenas repetem o sinal, numa redação de extrema dependência.

A configuração de redes descentralizadas também ajudou na ação dos midiativistas. Quando a ferramenta Twitcasting saiu do ar, migraram as transmissões para outro sistema sem deixar a comunicação ser interrompida. Essa dinâmica é a mesma da internet, onde quando um servidor cai, outro o suporta a conexão. Há de se atentar porém para o fato de existirem redes centralizadas entre os midiativistas. Tal característica é mais comum entre os veículos de comunicação alternativa que surgiram antes de 2013.

O Jornal *A Nova Democracia* e a revista *Virus Planetário* possuem quadro fixo de jornalistas. Quando um dos comunicadores é detido pela polícia, a cobertura fica prejudicada. Situação similar ocorre com a Mídia NINJA ao centralizar sua coordenação no grupo Fora do Eixo. Acabam atuando como 'autoridade' e não como 'hub'. Autoridades são veículos com o propósito de difundir informação, falando mais e interagindo pouco. Já os 'hubs' fazem circular informações produzidas por parceiros. A postura de autoridade é exercida por portais currais como G1, Estadão, além da Mídia NINJA no período inicial. A participação de um Hub permite a intensa troca entre os nós criando uma comunidade de mídiativismo com múltiplas conexões e formatos.

Mini-manual do Guerrilheiro Digital

• Gustavo Barreto - Jornalista Multimídia - NPC

No ano de 2000, uma revista alternativa criada por dois estudantes secundaristas afirmava pela chamada "rede mundial de computadores" que seus objetivos – por meio da Internet – eram: "Democratizar a informação." E continuava: " e oferecer ao público uma visão alternativa à apresentada na grande mídia, dominada em grande parte pelo discurso neoliberal." E historicizavam:

"Oito anos antes, em 1992, chegava experimentalmente ao Brasil a Internet tal como ela é hoje e, em 1994, se popularizavam os primeiros provedores de Internet. Neste mesmo ano, era criada globalmente a primeira plataforma em que o próprio usuário comum poderia criar sites – a "GEOCITIES". A partir daí a internet foi incorporada ao arsenal comunicacional dos brasileiros e do resto do mundo."

O correio eletrônico – o popular "*EMAIL*" – começava a se tornar popular em todo o mundo. Gratuitamente, era possível enviar uma carta eletrônica para um conhecido ou amigo que também tivesse seu endereço, cortando os custos do papel e tornando a comunicação instantânea. Surgiam, então, as listas de email – discussões coletivas separadas por grupos de interesse, unindo militantes e ativistas das mais variadas posições políticas pelo Brasil e pelo mundo. Era desta época a preparação e o surgimento, por exemplo, do Fórum Social Mundial, que começou em Porto Alegre, facilitado pela comunicação eletrônica e pelo acúmulo histórico de lutas dos movimentos sociais.

Apesar dos criadores de "HOME PAGES" precisarem ainda, neste ano, conhecer complexos códigos da linguagem da Internet – o "HTML" –, em 2000 surgia uma ferramenta que viria a revolucionar o cenário informativo mundial. Nasce o o "BLOG". O termo vem do inglês "web log" e significa, grosso modo, "diário da rede". Mas por que o blog é tão importante?

Esta ferramenta se tornou a primeira oportunidade para uma pessoa comum – vencidas as muralhas tradicionais da linguagem das nascentes tecnologias – publicar seu texto na Internet, sem precisar dominar confusos códigos HTML. Uma vez com um computador ligado à Internet e o domínio de um idioma, esta pessoa passava a opinar livremente para um público limitado (o de usuários da Internet), porém cada vez maior.

Para se ter uma ideia, em 1999 o número de blogs era estimado em menos de 50, enquanto que no final de 2000 esse número era de alguns milhares. Menos de três anos depois, os números saltaram para algo em torno de 2,5 a 4 milhões. Atualmente existem mais de 100 milhões de blogs e mais de 100 mil são criados todos os dias.

Esta quantidade de informação disponível não significa necessariamente um avanço na diversidade informativa e nas lutas dos trabalhadores. **Pelo contrário**, a maior parte dos estudos sobre o tema mostram que a maioria das informações é repetida, principalmente a partir dos portais e jornais que dominam conteúdos em meios tradicionais, como na TV e nos jornais impressos.

Para os movimentos, sindicatos e partidos populares, no entanto, a Internet representou um evidente progresso. Até 2000, a TV era a maior e principal fonte de informação em todas as faixas etárias. Hoje, quase 15 anos depois, a TV continua sendo a maior e principal fonte de informação para o conjunto da população, porém, em todas as faixas etárias, a Internet já divide a atenção do público e, em algumas delas – principalmente entre os mais jovens –, já é a fonte primária de informação.

E no século XXI, as ferramentas de comunicação midiáticas se **multiplicam em um ritmo alucinante**. Rapidamente, o último grito das novidades, é superado por outro mais novo, o 'ultimíssimo', que será tornado obsoleto por outro.

Um mundo a entender e usar

Se o objetivo é alcançar cada vez mais pessoas com nossas lutas históricas e novas batalhas, é preciso entender cada uma das novas possibilidades no mundo de hoje e ver como aplicá-las à comunicação contrahegemônica dos trabalhadores. Entender a extensão das redes mais populares e dedicar tempo e atenção para os lugares – ou seja, os "sítios", os "sites" – onde as pessoas estão.

Não é mais possível se esconder em sua "home page" e em seu boletim eletrônico acreditando estar disputando corações e mentes e ignorar o cenário midiático contemporâneo. Hoje, cada vez mais as pessoas buscam de modo independente informações confiáveis e, na ausência destas, acabarão por aceitar as versões hegemônicas dos gigantes da comunicação. Gigantes sim, não em ideais, mas em aparatos tecnológicos voltados para a hegemonização cultural da sociedade.

Para isso, listamos aqui, esquematicamente, redes sociais que visam a ajudar na mobilização de pessoas e na divulgação das lutas dos trabalhadores. O critério que nos guiou é simples: planejar a comunicação dos trabalhadores para disputar a hegemonia na sociedade de hoje, atual, real. Portanto, estar presentes nas redes efetivamente sociais.

Ou seja, as redes em que um grande número de pessoas estão presentes diariamente, participando, em diferentes níveis, do mundo à sua volta.

Estas redes descritas abaixo estão disponíveis tanto nos computadores tradicionais como nos novos dispositivos móveis, como telefones celulares multifuncionais e *tablets*. O avanço crescente destas novas ferramentas é facilmente observável nas mãos de muitos dos que usam qualquer meio coletivo de transporte, do ônibus ao trem ou metrô.

- **A)** A Epidemia do *FACEBOOK* trata-se de uma ferramenta essencial e cuja presença diária é importante.
- **B)** O vídeo em suas mãos: *YOUTUBE* O usuário pode subir um vídeo de até 15 minutos *online* alguns usuários mais antigos têm esse tempo ampliado –, colocando um título, uma descrição e palavras-chave (ou *tags*) para referenciar seu vídeo nas buscas do público.
- C) Uma mensagem rapidinha: O *TWITTER* Nascido em 2006 com a proposta de ser um "micro blog", conta hoje com mais de 200 milhões de usuários ativos.
- **D)** Compartilhar imagens: *FLICKR* E *PICASA* São duas das redes sociais que facilitam e muito a vida na hora de disponibilizar rapidamente fotos e até mesmo pequenos vídeos com o público.
- **E)** Mensagens instantâneas: WHATSAPP Os serviços de mensagens instantâneas podem ser muito úteis para distintos usos. Além das tradicionais mensagens de texto, as pessoas podem enviar imagens, vídeos e mensagens de áudio pelo celular.
- **F)** Compartilhar áudio: SOUNDCLOUD Os arquivos de áudio não são tão pesados quanto os de vídeo, mas talvez valha a pena dependendo da

quantidade produzida todos os dias – ter um canal em uma rede social dedicada totalmente a estes arquivos.

G)TRANSMISSÃO AO VIVO - HANGOUT / JUSTIN.TV / LIVESTREAM / USTREAM. É possível realizar transmissões ao vivo de vídeos, usando apenas um celular ou um computador e uma ligação com a Internet (que pode ser, inclusive, de qualidade média, como o 3G). Evidentemente que, quanto melhor a Internet, melhor o sinal e, portanto, a imagem. A vantagem do HANGOUT é que, ao final da transmissão, o vídeo já é disponibilizado automaticamente no YouTube, o maior portal de vídeos do mundo.

- H) 'VELHO' CORREIO: BOLETINS ELETRÔNICOS É importante destacar que os boletins eletrônicos, embora possuem uma relevância muito menor do que há 10 anos, não devem ser abandonados em hipótese alguma, pelo menos a médio prazo. Por quê? Porque, atualmente, a maior parte das pessoas que possuem acesso à Internet usam serviços de email frequentemente. As novas redes sociais tomam um tempo considerável das pessoas, mas ainda não substituíram e não está claro se o farão o bom e velho correjo eletrônico.
- **I) Minhas mensagens ao mundo:** *BLOGS***.** Os blogs continuam sendo ferramentas muito utilizadas, embora se coloque dúvidas sobre se uma entidade precisa ter um site e um blog externo.
- J) Esses são os principais. Mas ainda há muitos outros...

Observações finais

Antes de dar início a atividades de comunicação na Internet, é importante ressaltar que conhecer seu público é essencial. Um exemplo: ter um perfil no Facebook pode até ser essencial e até obrigatório para algumas organizações e movimentos, mas muitas outras precisam avaliar qual é o real alcance da ferramenta. Questionários simples entre o público ajudam a compreender quais são as formas preferenciais de recepção de uma informação, e se as organizações e movimentos estão efetivamente chegando como deveriam às pessoas.

Ao fim desta avaliação, os resultados podem ser múltiplos. Pode ser que alguns prefiram as redes sociais "A" e "B", enquanto outros preferem a "C" e "D". Não abandone nenhuma! Dentro, claro, do possível. Produza e reproduza informações para todas as redes, para não deixar ninguém para trás. O impresso, por exemplo, continua tendo sua importância, já demonstraram diversos estudos sobre o tema.

O papo continua:

www.piratininga.org.br gustavo@piratininga.org.br facebook.com/GustavoBarretoRJ

Blogoosfero: quem somos nós?

MIRELLE CAMARGO ENTREVISTA SÉRGIO LUIS BERTONI (9.4.2014)

Entrevista com Sérgio Luís Bertoni, Metalúrgico, Blogueiro, Mestre em Filosofia Social pela Universidade Estatal de Moscou M.V. Lomonossov, coordenador de TIE-Brasil e presidente da Fundação Blogoosfero.

Como surgiu o Blogoosfero?

Blogoosfero surgiu a partir de uma necessidade muita concreta d@s blogueir@s progressist@s. Em 2010 tivemos muitos problemas com censura à blogs, vári@s blogueir@s foram julgad@s e condenad@s a retirar seus conteúdos do ar e a pagar multas descabidas. Os provedores comerciais, onde os blogs estavam hospedados, não tinham o menor interesse em defender blogueir@s e, para preservar seus negócios, retiravam conteúdos até mesmo sem decisão judicial.

No 1º Encontro Estadual dos Blogueir@s Progressistas do Paraná, a judicialização da censura e a necessidade de termos uma internet segura, que protegesse tanto os conteúdos publicados quanto seus autores, estiveram em pauta.

Discutiu-se a criação de uma internet "blindada", segura, em plataforma tecnológica própria, onde os conteúdos ali publicados e a tecnologia fossem nossos, desenvolvidos no Brasil.

Entre os softwares existentes no mercado, a absoluta maioria é desenvolvida nos países do norte. O único software para blogs e redes sociais desenvolvido no país e no sul do planeta naquele momento era o noosfero, criado a partir das necessidades do movimento de economia solidária e mantido pela Colivre, sediada em Salvador, BA. Portanto, um software comunitário e livre desenvolvido por movimentos sociais e iniciativas de economia solidária.

O encontro paranaense aprovou a proposta de desenvolvimento do Blogoosfero (acrônimo de blogs com noosfero), assim como o estabelecimento de contatos com os participantes e organizadores dos demais Encontros Estaduais e do Nacional de Blogueiros Progressistas, de forma a criar uma plataforma de comunicação de abrangência nacional.

As conversas levaram à formulação da proposta apresentada no 2º Encontro Nacional de Blogueir@s Progressistas, realizado em Brasília em 2011, onde foi aprovada. Em 26 de maio de 2012, no 3º Encontro Nacional de Blogueir@s, realizado em Salvador, BA, aconteceu o lançamento oficial do Blogoosfero.

Blogoosfero é uma plataforma web, livre a

autônoma desenvolvida para que @s blogueir@s possam hospedar seus blogs com segurança, sem estarem atrelados a serviços ou contratos com multinacionais do segmento. O conteúdo postado no Blogoosfero é de propriedade de seu autor e está protegido contra possíveis intervenções das grandes corporações e governos.

Vários são os casos de blogs brasileiros hospedados em provedores comerciais estrangeiros ou nacionais que são retirados do ar sem aviso prévio. O Blogoosfero vem na contramão das restritivas políticas de privacidade e de propriedade do conteúdo difundidas pelos provedores comerciais.

Antecipando-se à aprovação do Marco Civil da Internet, o Blogoosfero defende desde as suas origens que, caso algum blogueir@ seja acionado na justiça, seu blog e/ou conteúdos publicados só serão retirados do ar se a decisão judicial em última instância for desfavorável ao blogueir@.

Outro diferencial do Blogoosfero é o seu desenvolvimento colaborativo, ou seja, os usuários da plataforma podem opinar e, assim, ajudar a melhorar sua usabilidade constantemente, sugerindo modificações, novas funcionalidades, etc.

O Blogoosfero não é apenas uma plataforma para hospedar blogs, ele é uma Plataforma de Comunicação que busca integrar cada vez mais os usuários, trazendo uma nova concepção de rede social, as Redes Sociais Federadas.

Outro diferencial que a plataforma do Blogoosfero oferece a seus usuários está na possibilidade de espelhamento de blogs.

Se você já possui um blog hospedado em outra plataforma, pode através do serviço RSS espelhá-lo no Blogoosfero, ou seja, tudo o que você escreveu até hoje em seu antigo blog será publicado também no seu blog no Blogoosfero, criando uma espécie de backup de seus artigos. Caso aconteça alguma coisa com seu blog original (invasão, retirada arbitrária de conteúdos, etc) tudo que você produziu está seguro e salvo no Blogoosfero.

O Blooosfero aponta também para uma mudança no modo como o brasileiro utiliza as possibilidades e ferramentas da internet, preconizando uma real Liberdade de Expressão. Para os idealizadores do projeto, na era da informação digital, não existe liberdade de expressão sem liberdade tecnológica. Se você não domina as ferramentas de desenvolvimento, se você não domina a tecnologia que usa, ficará à mercê das grandes corporações, que lucram milhões de dólares com as informações que postamos, teoricamente, de graça.

Ao escolher a plataforma Blogoosfero, o usuário não está apenas criando um novo canal de comunicação. Está acessando uma rede crítica e capaz de mobilizar outros sujeitos que permitirão promover o diálogo construtivo e propositivo, além de possibilitar uma nova dinâmica de construção e disseminação dos conteúdos produzidos em rede.

O Blogoosfero é hoje referência quando o debate é: soberania tecnológica, liberdade de expressão e segurança dos dados.

Quais foram os melhores momentos do blog/projeto?

O processo de articulação para tornar possível o desenvolvimento do Blogoosfero foi altamente excitante. Porém, o lançamento de nossa Plataforma de Comunicação Livre e Colaborativa no 3º Encontro Nacional de Blogueiros foi dos momentos mais prazerosos, um dos marcos de nosso movimento de blogueiros progressistas, pois significou desafiar, na prática, no processo produtivo, às grandes corporações nacionais e transnacionais tanto da velha mídia, como das novas mídias digitais que tem a internet como meio de difusão.

O período eleitoral brasileiro de 2012 foi outro momento importante na vida do Blogoosfero, quando os acessos à nossa plataforma livre e soberana aumentaram exponencialmente pondo a prova sua segurança e estabilidade. E o Blogoosfero resistiu bravamente aos milhares de acessos das pessoas que nele encontram artigos e informações variadas e de qualidade que lhes permitiam tirar suas próprias conclusões sobre o processo eleitoral em curso.

Não podemos deixar de notar que as denúncias de Edward Snowden, em junho de 2013, além de confirmar aquilo que os movimentos de blogueir@s e do software livre já diziam sobre a segurança na rede quando defendiam a criação do Blogoosfero, deu um impulso poderoso à nossa plataforma. As pessoas passaram a procurar por ambientes livres e seguros e encontraram no Blogoosfero este espaço.

Em 2014 nossa Plataforma de Comunicação Livre e Soberana experimenta um crescimento constante, tanto de acessos quanto da oferta de serviços, como a incorporação de novas funcionalidades, tais quais

a TV.blogoosfero e o sistema de Ensino à Distância. Blogoosfero participa ativamente do lançamento do consórcio de desenvolvimento e cooperação político-tecnológica unindo as várias iniciativas que utilizam o software livre nacional noosfero.

Quais as dificuldades que o blog/projeto enfrenta?

Além da tradicional dificuldade de financiamento que todo projeto inovador e desafiador enfrenta, um dos principais desafios para o Blogoosfero é este processo de transformação dos brasileiros da condição de meros usuários de tecnologias para produtores livres e soberanos das mesmas.

Há um longo caminho a percorrer até que se compreenda que a existência de pessoas preocupadas com o futuro da Democracia e da Humanidade, organizadas em torno de redes de informação alternativas, não é suficiente na era digital.

Precisamos também controlar as tecnologias usadas, saber como elas funcionam e o que fazem com as informações e dados que nelas publicamos.

As redes alternativas fazem um contraponto informacional e político precioso: impedem que os planos dos golpistas neoliberais sejam facilmente aplicados.

Cidadãos de distintos países trocam informações em suas redes de contatos. Estas as divulgam e logram desmontar as versões mentirosas disseminadas pela imprensa patronal a serviço dos grandes interesses econômicos. Assim tem sido no Brasil, assim tem sido na Venezuela, na Argentina, Equador e até mesmo na Ucrânia.

Se não existissem fontes alternativas de informação e meios eletrônicos soberanos para sua divulgação, certamente a vida dos golpistas seria muito mais fácil e o resultado de suas ações contra os povos mais avassalador.

Além das guerras convencionais, enfrentamos uma verdadeira ciberguerra mundial que potencializa a tradicional guerra informacional. EUA e UE gastam bilhões de dólares e euros anualmente para manter a infraestrutura que torna possível a ciberguerra. Seus serviços secretos, aliados às empresas transnacionais, investem bilhões em redes digitais privadas para manter as pessoas plugadas o maior tempo possível. Conectadas, elas consomem, sem a menor chance de raciocínio, conteúdos devidamente preparados para que aceitem determinadas "verdades" produzidas pelos ideólogos do pensamento único neoliberal.

Estamos em uma guerra operada por grandes potências industriais e, principalmente, tecnológicas, que possuem um roteiro muito claro para colocar as mãos sobre as riquezas naturais e minerais dos países. Logo, para defender-se e preservar-se, os países pobres precisam desenvolver mais e novas tecnologias livres e soberanas, que permitam aos povos resistir aos ataques desferidos pelo grande capital transnacional.

A existência de redes livres e soberanas, como Blogoosfero, compõe o novo cenário logístico da resistência digital e da luta dos setores populares e democráticos em todo o mundo. Estas redes são o contraponto tecnológico à política intervencionista e centralizadora das grandes redes digitais privadas, mantidas por empresas transnacionais.

O lema do Blogoosfero, por exemplo, é "Ocupar a Internet, Resistir e Produzir nossos próprios conteúdos e tecnologias", porque sem as iniciativas livres e soberanas, o controle ideológico e tecnológico dos países ricos sobre os países pobres seria ainda mais violento do que é atualmente.

Sem as tecnologias livres e soberanas, a recolonização cultural, política e econômica dos países do terceiro mundo já seria um feito muito além das intenções concentradoras do grande capital transnacional que hoje observamos.

E esta conscientização dos usuários de tecnologias digitais é um dos maiores desafios enfrentados pelo projeto Blogoosfero.

Como você avalia a importância da blogosfera progressista no cenário político e midiático brasileiro?

A blogosfera progressista brasileira é um contraponto ao pensamento único neoliberal que impera nas velhas mídias nas últimas décadas.

Embora numericamente pequena e economicamente pobre, a blogosfera progressista tem conseguido pautar vários debates importantes no país, tais como Democratização das Comunicações, Marco Civil da Internet, Direito à Verdade, Aprofundamento da Democracia, Liberdade de Expressão, Direito à Informação, Soberania e Independência do Brasil, Desenvolvimento Econômico com Direitos Humanos e Sociais.

A blogosfera progressista muitas vezes consegue forçar as velhas mídias a repercutir debates iniciados nas redes sociais e na blogosfera, incomodando profundamente aos barões da imprensa nativa, neoliberais acostumados a criticar o Estado, mas que vivem a mamar em suas tetas.

A blogosfera progressista se diferencia das velhas mídias por difundir e distribuir informações de qualidade, sendo uma grande produtora de conteúdos diversificados que atendem aos mais diferentes interesses dos leitores. É sem dúvida um dos mais importantes movimentos em defesa da Liberdade de Expressão no Brasil e no mundo, por praticá-la diuturnamente

No Brasil é a blogosfera progressista quem pratica o jornalismo factual e investigativo, que tanto falta nos meios de comunicação das velhas mídias, levando aos leitores opiniões qualificadas e embasadas, que desmentem as campanhas ideológicas montadas pelo "latifúndio midiota" brasileiro.

A blogosfera progressista também é ousada!

Busca, além da informação, introduzir novos debates na sociedade brasileira, sem medo de colocar o dedo nas feridas e mazelas de nossa sociedade hipócrita e falso moralista.

Já o desenvolvimento do Blogoosfero nos coloca em um lugar único no blogosfera mundial, pois além de produzir conteúdos, partimos também para a produção tecnológica, produção dos meios pelos quais propagamos nossos conteúdos, debatendo processos de desenvolvimento tecnológico, defendendo a soberania tecnológica do país e abrindo novas frentes de ação que passam pelo enfrentamento às grandes corporações internacionais que tentam criar verdadeiros latifúndios cibernéticos.

A blogoosfera progressista, diferentemente das velhas mídias vendidas ao imperialismo, acredita nas potencialidades do Brasil e investe em gente, na construção coletiva de conhecimento e em tecnologia, pois sabe que isso torna uma nação mais rica social, intelectual e economicamente falando.

Como você enxerga as potencialidades da Internet na questão da democratização da mídia?

Sejamos claros. Na era da informação digital, a democratização das comunicações depende diretamente da democratização do acesso à internet e do controle que exercemos sobre as tecnologias que fazem a internet possível.

Um desafio está colocado para nós, brasileiros, neste início da era do capitalismo informacional: aceitar a condição de consumidores de tecnologias e informações alheias ou nos transformarmos em produtores autônomos e soberanos das mesmas.

No capitalismo informacional, a produção material está assumindo um papel secundário nos processos produtivos, sendo apenas uma consequência da aplicação de tecnologias e conhecimentos.

A chamada produção imaterial ou de bens intangíveis (tecnologia e conhecimento) vai assumindo

um papel predominante e quem dominá-los, dominará todo o processo econômico e social. Prova disso é o valor de mercado e o poder de compra de uma empresa de tecnologia como o Google, muitas vezes superior ao valor de mercado da maior montadora de automóveis, que é um exemplo clássico da era industrial. Além disso a saúde financeira das empresas de tecnologia e informação fariam o combalido sistema financeiro internacional passar vergonha, se a tivesse...

Se no obscurantismo da idade média, as catedrais estavam no centro de toda a organização social, política e econômica, assim como na era industrial estavam as indústrias e no capitalismo financeiro os bancos, no capitalismo informacional tudo vai se organizando em torno dos produtores de conhecimento, tecnologia e informação, onde a internet é o grande meio de propagação dos mesmos.

Portanto, se nos contentarmos com a condição de meros consumidores de tecnologia e conhecimento, nos contentaremos com a indigna posição de dominados e agravaremos as mazelas nacionais. À exclusão social e econômica, adicionaremos a exclusão digital e do conhecimento. Aprofundando, assim, a concentração da mídia e o controle que ela exerce sobre as pessoas.

Para superar esta condição, antes mesmo que ela esteja consolidada, precisamos romper com o complexo de vira-latas que ainda reina em nossas mentes e corações.

Precisamos ser ousados e passar à condição de produtores de tecnologias e provedores de serviços tecnológicos e informacionais.

Precisamos criar infraestruturas tecnológicas nacionais públicas e abertas que garantam o acesso de todas as camadas da população aos novos serviços proporcionados pelo desenvolvimento tecnológico e informacional.

Precisamos, inclusive, ter servidores e repositórios públicos nacionais para armazenamento seguro de toda a informação, conhecimento e tecnologia produzidos no país. Aliás, a segurança de nossos dados pessoais e coletivos, das tecnologias que produzimos, assim como a sua integridade, são questões tanto de segurança nacional, como de preservação cultural, de nossas crenças e sabedorias autóctonas.

Note-se que falamos de infraestrutura pública e não estatal, porque entendemos que esta mudança de condição, este deixar de ser consumidor de tecnologia e conhecimento para tornar-se produtor dos mesmos, só é efetivamente possível e inclusivo se houver ampla colaboração entre comunidades, governos, sociedade civil, sindicatos, movimentos sociais, empresas públicas e privadas. Esta colaboração só

pode existir em um ambiente livre e colaborativo, onde todos os que participam do mesmo, preservadas suas especialidades e capacidades, igualmente são tratados como sujeitos do processo de desenvolvimento.

A condição de igualdade e protagonismo dos agentes a qual nos referimos no parágrafo anterior não existe no mundo da propriedade intelectual privada, no mundo do *copyright* como ele é atualmente concebido. No mundo da propriedade intelectual privada, quem a detém, quem detém uma patente, está num patamar superior aos demais e, conforme legislação em vigor, possui determinados direitos reservados que lhe permite, inclusive, não disponibilizar o uso da mesma.

Para sobreviver nesta nova selva do capitalismo informacional precisamos de um projeto de desenvolvimento tecnológico nacional que junte iniciativas e evite a concorrência danosa entre irmãos, ou seja, aquela concorrência que leva a dispersão de energias e de trabalho. Não se propõe aqui reinventar a roda, mas sim juntar as partes que hoje se desenvolvem em separado e criar sinergias que possibilitem o desenvolvimento conjunto delas. E isso, mais uma vez, só é possível em um ambiente de colaboração.

Também não podemos nos esquecer que antes do surgimento de determinadas redes digitais privadas (ver Quem manda no shopping center é o dono) muito difundidas pelos velhos meios de comunicação (Não acreditem em mim: The Terrible truth about facebook), já existiam Redes Sociais reais, humanas, presenciais, analógicas.

Estas redes sempre intercambiaram informações e experiências, construindo conhecimento coletivamente e isso não pode ser suplantado pelas redes digitais, mas potencializado por elas. Neste aspecto a internet precisa ter um caráter integrador, agregador e plural.

Também não basta ter informação! É preciso saber o que fazer com ela e quais meios usar para compartilhá-la de forma eficiente possibilitando aos cidadãos acesso à informação.

Podemos achar que basta criar uma conta em uma determinada rede digital e lá postar a informação que se deseja compartilhar. Mas há milhares delas na internet, qual escolher?

Além disso, muitos cidadãos estão nas mais distintas redes. Outros tantos nem acesso ao computador tem!

Algumas destas redes vendem a ilusão de democracia e liberdade, mas de fato forçam os usuários a ficar dependentes delas, evitando que as informações sejam compartilhadas em outras redes, fora delas! Estas são redes digitais conectadas em si e burlam o grande diferencial da internet que é a interconectividade digital.

As denúncias recentes do ex-agente da CIA, Edward Snowden, mostram o quão perigoso é usar determinadas redes digitais conectadas, centralistas e centralizadoras, usadas como poderosos máquinas de espionagem e bisbilhotagem. Também por isso, não podemos cair no populismo digital e achar que nossos problemas de comunicação estarão resolvidos se usarmos apenas as redes "mais acessadas" ou se jogarmos nossa companheirada no colo de uma só rede.

A Comunicação na era digital deve ser inovadora e horizontal, deve aproximar as pessoas e organizá-las, como sempre foram as iniciativas cutistas de sucesso.

Podemos transformar a comunicação no país se apostarmos na inovação e na horizontalidade que a comunicação digital oferece: a interconectividade.

A interconectividade digital é garantida pela diversidade das redes que compõe a Internet e, claro, pela capacidade que elas possuem de comunicar-se entre si, formando uma Federação de Redes ou as Redes Sociais Federadas.

Um dos principais debates no mundo das redes digitais gira em torno dos conceitos:

- a) rede centralizadora e centralizada;
- b) redes sociais federadas.

Rede Centralizadora e Centralizada é aquela onde todos devem estar dentro da mesma rede para poder compartilhar a informação.

É o conceito que rege o facebook e outras redes digitais privadas e proprietárias.

Redes Sociais Federadas, ou as redes de redes, são aquelas que permitem aos usuários de diferentes redes digitais se conectar, trocar informações entre si, criar novas formas de interação através da Web sem necessariamente serem usuários de uma mesma rede digital centralizada e centralizadora.

Este é o conceito que inspira e rege as redes digitais livres, soberanas e anti-hegemônicas.

Com as Redes Sociais Federadas é possível que duas ou mais pessoas, usuários de redes digitais distintas, se relacionem e compartilhem informações e conhecimentos independentemente de quais redes participem.

É o usuário que decide livremente onde estar, onde divulgar suas informações, com quem quer se comunicar. Algo semelhante ao que ocorre com os serviços de e-mails atualmente, porém online ou de forma imediata

Do ponto de vista de uma Rede Centralizadora e Centralizada, como facebook, se você não estiver cadastrado na rede e não mantiver lá um perfil, você não existe. A única maneira dos seus amigos que estão em determinada rede interagirem com você é convidando-o a participar da mesma. E você necessariamente precisará se cadastrar lá para interagir com estes amigos.

Apesar de existir centenas de redes digitais na internet, quase todas funcionam como se não houvesse nenhuma outra rede digital na Web e cada uma busca ser a "rede social" hegemônica, a mais poderosa e a mais popular de todas.

As Redes Sociais Federadas, ou as redes de redes digitais, significam uma mudança de paradigma, ou seja, a existência real de uma gigantesca rede digital global, descentralizada e livre, gerida por pessoas e entidades diferentes e autônomas que interagem através da interconectividade das redes.

Mas as Redes Sociais Federadas de pouco servem se não facilitarem a interação entre distintos indivíduos, movimentos sociais, políticos, culturais, tecnológicos, etc, se não promoverem a inclusão de novos atores e sujeitos nas dinâmicas de organização e compartilhamento de conhecimento e informações. Portanto, para funcionar elas precisam, além de protocolos abertos e livres, da livre interação entre os distintos indivíduos, movimentos e redes, numa grande articulação global baseada em conceitos como o pluralismo, a autonomia, a horizontalidade e a unidade na diversidade, onde ninguém é mais que ninguém e todos juntos somos fortes.

Investir em Redes Sociais Federadas, efetivamente interconectadas, é um passo fundamental para democratizar a comunicação digital e alcançar um número cada vez maior de cidadãos. É possibilitar que um número cada vez maior de pessoas se tornem sujeitos do processo de comunicação e organização, fortalecendo cada vez mais os movimentos sociais, além de democratizar a produção e o acesso à informação e ao conhecimento.

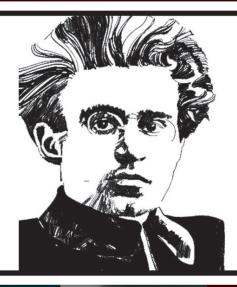
Portanto, a internet poderá exercer um papel fundamental na democratização das comunicações se paralelamente à luta por esta democratização levarmos adiante a luta pela soberania tecnológica, como já estamos fazendo na prática com o Blogoosfero.

Se possível, resuma sua trajetória pessoal e profissional.

Nascido em uma família operária, aos 14 anos entrei no SENAI na qualidade de trabalhador na Ford, onde me tornaria ferramenteiro e sindicalista, militante da Oposição Sindical Metalúrgica de SP. Aos 21 anos fui eleito Secretário Geral da Comissão de Fábrica dos Trabalhadores na Ford, de onde, em 1988, sairia para estudar Filosofia Social na Universidade Estatal de Moscou, na URSS.

Em terras soviéticas, e mais tarde russas, além de estudar dediquei-me também à formação de sindicalistas russos, criando TIE-Moscow (Troca de Informações sobre Empresas Transnacionais) que promove o intercâmbio de informações e experiências entre trabalhadores estrangeiros e locais, preparando-os para os embates (que viriam a ter neste século XXI) com as empresas transnacionais que se instalaram na Rússia após o fim da União Soviética.

Mestre em Filosofia Social e de volta ao Brasil em 2001, dei continuidade ao trabalho de troca de informações e experiências entre trabalhadores em empresas transnacionais. Em 2005 criamos o site de TIE-Brasil, que seria listado por Emir Sader, anos mais tarde, como uma das 10 fontes de informação alternativa na internet brasileira. Na condição de editor e administrador do site de TIE-Brasil, em 2010 participei do 1º Encontro Nacional de Blogueiros. No ano seguinte faria parte da comissão organizadora do 1º Encontro Estadual de Blogueiros Progressistas no Paraná e desde então um dos coordenadores do projeto Blogoosfero.



LIVRARIA ANTONIO GRAMSCI



Especializada em

- comunicação
- trabalhadores
- história política
- marxismo cultura

Vendas pelo site

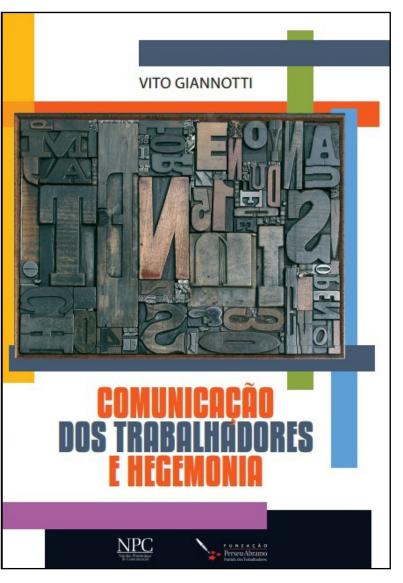
http://livrariagramsci.com.br

Telefones:

(21) 2220-4623 | 2524-8952

E-mail: livraria@piratininga.org.br Endereço: Rua Alcindo Guanabara, 17 Térreo - Cinelândia - Rio de Janeiro

Vito Giannotti lança novo livro sobre COMUNICAÇÃO DOS TRABALHADORES e HEGEMONIA



Custa R\$ 30,00 e está à venda na Livraria Antonio Gramsci, que fica na Rua Alcindo Guanabara, 17, térreo, Cinelândia (fundos do prédio). Interessados em adquirir podem também solicitar pelo e-mail livraria@ piratininga.org.br. Outras informações pelos telefones (21)2220-4895 e 2220-4623. O escritor Vito Giannotti, coordenador do Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC), está lançando mais um livro sobre a importância da comunicação dos trabalhadores para a transformação da sociedade. Esse tema tem pautado sua atuação e de todo o NPC nos últimos 20 anos, com a promoção de cursos, palestras e seminários pelo Brasil inteiro. A obra apresenta reflexões sobre diversos conceitos, como o de hegemonia, pensado por Marx, Lenin e Gramsci. Também nega veementemente o mito da neutralidade dos meios de comunicação e explica porque considera a mídia o verdadeiro partido da burguesia.

Além de apresentar uma sólida base teórica, oferece dicas práticas aos sindicatos e movimentos populares que desejam construir e aprimorar seus veículos de informação. Aborda, portanto, os meios impressos, rádios, TVs e internet, pensando em como aperfeiçoar desde a pauta até a linguagem e a diagramação, para que esses veículos sejam atrativos e compreendidos pela maioria da classe trabalhadora.

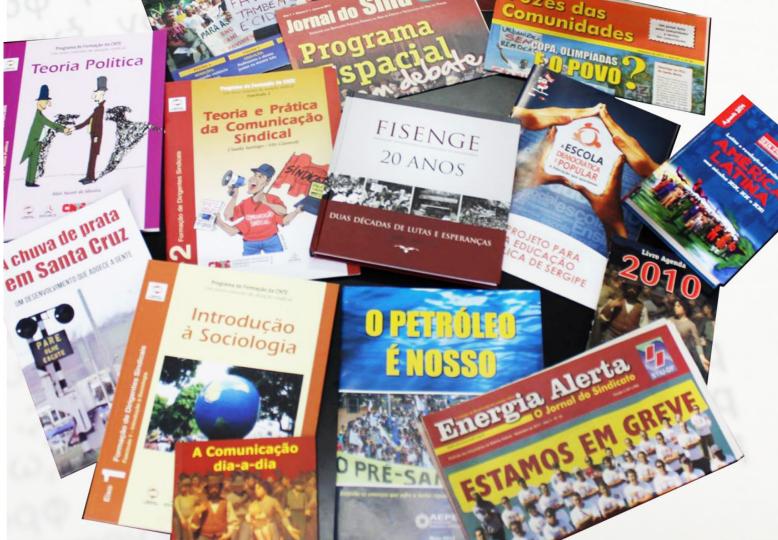
A jornalista e professora de história Claudia Santiago, também coordenadora do NPC, explica na apresentação da obra: "Giannotti acredita que as ideias dominantes na sociedade são as ideias da classe dominante. E estas são transmitidas para toda a sociedade pelos 'meios de comunicação dos patrões', como enfatiza em seus inúmeros artigos e palestras. Ele não acredita que sindicatos e movimentos sociais devam implorar ou pagar por pequenos espaços nos jornais da burguesia que, na visão de Vito, defendem única e exclusivamente os interesses da classe patronal. Defende que estes devem ter seus próprios instrumentos de comunicação – jornais, rádios, TVs, redes sociais".

O livro é voltado para professores de comunicação, estudantes, sindicalistas, militantes sociais e todos aqueles interessados em entender a importância dos meios de comunicação na formação das ideias e na prática social.



Núcleo Piratininga de Comunicação nucleopiratinnga.org.br // npiratininga@piratininga.org.br

TRABALHADORA Teoria Politica Teoria e Prática Comunicação FISENGE Sindical 20 ANOS





NPC - Núcleo Piratininga de Comunicação

Rua Alcindo Guanabara, 17, sala 912 (ao lado da Câmara Municipal) CEP: 20031-130 — Centro — Rio de Janeiro Fone-Fax: (21) 2220-5618 / 2220-4895 / 9628-5022 / 8859-1486